



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – GEOGRAFIA

MATEUS DOS SANTOS SILVA

***“Mermã, mermão, aquenda”*: o truque LGBTQ+ no processo de construção social de um Corpo-Território no encontro com o outro em Grajaú-MA**

GRAJAÚ – MA

2022

MATEUS DOS SANTOS SILVA

“*Mermã, mermão, aquenda*”: o truque LGBTQ+ no processo de construção social de um Corpo-Território no encontro com o outro em Grajaú-MA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas - Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Grajaú, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas - Geografia.

Orientador: Profª. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

GRAJAÚ – MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Mateus dos Santos.

Merma, irmão, aquenda : o truque LGBTQ+ no processo de construção social de um Corpo-Território no encontro com o outro em Grajaú-MA / Mateus dos Santos Silva. - 2022.
125 f.

Orientador(a): **Mônica Ribeiro Moraes de Almeida.**

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú-MA, 2022.

1. Autoafirmação. 2. Cisheteronormatividade. 3. Colonialidades. 4. Subjetivação dissidente. I. Almeida, **Mônica Ribeiro Moraes de.** II. Título.

MATEUS DOS SANTOS SILVA

“Mermã, mermão, aquenda”: o truque LGBTQ+ no processo de construção social de um Corpo-Território no encontro com o outro em Grajaú-MA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas - Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Grajaú, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas - Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
Universidade Federal do Maranhão

Grajaú – MA

2022

Dedico este trabalho a armação de todas as bocas de confusões que vêm dando forma, ao longo do tempo, ao levante de desagravo duma gente transviada e que possibilitaram, à base de coquetéis molotov, pedradas, giletes, pinta, truque e muito close, a performance de Outras possibilidades de existências e que vêm fechando, dessa forma, continuamente, com a cara da normatização que tenta se impor – autoritariamente – enquanto uma possibilidade única. A oposição de todas/os/es vocês, os meus agradecimentos, e seguimos...

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Maria Francisca Macêdo dos Santos, minha mãe, pelo estado de amor, de força, de dignidade e altivez compartilhados comigo. Pelos incentivos, e pelas condições materiais que têm possibilitado a minha contínua rematerialização até aqui, agradeço. Agradeço também a Marcos Santos, meu irmão, com quem convivo e aprendo a perseverar, agradeço minha irmã, Ana Marta Santos, por compartilhar comigo a ousadia e a autenticidade que são tão necessárias para uma Pessoa em construção.

Pela confiança e credibilidade a mim conferidas, de modo a possibilitar que eu exercitasse e desenvolvesse outras potencialidades, agradeço à Jorge, Márcia, Janaína e Gabriel. Agradeço a todos e, sobretudo, a todas as educadoras por, até aqui, partilhar comigo. Agradeço a todas as pessoas que compartilharam e contribuíram de alguma forma comigo nestes anos de academia, em especial a minha companheira de jornada, Edinária Moraes. Agradeço ao grupo de pesquisa que faço parte, Estado, relações interétnicas e dinâmicas culturais. Pelo tensionamento, pelo deslocamento – ao Sul –, pela acolhida e apoio, comum àquelas pessoas das Ciências Sociais, que atuam para transformação, sobretudo de vidas, agradeço à Mônica Ribeiro Moraes de Almeida.

Por fim, agradeço a gente Outra/o/e pela materialização personificada dos Seres.

No mais, os meus agradecimentos e votos de vida longa e produtiva às Universidades Públicas, Gratuitas e de Qualidade.

“Que eu saiba eu não fiz concessões!”

(Clarice Lispector)

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender como acontece o processo de autorreconhecimento dos sujeitos/as/es LGBTQ+, em Grajaú-MA, como também apreender de que forma estes/as utilizam seus corpos enquanto territórios de autoafirmação frente a uma sociedade cisheteropatriarcal, com a finalidade de entender o porquê desses/as sujeitos/as/es declararem suas identidades publicamente, mesmo não enquadrados/as/es nos padrões estabelecidos e aceitos socioculturalmente na cidade. Para tanto, foi adotada a observação participante (MALINOWSKI, 1978; WEBER, 2009) como principal ferramenta do fazer etnográfico, com vistas a elucidar o processo de autoafirmação dos Outros/as/es não normativos no confronto às colonialidades sistêmicas, através da rematerialização inteligibilizada e performada na Pessoa (BUTLER, 2003), no/com Corpos-Territórios inconformes.

Palavras-chave: Cisheteronormatividade. Subjetivação dissidente. Autoafirmação. Colonialidades.

ABSTRACT

This research aims to understand how the process of self-recognition of LGBTQ+ subjects happens, in Grajaú-MA, as well as to understand how they use their bodies as territories of self-affirmation in front of a cisheteropatriarchal society, with the purpose of understanding why these subjects declare their identities publicly, even if they do not fit into the standards established and socioculturally accepted in the city. Therefore, participant observation was adopted (MALINOWSKI, 1978; WEBER, 2009) as the main tool of ethnographic work, with a view to elucidating the process of self-affirmation of non-normative Others in the confrontation with systemic colonialities, through intelligible rematerialization intelligible and performed in the Person (BUTLER, 2003), in/with nonconforming Bodies-Territories.

Keywords: Cisheteronormativity. Dissenting subjectivation. Self-affirmation. Colonialities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DA CLANDESTINIDADE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBTQ+ NO BRASIL	22
2.1 CORPOS DISSIDENTES: MARGINALIZAÇÃO FRENTE A NORMA HEGEMÔNICA.....	22
2.2 CONHECIMENTO DE SI E A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR DE OUTRO	37
3. MAPEANDO AS MARGENS: A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO PARA PESSOAS LGBTQ+ EM GRAJAÚ-MA	48
3.1 SEXUALIDADE E SUBJETIVAÇÃO	48
3.2 FAMÍLIA E ACEITAÇÃO: “UM PROCESSO DE CORAGEM!”	55
3.2.1 SOCIEDADE E SOBREVIVÊNCIA: MATERIALIZANDO AS OUTRERIDADES	73
4. ROMPENDO AS FRONTEIRAS ESTRUTURAIS.....	90
4.1 CORPO E AFETIVIDADE	90
4.2 CORPO E RESISTÊNCIA: (RE)CONSTRUINDO A PESSOA LGBTQ+ A PARTIR DO CORPO.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	121

1 INTRODUÇÃO

Partindo de uma perspectiva epistemológica do Sul global, esta que se coloca contra-hegemônica, proponho-me a um ajustamento de conduta no que se refere a uma racionalização teórico-metodológica que parta de Outras perspectivas, que avessas ao neocolonialismo contemporâneo, têm o Sul enquanto Norte. Nesse sentido, racionalizando sobre a generificação colocada sobre a sociedade na qual existimos, entendo que esta tem um caráter sociopolítico, assim como toda a subjetivação social foi/é fabricada sobre alicerces colonialistas onde “a longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado” (QUIJANO, 2009, p. 112).

Assim, coloco que nós, os/as dissidentes dos outros normativos representamos o fracasso autodeclarado dos papéis pré-estabelecidos de gênero e sexualidade frente a esta sociedade normativa. Ademais, num esforço contínuo em ir de encontro a cosmovisão colonialista, escrevo este trabalho em primeira pessoa, situado, marcado e autoafirmado a partir do Sul global, do lugar, também, da *bicha que estuda*¹, ou seja, do lugar daquela que está marginalizada mas que, por antipatia, vai para o espaço acadêmico, posiciona-se justificadamente assentada na trajetória das/os que vieram antes, comprometendo-se com a formulação e perpetuação de epistemologias Outras, “visando aumentar os diálogos com as epistemes dos povos colonizados, abranger as travessias teóricas de corpos navegantes, balançados pelas águas étnicas, memórias índicas, culturas polissêmicas e posicionalidades transatlânticas” (AKOTIRENE, 2020, p. 113).

Com isso, eu me situo e sou situado aqui, nesse território atravessado por múltiplos trânsitos, simultaneamente, com leis de gênero e sexualidade feitas dogmáticas e que se pretendem imutáveis. Todavia, eu também me abasteço e construo socialmente por meio da ciência do vivido enquanto uma Pessoa economicamente desfavorecida, racialmente despercebida – porque na maioria das vezes é lida enquanto branca – e

¹ Denominação feita por um interlocutor desta pesquisa durante uma visita casual que me fizera, oportunidade na qual ele se referiu a mim com essa marcação social, durante a conversa que estabeleceu com uma outra pessoa presente na ocasião, com o objetivo de me situar no diálogo. Diário de Campo, 28 de jul. 2021.

gênero/sexualmente marcada enquanto uma Outra – bicha, gay, viado, entre outros adjetivos a depender do contexto. Por esse motivo, concordo com Akotirene (2020, p. 113) quanto esta fala que “o conhecimento deve ir além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero, mas enlanguescendo-se”, pois que “a boa ciência está ancorada na parcialidade, na provisoriidade, na instrumentalidade teórica, sem finitude característica do homem moderno heteropatriarcal” (AKOTIRENE, 2020, p. 86).

Por isso, faço coro a Aníbal (2009, 112) que argumenta que “a ‘naturalização’ mitológica das categorias básicas da exploração/dominação é um instrumento de poder excepcionalmente poderoso. O exemplo mais conhecido é a produção do ‘gênero’ como se fosse idêntico a sexo”. Por esse motivo, entendo que nós, os Outros/as/es da normatividade sistêmica, uma vez que nos insubordinamos contra esta ordem, acabamos por revelar também que a cisgeneriidade se constitui por

Formações corporais e identidades de gênero naturalizadas e idealizadas, é que se pretende caracterizar uma normatividade de gênero – a cisnormatividade, ou normatividade cisgênera – que exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos (VERGUEIRO, 2015, p. 43).

Logo, neste trabalho, o acréscimo do prefixo “cis” a heteronormatividade, tem por objetivo a realização de uma “crítica que permita vislumbrar lutas políticas para além dos marcos de transfobia (e mais além ainda dos marcos limitantes de ‘homofobia’) (VERGUEIRO, 2015, p. 43). E, por este motivo, este será o termo aqui utilizado. Isto posto, ao se falar em pessoas cis/hétero ou pessoas cisheterossexuais, a intenção é abarcar toda uma ordem de colonialidades virgentes, para além de aspectos individualizantes, logo, que dizem respeito a uma lógica controladora de ordem colonial que atua sobre os gêneros e as sexualidades, onde indivíduos e sociedades são moldados a partir desses padrões, (CIS)tematicamente elaborados, estabelecidos e perpetuados, por meio de uma

fabricação genericadamente cisheterossexual que é compulsoriamente performada em sociedades, culturas e pessoas, a partir de *identidades geoculturais hegemônicas*².

E, com o propósito de subverter a lógica do saber/poder cisheteropatriarcal que está posta, neste trabalho sistematizarei o conceito político de Corpo-Território sendo que, no entanto, aqui, Corpo-Território tomado enquanto uma categoria de análise terá uma outra acepção da originalmente proposta. O conceito de Corpo-Território surge, segundo Delmy (2016, p. 35, tradução nossa), em decorrência de proposições políticas e coletivamente engajadas “a partir de um olhar descolonizador, feminista, latino-americano e caribenho”³ de mulheres nativas de e a partir de povos do Sul, sendo este um “sulear como possibilidade de enunciação a partir da América Latina e Caribe, uma oportunidade de enunciação a partir das ações feministas latino-americanas e caribenhas” (HERNÁNDEZ, 2016, p. 38, tradução nossa)⁴. Ademais, este conceito é utilizado por essas mulheres para pensar as relações que são construídas entre os espaços e os corpos, para falar dos lugares sociais que são relegados às mulheres sendo isso

O que permite afirmar, tudo o que fazemos é espacialmente situado e incorporado em corpos diferenciados e hierarquizados. Nesse sentido, o corpo é atribuído não apenas pelas determinações físicas do contexto geográfico; mas pelas construções culturais que fundamentam a ideia de espaço, lugar, território, comunidade e contexto (HERNÁNDEZ, 2016, p. 41, tradução nossa)⁵

Nessa direção, a autora continua a conceituação afirmando que:

² Diz respeito ao processo de estabelecimento de uma lógica sociopolítica, eurocentrada, fundada, segundo Quijano (2009, p. 74), a partir da fusão das “experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjectivas”, de forma que “a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao sistema-mundo que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de re-identificação histórica, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais” (QUIJANO, 2005, p. 110).

³ “Desde una mirada decolonizadora, feminista y latinoamericana caribeña”.

⁴ “Sulear como posibilidad de enunciación desde América Latina y el Caribe una oportunidad de enunciación desde haceres feministas latinoamericanos y caribeños”.

⁵ Lo que permite Afirmary, todo lo que hacemos está espacialmente situado y encarnado em cuerpos diferenciados y jerarquizados. Em esse sentido, el cuerpo está asignado no sólo por las determinaciones físicas del contexto geográfico; sino por las construcciones culturales que subyacen a la idea del espacio, lugar, territorio, comunidad y contexto”.

Não chegamos a uma conclusão sobre o significado do argumento corpo-território, talvez não seja esse o nosso propósito, mas gerar questionamentos, contribuições a partir das próprias mulheres desde nossas abordagens. A verdade é que eu poderia dizer que a enunciação corpo-território é uma epistemologia latino-americana e caribenha, feita por e desde mulheres de povos originários que vivem em comunidade; ou seja, a articulação corpo-território coloca o comunitário no centro como forma de vida. Além de todas as outras pessoas, nos ajuda a olhar para nós mesmos territorialmente de diferentes escalas (HERNÁNDEZ, 2016, p. 43, tradução nossa)⁶

Por conseguinte, seguindo a lógica de contribuição das mulheres sulistas, tomo emprestado este conceito político, todavia, da forma aqui desenvolvida, a categoria Corpo-Território tem uma outra conotação, neste lugar de articulação o Corpo-Território não é pensado, a priori, por meio do comunitário, pelo contrário, é construído, primeiramente, por meio da individualidade. Somado a isto, aqui o Corpo-Território torna-se, isso significa dizer que se tratam de corpos-espacos dissidentes que passam por um processo de subjetivação, onde ocorre uma tomada de consciência sobre o seu eu social por parte desses/as sujeitos/as/es e, a partir de então, essas pessoas começam a autossignificar-se por meio da autonomia, política sobretudo. Assim, esse processo é construção porque embora o corpo LGBTQ+ geralmente seja *pintoso*⁷, se apresente antes do sujeito/a/e, denunciando a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero desde a infância, na adolescência ou na vida adulta, ou em todos esses estágios.

Este é um processo que faz com que a construção do corpo enquanto um território de autoafirmação só aconteça quando o sujeito/a/e experencie a sua sexualidade e/ou identidade de gênero no espaço público, de modo a declará-la – através da forma que se apresenta, da forma de ser e estar no mundo, contrária à maneira hegemônica –, pois estará indo de encontro à normatividade cistêmica estabelecida. Todavia, também existem corpos-espacos LGBTQ+ não assumidos, mas *pintosos*, por isso significados pelos outros normativos enquanto pertencentes a pessoas dissidentes, mas que pelas mesmas condições estruturalmente sociais, culturais e políticas que os condicionam ao armário e

⁶ “No hemos llegado a una conclusión del significado del argumento cuerpo-territorio, tal vez esse no es nuestro fin, sino generar preguntas, insumos desde las voces de las propias mujeres y desde nuestras interpelaciones. Lo cierto es que podría decir que la enunciación cuerpo-territorio es una epistemología latinoamericana y caribeña hecha por y desde mujeres de pueblos originarios que viven comunidad; es decir, la articulación cuerpo-territorio pone en el centro lo comunitario como forma de vida. Además a todas las demás personas nos ayuda a mirarnos territorialmente desde distintas escalas”.

⁷ Corpo que apresenta trejeitos em excesso, interpretado socialmente por meio de homens que são muito “feminilizados” e por mulheres que são muito “masculinizadas”.

que, pela disputa de possibilidades existenciais por mim assumida frente ao sistema opressor, eu não os interpreto enquanto Corpos-Territórios LGBTQ+, objetivando, justamente, não sucumbi a esta lógica.

Ademais, referente a autossignificação do Corpo-Território LGBTQ+, este processo vem carregado de uma premissa de empoderamento, individual num primeiro momento e, coletiva num segundo, uma vez que quando um maior número de pessoas venham a se conscientizar de que as arbitrariedades condicionadas às suas experiências de gênero e sexualidade são intencionalmente fabricadas, estas começam o seu processo de desenvolvimento individual/coletivo, logo, a ação progressiva de tomada de consciência por parte de sujeitos/as/es dissidentes possibilita uma

[...] condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento tanto de si quanto de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história e, principalmente, de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor (BERTH, 2020, p. 21).

Portanto, o processo de construção do Corpo-Território LGBTQ+ é de fundamental importância, pois nos permite compreender os mecanismos de fabricação do “normal”, em que aqueles/as que são dissidentes acabam sendo imersos em um contexto sociocultural disciplinador e, por consequência, será a partir do entendimento dessas fabricações na sociedade grajauense que captaremos essa construção social.

Pois, no sentido de entender, a partir dos corpos não normativos, como esses indivíduos julgam, compreendem e conduzem a si mesmos, assim como utilizam a sua corporeidade nas relações de poder possibilitará, a partir de então, uma melhor apreensão sobre como estes/as sujeitos/as/es passam por esse processo de empoderamento, entendendo que este processo “é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo-se esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História” (BERTH, 2020, p. 23). E, assim sendo, será também através do entendimento da utilização da corporeidade no estabelecimento de normatividades, que será possível averiguar a materialização das relações de poder

Porque o ‘corpo’ implica a ‘pessoa’, se se libertar o conceito de ‘corpo’ das implicações misticadoras do antigo ‘dualismo’ eurocêntrico, especialmente judaico-cristão (alma-corpo, psique-corpo, etc.). E isso é o que torna possível a ‘naturalização’ de tais relações sociais. Na exploração, é o ‘corpo’ que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o ‘corpo’ o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores [...] Nas relações de gênero, trata-se do ‘corpo’. Na ‘raça’, a referência é ao ‘corpo’, a ‘cor’ presume o ‘corpo’ (QUIJANO, 2009, p. 113).

Em vista disso, nesta pesquisa, dado “o lugar central da ‘corporeidade’ neste plano leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para a sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, do poder, de todo o poder” (QUIJANO, 2009, p. 114). Nesse sentido, portanto, o corpo abjetificado é aqui compreendido enquanto sendo uma produção, rematerializada e performada em simbiose com o território – na escala da corporeidade –, de modo a possibilitar a inteligibilização de sujeitos/as/es em Corpos-Territórios autoafirmados Outros/as/es. E, com esta finalidade, a presente pesquisa evidenciar-se – para os espaços acadêmicos, culturais e de socialização, em Grajaú, sobretudo –, como uma interlocutora de uma importância substancial para disseminação de Outras perspectivas de humanidades, de tal ordem que põe em xeque “verdades” modernas/colonialistas sobre os papéis de gênero e sexualidade, ao passo que confronta e ignora imaginários sociais pré-estabelecidos a partir da subversão de discursos dominantes e marginalizadores.

E, objetivando este fim, a pesquisa teve como objetivo geral a proposição de compreender como acontece o processo de autorreconhecimento dos sujeitos/as/es LGBTQ+ em Grajaú, como também apreender de que forma estes/as utilizam seus corpos enquanto territórios de autoafirmação frente a uma sociedade cisheteronormativa. E, enquanto objetivos específicos, estes diziam respeito em: a) analisar o processo de subjetivação dos sujeitos/as/es em relação a composição de suas identidades e da coletividade; b) examinar quais são as reações da sociedade frente às identidades dissidentes das normativas socioculturalmente estabelecidas; e c) entender como os sujeitos/as/es dissidentes demarcam a sua territorialidade para se autoafirmarem frente aos padrões cisheteronormativos.

Com isso, a presente pesquisa foi realizada na cidade de Grajaú, estado do Maranhão. Município que se encontra no centro sul do estado e tem uma população

estimada em 70.692 pessoas de acordo com dados do IBGE 2021⁸. E nesse sentido, quando eu resolvi pesquisar neste segmento, de gênero e sexualidade, fiquei um pouco receoso, mas, esse sentimento foi posteriormente suprimido pela euforia. Pesquisaria na minha cidade e, melhor ainda, com pessoas que conheço e que mantinha um maior ou menor contato dependendo da pessoa, era a receita perfeita e aparentemente de um simples preparo, quase instantâneo, afinal, era só jogar no word, colocar algumas xícaras de teoria, umas colheres de depoimento aqui, outras ali, e algumas pitadas de dados estatísticos, ao final, era só jogar um pouco de glitter por cima e o trabalho estaria pronto, ou melhor, eu teria dado forma ao Corpo-Território LGBTQ+ e, de sobra, ainda daria a receita.

Ledo engano, não estava mensurando corretamente as aflições que me acometeriam nos meses seguintes, embora eu já conhecesse o assunto, conhecesse uma autora aqui, outro autor ali, a leitura estava mais pesada, mais direta. “A média de vida das travestis não ultrapassa os quarenta anos”, diziam algumas reportagens; “o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais”, diziam outras; “o Brasil é um dos países mais perigosos do mundo para a população LGBTQ+”, apontavam outras. Os teóricos e teóricas por sua vez, falavam da história, das atuações sociais, das ciências biomédicas e da psi, enfim, dos padrões que foram estabelecidos para se experimentar gênero e sexo.

A essa altura, a minha estratégia de ser um sociólogo, aquele que está junto, mas distante, que teoriza sobre a alteridade e depois volta para casa, estando especializado na vivência de um Outro, começara a se diluir. Porque eu estava para além da alteridade, começava a entender as coisas um pouco melhor, a colocar o pé no chão e me enxergar, também, enquanto um Outro. E, continuei, me propus em fazer uma pesquisa etnográfica de caráter qualitativo, pois, queria estabelecer uma interação mais direta com os/as interlocutores/as de modo que eu pudesse entender, a partir de suas perspectivas, o fenômeno de tornar-se um/uma LGBTQ+ em meio a uma sociedade cisheteropatriarcal, entender o processo de significação de si e de suas Pessoas, em outras palavras, entender a construção social de um Corpo-Território dissidente.

⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/grajau>. Acesso em: 25/ 01/ 2022.

Nesse sentido, acionei os/as interlocutores/as⁹ que são residentes da cidade de Grajaú, e que prontamente aceitaram participar da pesquisa, eles/as tem idades que variam de 21 a 45 anos e que se declaram enquanto gays, travesti e lésbica. A princípio, eu busquei um representante para cada letra da sigla LGBTQ+, consegui alguns, sendo que destes tive que deixar duas pessoas de lado, sendo que se tratavam de uma mulher transexual e de um homem gay que haviam aceitado participar da pesquisa previamente. No entanto, no decorrer do trabalho de campo acabei por me deparar com uma situação recorrente de violência doméstica no caso da mulher transexual, de modo que achei mais prudente retirá-la da pesquisa visando, também, resguardar minha integridade física e psicológica, minimamente. Em relação ao homem gay, optei também por retirá-lo devido ao trânsito frequentemente que estava realizando nas cidades e estados vizinhos, de modo que a observação estava comprometida. Ao final, enquanto amostra dos/as que participaram temos que, (02) dois se declaram gays, (01) uma se declara travesti e, (01) uma se declara lésbica. Mais precisamente, são pessoas assim caracterizadas:

Jorge que tem vinte e um anos, é estudante de graduação na área de Humanidades, está solteiro e reside na zona urbana do município, mora com os pais e se declara como um homem gay cis; Janaína que tem quarenta e um anos, tem o ensino fundamental I completo, atualmente é trabalhadora rural e é proprietária de um modesto bar, está solteira e reside, sozinha, na zona rural da cidade, se declara enquanto uma travesti; Márcia que tem vinte e seis anos, possui o ensino médio incompleto, é casada e mora com a esposa, atualmente trabalha com um pequeno negócio de venda de alimentos, mora na zona urbana do município e se declara como lésbica; Gabriel que tem quarenta e cinco anos, mora sozinho, está solteiro, trabalha na área da saúde, está na graduação em um curso da área de Humanidades, reside na zona urbana do município e se declara como gay.

Assim sendo, continuei com o trabalho que estava se desenhando cada vez mais próximo a mim, visto que

⁹ Todas as pessoas estão identificadas com nomes fictícios a fim de resguardar suas identidades. Todavia, durante as entrevistas concedidas, eu os/as comuniquei que não citaria seus nomes e alguns/mas pontuaram que não, que eu deveria lhes identificar. No entanto, eu, arbitrariamente, sem a pretensão de lhes desumanizar, lhes tratarei em terceira pessoa porque não quero lhes gerar constrangimentos e/ou prejuízos de quaisquer naturezas que, por ventura, possam vir a lhes acometer frente o sistema que nos rege.

O trabalho etnográfico é uma investigação aprofundada que repousa sobre uma longa duração do pesquisador em um meio social no qual todos se conhecem, ainda que às vezes somente de vista ou indiretamente (por intermédio de relações em comum) (WEBER, 2009, p, 25).

Ou seja, esta pesquisa começara a ser desenhada para além da mera observação, estava criando forma enquanto participação. Eu começava a perceber que as coisas não eram tão simples quanto pareciam, que não era só ficar dois meses junto aos Outros/as/es e ir embora, assim, aumentava a minha angústia. Sim, angústia, ou, sofrimento, dependia do dia, a partir de então, eu começava a tentar resolver essa operação que se apresentava a mim, afinal, eu conhecia a maior parte dos *truques*¹⁰ e aquelas/es sujeitas/os faziam parte do meu cotidiano, porém, não sabia como tomar uma distância, pois sabia que ao final da pesquisa não poderia voltar para casa, visto que, eles/as estavam lá, na cidade, no bairro, na rua, em casa, em mim, eles/as eram eu.

Portanto, visto que eu não poderia entrar e sair do campo de acordo com as necessidades da pesquisa, porque eu vivo no campo. Entendi que eu não poderia ocupar uma posição estrangeira, em contrapartida, enquanto sujeito e pesquisador pertencente ao campo de estudo, tinha a possibilidade de “compreender ao mesmo tempo o que lhe é dito e o que ele observa – já que saberá a quem se diz e a quem se mostra” (WEBER, 2009, p. 31). Nesse sentido, apesar de não ter dimensionamento a complexidade de uma observação participante, naquele contexto eu decidi utilizar o meu eu sociólogo como um acessório, como um brinco ou roupa por exemplo e, quando o ofício estava excessivamente doloroso, quando a tarefa de refletir criticamente sobre as nossas existências pesava demais, eu simplicidade tirava o acessório. O colocava de lado e continuava sobrevivendo, visto que, o pesquisador era apenas uma parte de mim, um complemento, mas não quem eu sou integralmente a exemplo da fala do interlocutor, afinal, eu sou apenas uma “*bicha que estuda*”, e sendo assim, não dá para extrair a bicha da composição da minha Pessoa e transformar-me em pesquisador, tão pouco é possível ocultá-la do meio social em que vivo, por essa razão, transformei o pesquisador em um acessório, também, que me compunha visto que

¹⁰ Gíria utilizada, comumente, por travestis e gays e que significa astúcia ou destreza para/com algo.

Não há exterioridade absoluta do pesquisador: este último torna-se um nativo, isto é, um sujeito a ser observado, na medida em que um lugar lhe foi atribuído no espaço social local. Tal lugar não é pura invenção, já existe anteriormente, ao menos como potencialidade. Trata-se do produto dos ajustes feitos em torno do etnólogo, progressivamente inserido no sistema de classificações nativo. Ele será tomado por um jornalista, por um professor ou ainda por um vizinho, um colega ou um membro da família. Se os nativos levam em conta suas características sociais particulares (sua relação com a linguagem, seu laço mais ou menos mítico com o poder, sua origem geográfica, sua maneira de vestir-se ou deportar-se etc) é para integrá-las em uma interpretação localmente pertinente (WEBER, 2009, p. 32).

Logo, havia uma interpretação local sobre quem eu era, porém, a parte mais difícil, apesar de integrado, foi fazer o trabalho de campo etnográfico, visto que eu não poderia me converter de nativo a pesquisador uma vez que era continuamente interpelado pelos dados de campo, bem como estava e continuaria no campo após a coleta dos dados. Assim, portanto, o trabalho ficaria inviável sob essa configuração, então, tomei a decisão de fazer uma observação de campo que foi realizada entre os meses de julho e outubro de 2021 e, em seguida, de fazer uma entrevista semiestruturada, gravada, com os/as interlocutores/as ao final do trabalho de campo, entrevistas estas que aconteceram entre os dias 06 e 25 de outubro de 2021, para que dessa forma eu pudesse comparar os dados observados em campo por meio desses instrumentos, ao final, esse processo durou ao todo um pouco mais de três meses. A partir de então, tirei o acessório que me convertia em pesquisador e parei coletar os dados, todavia, os dados continuam a apresentarem-se a mim, atingindo-me às vezes sutilmente, e por vezes violentamente agressivos, obedecendo tipicamente a lógica sistêmica, e eu sigo, continuamente, fazendo a *egípcia*¹¹.

Outrossim, o estar com os/as sujeitos/as para efetivação da pesquisa implicou, também, em um processo de autoanálise acerca da descortinação dos meus pertencimentos, pois, neste caso, como também pontua Florence (2009, p. 31), que argumenta que em razão da

[...] simples presença de um desconhecido em um meio de interconhecimento desencadeia um processo de reconhecimento em larga medida não controlado pelo intruso. À espreita dos mínimos elementos que lhes possibilitem uma

¹¹ Termo utilizado, rotineiramente, por travestis e gays e que significa ignorar algo ou alguém.

interpretação, os nativos – cada um com sua posição e sua estratégia próprias – constroem progressivamente o lugar do recém-chegado.

De tal forma, que em virtude da minha imersão – de interconhecimento, sobretudo – junto aos/as sujeitos/as participantes da pesquisa, acabou-se por jogar por terra a minha pretensão de realizar um trabalho a partir da exterioridade, estrangeira, principalmente. Por esse motivo, dados os marcadores sociais da diferença que conectam eles/as a mim, a pesquisa resultou-se em trabalho etnográfico, pois, nessa análise, entendo o conceito de cultura como algo “essencialmente semiótico” (GEERTZ, 1978, p. 15), ou seja,

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (Ibid., p. 24).

E, com esta finalidade, a pesquisa foi implementada por meio de uma observação participante (MALINOWSKI, 1978)¹²

¹² Segundo o antropólogo Bronislaw Malinowski (1978), a observação participante se dá por meio inserção de um etnólogo em uma sociedade onde este deve, com cautela, colher, analisar e interpretar – através da observação do cotidiano sobretudo – os modos de sociabilidade da comunidade em que se está inserido se atentando, no entanto, segundo ele, para a importância de não permitir que os preconceitos da pessoa que está etnografando interfiram no campo. Malinowski coloca que o etnólogo deve apenas analisar a realidade tal qual ela se apresenta a ele, na sua totalidade, chamando a atenção para o fato de que, “na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos” (MALINOWSKI, 1978, p. 18 – 19). Assim sendo, dada a proposta deste trabalho em ir de encontro a visão colonialista, entendo ser importante fazer a seguinte ressalva a respeito do trabalho desempenhado por Malinowski, visto que há, sem dúvida, uma contribuição ímpar resultante do seu trabalho de campo, no sentido de conseguir orientar “observadores cientificamente treinados” (Ibid., 30), como ele coloca, todavia, é importante ter em mente que não existe exterioridade absoluta por parte do pesquisador, que ainda que tenha existido legítima empatia por parte de Malinowski para com os nativos dos arquipélagos da Nova Guiné, o seu lugar social – assentado numa masculinidade branca, hegemônica e cisheteronormativa – acabou, em certa medida, por extrapolar os limites da interpretação, alinhando-se muito mais aos da colonização, porque todos os sujeitos carregam marcações de uma identidade social geocultural, ou seja, em maior ou menor grau o indivíduo afirma, posiciona ou reposiciona tal identidade em desfavor de um território, como ele próprio o fez ao afirmar que “a etnologia trouxe leis e ordem aquilo que parecia caótico e anômalo. Transformou o extraordinário, inexplicável e primitivo mundo dos “selvagens” numa série de comunidades bem organizadas, regidas por leis, agindo e pensando de acordo com o princípios coerentes” (MALINOWSKI, 1978, p. 23).

Assim, a pesquisa ficou dividida em três capítulos, o primeiro trata do processo de colonização realizado sobre os gêneros e as sexualidades, estendendo-se do período colonial à contemporaneidade, de modo a historicizar a construção e a resignificação do Outro/a/e. O segundo, que versa sobre a importância do conhecimento de si para a construção de um/a sujeito/a e, de uma comunidade empoderada frente o processo de abjetificação. O terceiro, por fim, discorrerá sobre o processo de resistência dos/as sujeitos/as dissidentes, a partir do corpo, à cisheterossexualidade hegemônica, subvertendo, assim, as práticas discursivas do saber/poder.

2 DA CLANDESTINIDADE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBTQ+ NO BRASIL

“Jurei mentiras e sigo sozinho

Assumo os pecados

Os ventos do norte não movem moinhos”¹³

Nesta seção, apresentarei o arcabouço teórico-conceitual no qual este trabalho está ancorado e onde será evidenciado de que forma foi organizado o sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2004) e, mais especificamente, como esse modelo forjado foi instituído e é implementado nas sociedades ocidentais não europeias como no caso brasileiro, de modo a padronizar as experiências de gênero e sexualidade dos indivíduos. Com este objetivo, a seção será organizada em dois momentos, a saber: (1) Corpos dissidentes: marginalização frente a norma hegemônica, em que será discutido qual foi o papel da colonização no estabelecimento de padrões e de que forma a colonialidade se manifesta na contemporaneidade; (2) Conhecimento de si e ressignificação do lugar de Outro, aqui, será discutido sobre como a subversão da marginalização possibilita que o/a Outro/a/e se coloque enquanto sujeito/a/e, enquanto humano/a.

2.1 Corpos dissidentes: marginalização frente a norma hegemônica

“E o que me resta é só um gemido

Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos

Meu sangue latino

Minha alma cativa”¹⁴

¹³ Secos & Molhados. **Sangue Latino** (1973). Disponível em: <https://m.letras.mus.br/secos-molhados/48770/>. Acesso em: 13/ 09/ 2022.

¹⁴ Secos & Molhados. **Sangue Latino** (1973). Disponível em: <https://m.letras.mus.br/secos-molhados/48770/>. Acesso em: 13/ 09/ 2022.

Inicialmente, para que se compreenda como estão organizadas – do ponto de vista do gênero e da sexualidade – as sociedades latino-americanas e, por consequência, a brasileira, a maranhense e a grajauense, é importante observar a estrutura sob a qual era organizada a sociedade europeia no período das catastróficas incursões do período colonial pois, estas, validavam e hierarquizavam as mais diferentes sociedades incluindo as sul-americanas onde eram implementados os “projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25). Nesse sentido, chamo a atenção para o termo patriarcal, uma vez que está diretamente relacionado com o foco desta pesquisa, mas sobretudo porque diz respeito ao *modus operandi* que foi implementado no período colonial e que exerceu seu controle/poder nas sociedades latino-americanas incluindo nesta, a brasileira. E, seguindo essa lógica, Ramón argumenta que

Após 500 anos de colonização do saber, não existe qualquer tradição cultural ou epistêmica, em um sentido absoluto, que esteja fora da Modernidade eurocêntrica. Tudo foi afetado pela Modernidade eurocêntrica e muitos aspectos do eurocentrismo foram engessados nessas novas epistemologias (GROSFOGUEL, 2016, p. 44).

Nesse sentido, a “modernidade” instalada pelo eurocentrismo serviu, primordialmente, para o estabelecimento da Europa enquanto centro do mundo de modo a controlar bem como a padronizar as outras sociedades, sobretudo as não europeias, ou seja, houve o estabelecimento de um controle epistêmico sobre tais sociedades a partir dos moldes coloniais cisheteronormativos. E seguindo esse raciocínio, Porto-Gonçalves (2006, p. 162) chama a atenção e pontua que “cada Estado Territorial comporta não só um espaço delimitado por fronteiras externas mas, também, por relações sociais e de poder internas que se constituem por meio de pactos e alianças”.

Este padrão de poder europeu, serviu, nesse sentido, para modificar e sobretudo para desenvolver nas sociedades latino-americanas o sistema capitalista no contexto do período colonial e, para tanto, foram implementadas, primeiramente, novas identidades geoculturais para que se pudesse efetivar o processo de colonização sendo que como aponta Quijano (2005, p. 110), ao relatar que

Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determináveis. Mas as formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual, em cada caso, desempenharam também um papel de primeiro plano.

Ou seja, houve um projeto de construção/modificação de subjetividades onde

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 110).

Dessa forma, saliento que para além dos conhecimentos já existentes e nativamente aqui produzidos antes da empreitada colonial, a produção/implementação de conhecimentos “modernos” imbricada na ordem colonial realizada na América do Sul, é, também, interessante a construção desta pesquisa. Pois, é necessário enxergar os mecanismos de estratificação destas sociedades que, para além de gradativamente terem suprimidas as suas práticas socioculturais, mais perverso, sob a justificativa de “desenvolvimento” e “modernização”, a Europa acabou condicionando essas sociedades em padrões cisheteronormativos visando obter mão de obra e, conseqüentemente, para alavancar o seu modelo político, cultural e econômico, o capitalismo.

Ademais, faz-se necessário entender como pontua assertivamente Ribeiro (2020, p. 31), como “desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar” determinados sujeitos visando beneficiar-se junto às suas construções sociais ou, melhor, devemos nos atentar para a forma como esse sistema de ordem colonial se organiza, analisando como

[...] poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo,

não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros (RIBEIRO, 2020, p. 31).

Ou seja, a experiência colonial europeia implementou suas ferramentas de domínio alterando e/ou modificando as identidades dos sujeitos da América Latina, processo este que culminou por internalizar nas pessoas padrões e comportamentos que são perpetuados até a contemporaneidade. Logo, sob esta lógica, se no passado almejava-se mão de obra, pois, mais próximas essas sociedades estariam da “civildade”; hoje, os padrões e comportamentos internalizados em tempos de outrora, aproximam os/as sujeitos/as cisheterossexuais do que seria algo mais “normal”, “natural”, “humano”. E, a despeito da plantação da semente moderna/colonial de “superioridade” no indivíduo cisheterossexual, esta cultivada pelo eurocentrismo no subconsciente dos/as sujeitos/as/es nas terras além-mar, Aníbal argumenta:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder (QUIJANO, 2005, p. 111 – 112).

Outrossim, o estabelecimento de uma hegemonia confere ainda um *locus* de privilégio ao seu território de criação – a Europa – e, aqui, é importante observarmos que esse lugar de privilégio também vai denotar “modelo” que aqui tornou-se, também, padrão, que devemos entender enquanto cisheterossexual, pois era/é o vigente e oriundo da concepção eurocêntrica de mundo. Uma vez que, como chama a atenção Ribeiro (2020, p. 24), “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico”, logo, possui o poder de dizer o que são as coisas e como estas devem ser no mundo, e sobre esta questão a autora pontua:

A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento (RIBEIRO, 2020, p. 24).

Ou seja, a cisheterossexualidade nada mais é do que uma construção sócio-histórica que foi implementada nas sociedades latino-americanas, sobretudo na brasileira, que manifesta essa herança de forma mais latente na contemporaneidade, nesse sentido, diz respeito a uma “autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa” (RIBEIRO, 2020, p. 27). Portanto, é um processo que está diretamente relacionado à construção de identidades.

Ou, dito de outra forma, “dentro dessa mesma orientação foram também, já formalmente, naturalizadas as experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial” (QUIJANO, 2009, p. 74). Assim, podemos inferir que no processo colonial de legitimação de identidade empreendido pela Europa, que houve também uma construção/manutenção no consciente e, sobretudo no subconsciente dos indivíduos, de uma normatização cisheterossexual que fez/faz com que se enxergue o sistema colonial/cis/hétero/patriarcal enquanto natural, e a esse respeito é possível constatar que

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, consequentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas (QUIJANO, 2009, p. 74 – 75).

E, a despeito dessa “educação” colonizatória implementada sobre os indivíduos na América Latina, na brasileira mais precisamente, é possível que visualizemos a sua herança na contemporaneidade. Enquanto exemplo, trago a fala dos/as interlocutores/as desta pesquisa, de modo que seguindo esta linha de raciocínio – cisheteropatriarcal –, eu os/as fiz uma pergunta estruturada e estruturante desse/nesse sistema de mundo, uma vez

que fundamenta e rege essa normatização cisheteropatriarcal naturalizada ao longo do tempo, assim, eu os/as questionei durante a entrevista sobre como eles/as interpretavam, em suas trajetórias, a conduta de uma pessoa LGBTQ+, se eles/as consideravam ser LGBTQ+ como algo errado, e obtive os seguintes relatos:

Não, eu acho assim... Que o glbt, que aquilo ali é um sexo que ele escolheu pra vivê daquela forma, e pra mim ele é ser humano igual qualquer outra pessoa! Pra mim não tem nada demais porque ele é ser humano igual qualquer outra pessoa, ele só mudou de sexualidade! No ambiente o fato de rocê cê gay, de você ser ispredejado, ser discriminado... Você tem vergonha, as vez cê tá com cumpanhero aqui, e você chega no mei da sociedade, com, até cum amigo... Te diz assim: “tem uma seresta benli, rumbora lá!?”. Muitas vez o cumpanhero, ele num quer chega lá com você, ele quer... Fica... Aqui onde rocê tá com ele... Você se sente com... Vergonha... Ou ele se sente com vergonha de chegar cum rocê no ambiente e as pessoas ficar falando: “óia, fulano de tal chegou comum gay ali, olá! Tava bem cumendo ele!”. Às vezes rocê cria um preconceito assim, de rocê tá no mei da sociedade, tá no ambiente e você fica com aquele... Com... Recei! Por mais que tenha preconceito, você ainda carrega preconceito ainda de chegar no mei da sociedade! Eu mermo, tem ambiente assim... Que as vez eu quero ir lá, mas eu fico assim... Fico com vergonha de chega lá, de cumu é que as pessoas vão me olhar, como é que as pessoas vão me tratar!? (Janáina, travesti).

Já Jorge me relatou que:

Rum, não! (Jorge)

E na tua trajetória? (Pesquisador)

Por muito tempo eu acreditei nisso né, o período que eu não conhecia a história sobre o movimento e até mesmo sobre mim! Eu não conhecia nada, tinha um conhecimento limitado, limitado! O meu conhecimento era baseado no julgamento de outras pessoas que não fazem parte dessa comunidade né, não estão dentro dessa realidade, desse contexto e por muito tempo eu achei isso errado, um comportamento errado e ficava me policiando, renegando, “não posso ser isso, não posso ser isso!” como se fosse uma escolha né, mas eu já sabia inconscientemente que isso fazia parte, que essa era a minha natureza! Hoje, totalmente errado né, é algo assim, meu Deus o cúmulo da ignorância, o cúmulo do exagero! Eu acho que não é errado, é uma característica natural como qualquer outra né, como a cor do cabelo, como a cor dos olhos, é algo natural e que pertence a mim, é um traço meu! Eu não vejo hoje como anormalidade, mas por muito tempo, sim! (Jorge, gay).

No mesmo sentido, Márcia pontuou:

Não! (Márcia)

Tu já achou que era? (Pesquisador)

Achei! (Márcia)

Quando? (Pesquisador)

No começo, no começo por ouvir pessoas falar besteira, sabe!? Que... Mulher ficou foi pra homi, e que isso aí é locura e tal, sabe!? E de ouvi pessoas criticarem né! (Márcia)

No teu período de igreja, tu achava que era errado? (Pesquisador)

Sim!

Teve influência da igreja? (Pesquisador)

Não! (Márcia, lésbica).

Na mesma direção, Gabriel sinalizou que:

Não! Até porque assim, é uma coisa que você sente, num é que você seja lgbt, porque você nasce, cresce, percebe que você é diferente, você não quer aceitar, você acha que não é o correto, mas é uma coisa que na realidade vem de você, não é porque você queira assim! Então, eu não acho errado não, porque não é a opção, “ah, eu queria sê gay”, não! Você nasce com aquilo, você nasce com aquele opitidão! Digamos assim... [Neste momento, falo em baixo tom que é uma condição] Eu nasci e me relacionei com mulher, mas a minha condição é sê homossexual! Não a minha condição porque eu queria, mas a condição sentimental, a minha forma de chegar não a um prazer sexual, mas a um prazer psicológico de me senti bem, então não adianta! Por isso que hoje em dia existe aquela coisa de dizê: “ah, fulano é incubado”, não! É porque você nasce homossexual, devido as questões de preconceito da sociedade você se reprime, a se expressar, então, não acho errado! Errado são pessoas que não entende a nossa condição, porque ninguém queria nascer HO-MOS-SE-XU-AL, eu mesmo num queria sê gay!

Se tu pudesse escolher tu não... [interrupção da pergunta] (Pesquisador)

Não seria gay porque eu jamais seria marginalizado pela sociedade, quem quer ser marginalizado pela sociedade!? (Gabriel)

No início da tua trajetória tu negou a tua sexualidade? (Pesquisador)

Neguei um pouco pra... Neguei pras pessoas e negava pra mim, mas ao mesmo tempo que eu negava pras pessoas eu começava a me aceitar e aprendi que, as pessoas não temo devê e nem a obrigação de sabê da sua vida, a sua vida – íntima – só pertence a você e Deus, nem a sua própria família! (Gabriel, gay).

Aqui, temos uma amostra basilar sobre como a subjetividade dos/as interlocutores/as é tangenciada em maior ou menor grau pela norma hegemônica, que continua a atingi-los/as de forma mais latente ou leve dependendo de cada caso, visto que

Existe, portanto, uma agência que consiste no processo de tomar tais possibilidades determinadas. Essas possibilidades, por sua vez, são necessariamente limitadas pelas convenções históricas presentes. O corpo, portanto, não é uma materialidade idêntica a si mesma ou meramente factual: o corpo é uma materialidade que assume significado, e que assume significado de maneira fundamentalmente dramática. Por dramática, quero dizer apenas

que o corpo não é meramente matéria, mas uma materialização contínua e incessante de possibilidades. Não se é simplesmente um corpo, mas, em um sentido absolutamente fundamental, faz-se o próprio corpo e, é claro, cada um faz seu corpo de modo diferente de seus contemporâneos, e também de seus antecessores e sucessores corporificados (BUTLER, 2018, p. 4 – 5).

Nesse lugar de conscientização *transviada*¹⁵, os Corpos-Territórios são (res)significados, todavia, não estão isentos das significações que lhes são atribuídas sistematicamente ao longo do tempo, portanto, “o corpo é sempre uma corporificação de possibilidades tanto condicionadas quanto circunscritas por convenções históricas” (BUTLER, 2018, p. 5). Por isso, a partir da ordem hegemônica de condicionamentos podemos constatar o poder de persuasão da cisheteronormatividade, no depoimento de Janaína por exemplo, ela pontuou que não considera errado ser uma pessoa LGBTQ+, mas salienta que experencia o gênero e a sexualidade de forma cautelosa visto que habita um espaço de normas socioculturais hegemônicas de outra ordem e que teme a forma como será tratada, pois esta já é violentada de forma simbólica nos lugares porque circula pela simples razão de seu corpo travesti coabitar determinados espaços controlados pela normatividade.

Nesse sentido, por meio do trabalho colonizatório herdado do período colonial, este faz com que a interlocutora fique se questionando sobre a “validade” de seu gênero e de sua sexualidade continuamente, ocasionando, por consequência, um sofrimento psíquico contínuo na sujeita por lhe distanciar de uma convicção sobre seu gênero e sexualidade serem “corretos”, ficando condicionada assim ao “certo versus errado” que circunscrevem gênero/sexualidade e, sistematicamente a colonialidade do saber/poder novamente se faz presente, posto que a visível “confusão” demonstrada pela interlocutora atende aos interesses da ordem hegemônica cisheteropatriarcal. Porque, em virtude dessa “confusão” sobre quem se é ou se pretende construir, o ordenamento sistêmico consegue argumentar que aquela sujeita não passa de um ser desajustado da “normalidade”, tendo, inclusive, possíveis problemas psicológicos, afinal, que “homem” em sua consciência andaria por aí trajada de “mulher”, e mais, que tem “vergonha/preconceito” de si mesmo.

¹⁵ Transliteração do termo *Queer* realizada pela socióloga brasileira Berenice Bento (2017), uma vez que o termo em inglês, segundo ela, e com quem externo minha total anuência, ao ser utilizado no Brasil sem um ajuste local, o termo vem carregado de uma força colonizadora do Norte sobre o Sul, além de perder o caráter subversivo ao qual se propõem esse campo de estudos, pois, se utilizado em inglês, fica pouco passível de uma inteligibilização regional.

Esses também são mecanismos de regulação e controle de uma sociedade colonizada em gênero/sexualidade como a grajauense, onde o sistema se infiltra por meio da colonização dos afetos em todas as pessoas, indiscriminadamente, por isso a “confusão” externada pela interlocutora, mesmo diante de Outras possibilidades.

Em relação a Jorge, este já consegue ver as imposições cisheterossexuais que o interpelam e devido, também, ao seu nível de instrução se preocupa menos com as ordenações sistêmicas, todavia, considerou verdadeira e sofreu por muito tempo com a invenção da cisheterossexualidade “correta”. Márcia por outro lado, hoje, não vê o comportamento dissidente enquanto inadequado. Porém, é também importante pontuar que ela passou o final da sua infância e toda a sua adolescência ligada ao núcleo da igreja católica, onde desempenhou a função de coroinha junto à instituição. Nesse sentido, é possível constatar através do seu depoimento, embora ela não se dê conta, que a sua estadia junto ao núcleo religioso de matriz cristã acabou por moldar a sua subjetividade e, embora não sejam mais tão influentes, os preceitos religiosos herdados do Norte global ainda consegue bagunçar a sua estabilidade emocional, interferindo diretamente na construção da sua Pessoa.

No que diz respeito a Gabriel, ele relatou que, hoje, não acha errado e/ou inadequado o comportamento dissidente do cisheterossexual. No entanto, também pontuou que passou por uma fase de negação em que tentou se enquadrar na norma cisgênera, o que não surtiu muito efeito por sua vez, porém, os efeitos colonizatórios da normatização ainda fazem com que ele se questione sobre a legitimidade de sua orientação sexual, de modo que cogite um poder escolher não ser gay, ou seja, está evidentemente posta a bagunça intersubjetiva causada pela normatividade sistêmica instalada. Isto posto, coloco que performatividade é, sobretudo, um ato de negociação ou como coloca Butler:

Fazer o gênero não é apenas um modo de ser exterior, de vir à superfície, de estar aberto à percepção dos outros. A corporificação manifesta claramente um conjunto de estratégias, ou o que Sartre talvez tivesse chamado de um estilo de ser, ou Foucault, de “uma estilística da existência”. Esse estilo nunca se autoestiliza plenamente, pois os estilos de existência têm uma história, e essa história condiciona e limita possibilidades. Consideremos o modo como o gênero, por exemplo, é um estilo corporal, um “ato”, por assim dizer, ao mesmo tempo intencional e performativo, de tal forma que performativo possa significar tanto “dramático” quanto “não referencial” (BUTLER, 2018, p. 5).

A ordem colonial, ainda na contemporaneidade, estabelece a normatividade sistêmica nas brechas para se manter enquanto lei bem como para se perpetuar visto que

[...] o gênero é uma performance que envolve consequências claramente punitivas. A distinção de gênero faz parte da “humanização” dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; assim, quem não efetua a sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido (BUTLER, 2018, p. 6)

E, essa punição se materializa de forma física ou simbólica publicamente ou subjetivamente, principalmente nesta última, como se observa nos relatos supracitados, pois que, o que se corrói por dentro é desestruturado e/ou aniquilado de forma mais efetiva, uma vez que funciona com nações, povos, etnias e Pessoas.

Isto posto, portanto, e com objetivo didático, me volto à questão da intersubjetividade, da memória mais especificamente, em que procurarei realçar como esta é usada para a manutenção/reprodução da espécie e, sobretudo, da lógica cisheterossexual, uma vez que este é um dos objetivos desta pesquisa – circunscrever como acontece o processo de subjetivação das pessoas dissidentes –, e, para tanto, é relevante pontuar como a memória individual e principalmente a coletiva atua nesse processo.

Em “Memórias da plantação”, Grada Kilomba (2019) fala magistralmente em como os sujeitos/as negros são silenciados e transformados de vítimas em algozes do racismo por pessoas e, principalmente, por sociedades racistas, frente a episódios de preconceito e/ou discriminação racial. Logo, acrescento que a fala serve como exemplo aqui, pois tanto o racismo quanto às lgbtfobias são igualmente violentos para com estes sujeitos dissidentes dentro do sistema-mundo colonial/moderno. E, em relação a negação Kilomba argumenta:

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial [...] Esse fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (self). Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte “boa”, acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como “eu” e o resto – a parte

“má”, rejeitada e malévola – é projetada sobre a/o “Outra/o” como algo externo (KILOMBA, 2019, p. 34 – 37).

Dessa forma, graças a colonialidade do saber-poder, a sociedade brasileira vivencia dois problemas estruturantes: primeiro, baseados em pré-noções de bases eurocêntricas, os sujeitos cisheterossexuais se veem enquanto norma ao passo que rejeitam a dissidência; segundo, os sujeitos dissidentes, por nascerem imersos num universo cisheterossexual, têm dificuldade para autoaceitarem-se e para desenvolverem suas identidades não hegemônicas, uma vez que apreendem que o “correto” é ser cisheterossexual. Nessa perspectiva, Lélia Gonzalez (1984) utiliza as noções de consciência e memória para falar do racismo e sexismo que são projetados na sociedade brasileira e, mais especificamente, sobre as imposições de ordem colonial sobre os sujeitos não homem/hétero/branco/patriarcal e afirma:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Logo, as pessoas estão condicionadas conforme Quijano (2009, p. 78) num “ab initio ao império de certos padrões de conduta historicamente invariantes”, ou seja, no nosso caso, a padrões comportamentais implementados a partir da colonização. Do ponto de vista psicanalítico, segundo aponta Kilomba (2019), o eurocentrismo é estruturado, sobretudo, em mecanismos psicológicos onde atuam, neste caso, a cisão e a projeção. E, como nesta lógica de organização do sistema-mundo, a Europa é o centro – padrão, modelo –, que foi construída sob uma consciência “única” sendo que esta foi inserida no seio das sociedades latino-americanas, torna-se vítreo que se instalou, também, no subconsciente dos sujeitos nativos um processo de cisão em que: o “normal”, logo,

“natural” é que os sujeitos sejam cisheterossexuais, portanto, ser cishétero é “bom”, “correto”.

Outrossim, a partir do estabelecimento desse padrão que foi internalizado pelos indivíduos sejam eles cisheterossexuais ou não, também se manifesta a repulsividade em forma de projeção: não ser cishétero é “errado”, logo, “ruim”, que também foi implantada no subconsciente dos indivíduos e é projetada sobre indivíduos não cisheterossexuais. Todavia, o agravante, neste caso, não é só que os indivíduos não cisheterossexuais são simplesmente vistos enquanto portadores de uma conduta “ruim”, logo, “errada”, mas que são vistos enquanto sujeitos/as/es que devem ser excluídos e/ou mesmo aniquilados do bojo da sociedade, sobretudo da brasileira.

E, com relação a projeção e classificação do Outro, o menos humano, portanto, o abjeto, é importante entendermos que a consciência, dotada de “razão”, se apropria de maneira ideológica dos discursos para produzir antíteses da normatividade ou, os Outros dos humanos. Além disto, a consciência também cria uma memória e a despeito da colonialidade que rege as sociedades colonizadas e que instituem seu modelo de organização como algo “natural” no subconsciente dos indivíduos, Aníbal vai pontuar “que as relações entre os elementos de um padrão histórico de poder têm já determinadas as suas relações antes de toda a história. Ou seja, como se fossem relações definidas previamente num reino ôntico, ahistórico ou transhistórico (QUIJANO, 2009 p. 78).

Portanto, a América é esse campo de disputa onde a Europa estabeleceu a sua hegemonia em detrimento das demais culturas, pois mostrou-se historicamente bem sucedida, uma vez que conseguiu, ao longo do tempo, consolidar-se estruturalmente neste espaço, de modo que padronizou as experiências heterogêneas sob o dogma fundacional eurocêntrico que perdura até os dias atuais, e tal empreitada colonial mostra-se exitosa como em nenhum outro continente no mundo, enquanto sendo uma experiência que organizou e que rege o mundo moderno/colonial e, nesse sentido, Quijano argumenta:

Em primeiro lugar, não se conhece padrão algum de poder no qual os seus componentes se relacionem desse modo e especialmente ao longo do tempo. Longe disso, trata-se sempre de uma articulação estrutural entre elementos historicamente heterogêneos. Ou seja, que provêm de histórias específicas e de espaços-tempos distintos e distantes entre si, que desse modo têm formas e caracteres não só diferentes, mas descontínuos, incoerentes e ainda

conflituosos entre si, em cada momento e ao longo do tempo (QUIJANO, 2009, p. 79).

Logo, Quijano (2009, p. 79) aponta que a partir daí são fundadas “as formas historicamente conhecidas sob a primazia geral das suas formas chamadas modernas: o ‘Estado-nação’, a ‘família burguesa’, a ‘racionalidade moderna’”. E, novamente, sob a justificativa da “modernidade”, da “racionalidade”, nós acabamos criando e/ou reproduzindo nichos sociais hierarquizados e, nesta situação, é necessário “não pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle” (RIBEIRO, 2020, p. 55).

Isto posto, é plausível inferir que este processo de controle do gênero e da sexualidade foi empreendido por meio da racionalidade irracional do eurocentrismo tal qual aponta Dussel (2005), que argumenta que a modernidade está para o desenvolvimento dos europeus assim como a colonização está para a violência contra os colonizados. Dito de outra forma, a modernidade – nos termos eurocêntricos – tem no seu núcleo a ideia de que só ela é capaz de “salvar”, de elevar a um patamar superior todas as outras sociedades não europeias, as levando para um estado de racionalidade, logo, de civilidade, portanto, de modernização. Em contrapartida, a mesma Europa que se coloca enquanto moderna, num processo míope, acaba impondo a “modernidade” a todas as pessoas, pois se enxerga enquanto a melhor forma de organizar o mundo – ainda que a Europa esteja na sala de estar – e, como essa organização será posta em prática pouco importa, pois, neste projeto, o que vale mais é o porquê, ainda que este seja violentamente moderno. E, nesse sentido, Enrique pontua:

Se se entende que a “Modernidade” da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua “centralidade” na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua “periferia”, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a “universalidade-mundialidade”. O eurocentrismo da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como “centro” (DUSSEL, 2005, p. 28).

Logo, a “modernidade” implementada pela Europa só serve para colocá-la no centro superior do sistema-mundo como a detentora e produtora de todas as formas de saber e ser e, assim sendo, hoje, urge-se a criação e sobretudo a implementação de novos marcos civilizatórios onde seja possível “possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2020, p. 43), neste caso, os/as sujeitos dissidentes, uma vez que como aponta Mignolo (2005), existe uma construção simbólica sob a qual a sociedade – europeia – interpreta e organiza-se a si mesma dando-lhe uma significação própria – imaginária – que, neste caso, assume um sentido geopolítico e que acaba por controlar e regular o sistema-mundo moderno/colonial e que, devido a colonialidade do poder que lhe governa “só concebe o sistema mundo moderno do ponto de vista de seu próprio imaginário, mas não do ponto de vista do imaginário conflitivo que surge com e da diferença colonial” (MIGNOLO, 2005, p. 34).

Portanto, Mignolo (2005, p. 34) aponta que a “colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”. Ademais, aqui, colonialidade pode ser interpretada enquanto autoridade e que, dessa forma, é fabricada para “obrigar, ou persuadir, os indivíduos a submeter-se a essas relações e a esse sentido geral do movimento da sociedade que os habita” (QUIJANO, 2009, p. 80), pois, são colocados enquanto padrões comportamentais “naturais”, logo, ao fazer isso, a colonialidade mais uma vez reitera o seu poder sobre sistema-mundo, sobre a América Latina colonizada, pois esse é um artifício de perpetuação do seu projeto de mundo.

Ademais, voltando ao cerne deste trabalho, me volto para análise do sistema-mundo a partir da sua base eurocêntrica de colonização do gênero e da sexualidade porque faço coro com Lugones (2008, p. 92, tradução nossa) observando que é necessário “compreender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas e girar a nossa compreensão sobre a importância e magnitude do gênero na desintegração das relações comunais e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivo de tomada de decisões e das economias”¹⁶, portanto, vejo gênero/sexualidade enquanto formas de organização social e, neste caso, como forma, primeiramente, de estratificação

¹⁶ “Entender el lugar del género en las sociedades precolombinas nos rota el eje de comprensión de la importancia y la magnitud del género en la desintegración de las relaciones comunales e igualitarias, del pensamiento ritual, de la autoridad y el proceso colectivo de toma de decisiones, y de las economías”.

social movida pela Europa para, gradualmente, reverter-se em um processo de escamoteamento cultural. Nessa lógica, a despeito da atuação do sistema-mundo moderno/colonial de gênero, María pontua que

[...] a compreensão da organização social pré-colonial desde as cosmologias e práticas pré-coloniais, são fundamentais para que se chegue a entender a profundidade e o alcance da imposição colonial. Mas não podemos fazer um sem o outro. E, portanto, é importante entender até que ponto a imposição deste sistema de gênero foi tão constitutiva da colonialidade do poder como a colonialidade do poder foi constitutiva deste sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de constituição mútua. Até aqui, deveria ficar claro que o sistema de gênero moderno colonial não pode existir sem a colonialidade do poder, e que a classificação da população em termos de raça é uma condição necessária para sua possibilidade (LUGONES, 2008, p. 93, tradução nossa)¹⁷

Consequentemente, é possível visualizar que historicamente os “grupos subalternos não tem direito a voz, por estar em um lugar no qual suas humanidades não foram reconhecidas. Por pertencerem à categoria “daqueles que não importam” (RIBEIRO, 2020, p. 74), daqueles/as que foram/são construídos para não importar. Portanto, é importante estar atento/a para o projeto de constituição do sistema-mundo moderno/colonial, pois é através do seu entendimento que é possível compreender o papel do eurocentrismo na construção do sistema de gênero – cisheterossexual – que conhecemos e vivenciamos, hoje, na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. Ademais, e diante exposto, concluo esta seção sustentando que é aqui que se inicia a fabricação do Corpo-Território LGBTQ+ e que, este, como todo o processo colonial, está diretamente relacionado com a alteridade europeia que nos classifica como os Outros/as/es dos humanos.

Por consequência, nós, a dissidência de gênero/sexualidade, concluindo a argumentação supracitada, nascemos aqui, enquanto sujeitas/os/es pré-discursivos porque somos fabricados a partir da colonização dos afetos. Assim, ao retomar a resposta dos/as

¹⁷ “[...] la comprensión de la organización social precolonial desde las cosmología y prácticas precoloniales son fundamentales para llegar a entender la profundidad y alcance de la imposición colonial. Pero no podemos hacer lo uno sin lo otro. Y, por lo tanto, es importante entender hasta qué punto la imposición de este sistema de género fue tanto constitutiva de la colonialidad del poder como la colonialidad el poder fue constitutiva de este sistema de género. La relación entre ellos sigue una lógica de constitución mutua. Hasta aquí, debería haber quedado claro que el sistema de género moderno, colonial no puede existir sin la Colonialidad del poder, ya que la clasificación de la población em términos de raza es una condición necesaria para su posibilidad”.

interlocutores/as quando perguntados/as se acham errado ser LGBTQ+, podemos observar que em maior ou menor nível está em curso uma transição comportamental dos/as indivíduos dissidentes, processo este verificável a partir de suas falas, pois, se antes consideravam – alinhados/as a ordem cistêmica – ser um/a dissidente como algo errado, hoje, começam gradualmente a viver e experienciar Outras possibilidades de existência e de racionalização que não aquelas postas colonialmente para o gênero e a sexualidade. Logo, temos como resultado desta equação que a colonialidade é fruto da Europa para os humanos de “verdade” e, o *truque*, enquanto herança ancestral que possibilita um caminho para a restituição, para que àqueles/as Outros/a/e possam performar humanidades *montadas*¹⁸.

2.2 Conhecimento de si e a ressignificação do lugar de Outro

“Rompi tratados, traí os ritos
Quebrei a lança, lancei no espaço
Um grito, um desabafo
E o que me importa é não estar vencido”¹⁹

“*Ser um lgbt, hoje, é pensar a comunidade enquanto pessoas, não excepcionais, como outra qualquer!*”²⁰. Início esta seção com a fala de Jorge, na ocasião, conversávamos sobre assuntos cotidianos e sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas LGBTQ+. Em certa altura da conversa, eu o indaguei sobre como ele se vê hoje em relação à sociedade, ele, respondeu que, a princípio, via o comportamento dissidente do cisheterossexual enquanto “*inadequado*”, mas que hoje “*não pensa igual*”, que enxerga toda a comunidade LGBTQ+ com naturalidade. Chamo a atenção para a transição comportamental e de julgamento do interlocutor. Concordo com Berth (2020, p. 52) quando ela afirma que “*indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada*

¹⁸ Termo êmico no meio LGBTQ+, usado sobretudo por travestis e drag queens e que diz respeito ao ato de vestir-se como. Em encenar e/ou viver um outro gênero, oposto ao biológico.

¹⁹ Secos & Molhados. **Sangue Latino** (1973). Disponível em: <https://m.letras.mus.br/secos-molhados/48770/>. Acesso em: 13/ 09/ 2022.

²⁰ Diário de Campo, 31 de jul de 2021.

e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes”. Todavia, Berth também pontua que

Para aqueles que têm se dedicado aos estudos e reflexões sobre os efeitos tanto individuais quanto coletivos, acumulados por séculos de exploração, alienação e aliciamento de pessoas, o entendimento do que é poder é quase intuitivo. Mas, para aqueles que apenas sobrevivem às intempéries de áreas do sistema de opressão e dominação presentes em suas vidas, também é intuitivo pensar no significado de poder sob um viés negativo ou, no mínimo, mobilidade social e jugo daqueles que não o tem (BERTH, 2020, p. 18 – 19).

No entanto, alçar a tal estágio de desenvolvimento não é um processo simples e tão pouco natural para essas pessoas, pelo contrário, é um processo complexo e extremamente conflitivo. Assim sendo, aqui, tomarei como ponto de partida o comportamento que meu interlocutor entendia enquanto uma postura “inadequada”, pois, este diz respeito a um processo de ressignificação e desvelamento da opressão e da violência. Em relação à conflitividade, Foucault (1987) nos dá um bom exemplo e nos ajuda a pensar esta situação, o autor toma como exemplo empírico um microcosmo da sociedade – a prisão – para falar do processo de disciplinamento e adestramento dos corpos dentro do espaço da instituição, pois esta tem a finalidade gerar comportamentos dóceis e subservientes nas pessoas que compartilham aquele território, visto que é um lugar de significado e de significação.

Em consequência disto, a interpretação do autor coaduna com o depoimento do interlocutor em relação a sua primeira visão a respeito dos comportamentos “inadequados” das pessoas dissidentes, dado que se interpretamos a sociedade como um macrocosmo das prisões e que, portanto, também disciplina os indivíduos, temos que o comportamento do interlocutor foi ensinando e/ou adestrado visto que a norma/padrão vigente para nós é a cisheterossexual e, sobre a perspectiva do disciplinamento, Foucault argumenta:

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de

aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições “especializadas” (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (FOUCAULT, 1987, p. 238).

E, continua pontuando sobre o papel e as técnicas do disciplinamento enquanto forma de (re)organização de sociedades:

[...] as disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas [...] o que é próprio das disciplinas, é que elas tentam definir em relação às multiplicidades uma tática de poder que responde a três critérios: tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna; ligar enfim esse crescimento “econômico” do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema (FOUCAULT, 1987, p. 241).

Logo, é possível depreender que em um sistema cisheterossexual, os indivíduos são disciplinados para tal configuração, ou seja, que existe toda uma trama simbólica que cria e dá significação ao ser cisheterossexual e, neste lugar, essa estrutura credita humanidade a esses sujeitos ao passo que inviabiliza e/ou inválida a existência dos/as Outros/as/es. Uma vez que, do ponto de vista ontológico, de acordo com Butler (2003), existe um ordenamento social, uma narrativa, que coloca o gênero enquanto anterior ao ser, ou seja, como um mecanismo de organização social naturalmente constituído. Todavia, Butler argumenta que este sistema é temporalmente situado e afirma que:

[...] a narração ocorre numa linguagem que, estritamente falando, é posterior à lei, é consequência da lei, e assim provém de um ponto de vista tardio e retrospectivo. Se uma linguagem é estruturada pela lei, e se a lei exemplificada e, a rigor, imposta na linguagem, a descrição, narração não só pode conhecer o que está fora dela mesma – isto é, o que é anterior à lei –, como sua descrição desse “antes” estará sempre a serviço do “depois” (BUTLER, 2003, p. 112 – 113).

Gênero e sexualidade estão, neste lugar, histórico e socialmente produzidos e, sendo assim, o poder, manifestado através do discurso, é colocado em relevo sobre a corporalidade dos sujeitos produzindo e/ou reproduzindo comportamentos que, neste caso, são cisheterossexuais e que são mediados por uma instituição normalizadora – a sociedade –, pois

[...] “o antes” e o “depois” da lei são modos de temporalidade discursiva e performativamente instituídos, invocados nos termos de uma estrutura normativa que afirma que a subversão, a desestabilização ou deslocamento exigem uma sexualidade que de algum modo escapa das proibições hegemônicas a pesarem sobre o sexo (BUTLER, 2003, p. 54).

Por consequência, é neste momento que o Corpo-Território LGBTQ+ começa a ser estruturado e significado por parte dos sujeitos/as/es dissidentes, a partir do momento que se entende que a cisheterossexualidade é um projeto de ordenamentos e disciplinamento para um modelo de mundo hierarquizado. Destarte, é dessa forma que o Corpo-Território dissidente é ressignificado, a partir do instante que o indivíduo ver que a sua orientação e/ou identidade de gênero é/são uma possibilidade e que se pode performar Outras formas de ser, enxergando, assim, também, o ordenamento sistêmico enquanto “uma invenção. Uma farsa. É um produto histórico e social: é o resultado de uma época e de algumas condições determinadas” (GUASCH, 2007, p. 17, tradução nossa)²¹ e que, “como um mito, também serve para garantir a estabilidade das coisas; a heterossexualidade justifica uma ordem social intocável” (GUASCH, 2007, p. 17, tradução nossa)²². Dessa forma, o Corpo-Território LGBTQ+ é significado quando os sujeitos/as/es não normativos entendem que seus corpos/as são constantemente interpelados, controlados, que

A heterossexualidade é o cruzamento da natureza com a cultura. A sexualidade é um conjunto de práticas e discursos (relativos ao gênero, ao desejo, a afetividade e a reprodução) que atravessam transversalmente o sistema social e cultural. A sexualidade não é natural. A espécie humana não responde de

²¹ “Uma invención. Una patraña. Es un productor histórico y social: el resultado de una época y de unas condiciones sociales determinadas”.

²² “Em tanto que mito, también sirve para garantizar la estabilidad de las cosas; la heterossexualidad justifica un orden social intocable”.

maneira imediata ao imperativo biológico de reprodução genética. Ao contrário, existe um amplo sistema normativo que regula quando, como, com quem e de que forma a reprodução tem lugar (ou não) [...] a sexualidade humana busca reproduzir tanto os grupos humanos como a ordem social que os sustenta. E enquanto um sistema que ordena e regula a reprodução do ser humano, a sexualidade também é universal. Mas não é igual em todas as partes. A sexualidade está condicionada a um quadro sociocultural no qual está localizada e que se adequa a cada contexto histórico concreto (GUASCH, 2007, p. 111, tradução nossa)²³

É, a partir de então, que esses indivíduos vão se perceberem enquanto sujeitos/as/es, enquanto os/as Outros/as/es da norma padrão que “se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de “sujeitos” que não apenas ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é de fato culturalmente inteligível” (BUTLER, 2003, p. 54), quando se entende que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). Logo, é entendendo que os discursos são produzidos a partir da lógica cisheteropatriarcal, sob a sua ordem de relações de poder-saber, ou seja, a partir do momento que se compreende que as dicotomias – homem versus mulher, certo versus errado, natureza versus cultura, etc – são fabricadas, assim como

A noção de humanidade que nos forma não é metafísica ou ontológica. O conceito de humano está assentado em um projeto político que retira humanidade daqueles que não tem um gênero compatível com o sexo. Para que a diferença sexual fosse compreendida como algo necessário para o indivíduo entrar na ordem simbólica, portanto, humano, e tornar-se sujeito, foi resultado

²³ “La sexualidad es el cruce de la naturaleza con la cultura. La sexualidad es un conjunto de prácticas y discursos (relativos al género, al deseo, a la afectividad y a la reproducción) que atraviesan transversalmente el sistema social y cultura. La sexualidad no es natural. La especie humana no responde de manera inmediata al imperativo biológico de reproducción genética. Al contrario, existe un amplio sistema normativo que regula cuándo, cómo, con quién y de qué forma la reproducción tiene lugar (o no) [...] la sexualidad humana busca reproducir tanto los grupos humanos como el orden social que los sostiene. En ese sentido, la sexualidad es conservadora. Y en tanto que sistema ordena y regula la reproducción de lo humano, lá sexualidad también es universal. Pero no es igual em todas partes. La sexualidad está condicionada por el marco sociocultural em que se ubica y se adecua a la realidad de cada contexto histórico concreto”.

de uma extensa e intensa produção discursiva do saber/poder médico e pelas ciências psi (BENTO, 2011, 90 – 91).

É que os/as sujeitos/as/es tomam consciência das imposições socioculturais que os circunscrevem, é a partir de então que estes indivíduos vão começar a moldar o seu gênero e a sua sexualidade, o seu Corpo-Território. A partir deste ponto que será possível ressignificar a si mesmo bem como a sua identidade dando, portanto, inteligibilidade às suas Pessoas, entendendo, aqui, que

[...] a pessoa se constitui por meio de um sistema moral e de valores próprios de cada sociedade e/ou grupo a que pertence, numa construção que deve ser buscada nos conteúdos culturais e simbólicos e no conjunto de práticas e discursos que são histórica e socialmente marcados (SILVA, 2007, p. 44).

A fim de entender esse processo de construção social, eu questionei das/os interlocutoras/es se, hoje, elas/es têm vergonha ou orgulho de si mesmas/os, no sentido de compreender como lidam com a rematerialização de suas Pessoas dentro da lógica cisheteronormativa para a construção de seus Corpos-Territórios, de modo que, elas/es assim relataram:

Não, eu não tenho vergonha de mim! (Janaína)
Tu diria que tu é uma pessoa forte? (Pesquisador)
Sô, sou uma pessoa forte! Que apesar dar luta, dar dificuldade que eu já passei, inda continuo passando, e inda tô vencendo! (Janaína, travesti).

Jorge, por sua vez, me relatou que:

Eu me orgulho muito da minha trajetória, não foi fácil né, eu tive uma infância muito problemática, de violência, preconceito racial foi muito recorrente na minha vida e eu superei, assim... A maioria sozinho, e isso pra mim é relevante! Eu me tornei uma pessoa mais sensível, uma pessoa mais empática, uma pessoa que não julga tanto antes de conhecer, eu acho que a maturidade veio um pouco mais cedo! (Jorge, gay).

Na mesma direção, Márcia pontuou:

Orgulho! (Márcia)

Por que? (Pesquisador)

É... Eu tenho orgulho d'eu ser essa pessoa que sempre pensou em conquistar o melhor, sempre mostrou ser uma pessoa dedicada, sabe!? Ser aquela pessoa que gosta de ter amizade com todo mundo, mesmo apunhalado dela pelas costas, sempre procurei ter aquele afeto pelas pessoas e orgulho de quem eu sou hoje! (Márcia, lésbica).

No mesmo sentido, Gabriel colocou:

Eu tenho orgulho de mim mesmo! Pelo fato d'eu sê homossexual, sê uma pessoa independente, extremamente profissional, as pessoas fingi que gosta da gente né!? (Gabriel)

Tu acha que é fingimento? (Pesquisador)

A maioria! Tem alguns, mas setenta por cento é fingimento! (Gabriel, gay).

Assim, a partir desses depoimentos, com todas as suas implicações, sejam elas positivas ou negativas, tanto para os/as sujeitos/as/es não cisheterossexuais como para os cishéteros. Coloco que “o gênero é aquilo que se supõe, invariavelmente, sob coerção, diária e incessantemente, com angústia e prazer” (BUTLER, 2018, p. 16) para todas as pessoas, todavia, é peculiarmente subversiva a forma como os/as sujeitos/as/es dissidentes dão uma rasteira na encenação social e fazem das suas performances modos de ser e está no mundo, dando inteligibilidade a si e, conseqüentemente, ao seu nicho social num processo de territorialização de um corpo-espaço abjetificado, carente de recursos, e localizado na margem do sistema normativo de sexo e gênero. Uma vez que rematerializam que

Postular o corpo como anterior ao signo é postulá-lo ou significá-lo como prévio. Essa significação produz como efeito de seu próprio procedimento o corpo que pretende, não obstante e simultaneamente, desvelar como aquele que precede a própria ação. Se o corpo entendido como anterior à significação é um efeito de significação, então o status mimético e representacional da linguagem, que afirma que os signos seguem os corpos como seus espelhos necessários, não é em nada mimético. Pelo contrário, é produtiva, constitutiva, poderíamos até afirmar que é performativa, na medida em que tal ato significante delimita e concede contorno ao corpo que se afirma encontrar antes de toda e qualquer significação (BUTLER, 2019, p. 65).

De forma insurgente, os/as Outros/as/es derrubam as cortinas da atuação de gênero e sexualidade impostas enquanto normatividade, ao passo que estruturam aquele corpo-espaço que habita a escassez – a partir da dor e das violências –, de tal sorte que o convertem em um Corpo-Território abjetificadamente autossignificado, que falha e se orgulha de falhar em normas forjadas socialmente, marteladas sobre a cabeça dos/as sujeitos/as/es enquanto leis que se pretendem universais, “naturais” e pré-discursivas; e, na contramão da cisheteronormatividade, num contínuo tornar-se, eles/as se afirmam socialmente enquanto Pessoas transviad@s. Outrossim, quando se entende que há compulsoriedade nas formas de experienciar o gênero, o sexo e o desejo, um vez que “se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2003, p. 25). E além disto, Butler alerta para necessidade de enxergarmos que

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural que significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para cultura como sexo para natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “umsexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Existem determinações culturais que influem a vivência sexo/gênero. Quando se entende isso, que o gênero/sexualidade não são fixos, estáticos e pré-discursivos, mas, ao contrário, são construtos sócio-históricos, não estáticos e mutáveis, é que os indivíduos conseguem dar significação às suas Pessoas, que conseguem sobreviver às intempéries decorrentes das normas sociais e culturais estabelecidas, que são a herança da “construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso” (BHABHA, 1998, p. 107). Pois, nessa lógica, o discurso tem um caráter disciplinador onde

Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para “povos sujeitos” através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimentos do

colonizador e do colonizado que são estereotipados mas avaliados antiteticamente. O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução (BHABHA, 1998, p. 111).

Portanto, o ordenamento cisheteropatriarcal é significado e perpetuado através do discurso colonial e, esse funciona a partir da fetichização da diferença, pois, “dentro do discurso, o fetiche representa o jogo simultâneo entre a metáfora como substituição (mascarando ausência e a diferença) e a metonímia (que registra contiguamente a falta percebida)” (BHABHA, 1998, p. 116). Logo, “o fetiche ou estereótipo dá acesso a uma “identidade” baseada tanto na dominação e no prazer quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória em seu reconhecimento da diferença e recusa da mesma” (BHABHA, 1998 p. 116).

Isto é, existe a construção de um Outro, que é constituído no imaginário social por meio da moralidade cisheteronormativa. No entanto, quando isso é desvelado, e mais, quando se compreende “os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo” (PRECIADO, 2011, p. 12), a lógica cisgênera é posta em xeque, uma vez que não passam de construções socioculturais. E à vista disso, a concepção sobre o que é a cisgeneriidade diz respeito a uma ação

[...] fundamentada sobre a percepção de que conceitos sobre corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais – contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas –, e assim esta construção analítica deve ser maleável e abrangente o suficiente para enfrentar criticamente toda epistemologia, metodologia e proposta política+sociocultural colonialista (VERGUEIRO, 2015, p. 45).

O Corpo-Território LGBTQ+ começa a ganhar novos significados quando se subverte a lógica sistêmica posta, quando se exterioriza que a

[...] identidade de gênero cisgênera é idealizada através de conceitos como 'biológico' e 'natural' – para produzir uma leitura crítica sobre a construção normativa das identidades de gênero corporificadas como algo a ser derivado (através de distintos dispositivos de poder) de um sistema 'sexo/gênero' que tem sua normalidade produzida através da naturalização da pré-discursividade, binariedade e permanência para os corpos e identidades de gênero (VERGUEIRO, 2015, p. 45).

Retomando o diálogo estabelecido com Jorge²⁴ e com o qual iniciei esta seção, e que em certa altura do diálogo, quando de modo inadvertido o tratei no feminino – “ela”, “a senhora”²⁵ –, e que, a partir da tomada de consciência sobre a expressão utilizada no diálogo, me desculpei assim como o indaguei se ele se sentia incomodado em ser tratado daquela forma. Ele, rapidamente me respondeu que não havia problema e que não se incomodava em ser tratado daquela forma pois não era “heteronormativo”. Isto posto, coloco que a fala do interlocutor se alinha com o que entendo enquanto modelo de imposição, coerção e manutenção a partir de um padrão de saber-poder para determinar como os sujeitos/as/es devem experienciar o gênero e a sexualidade.

Ponto que, apesar do interlocutor não ter utilizado o prefixo “CIS” ao se referir as pessoas heterossexuais, no sentido de entender como pontua Vergueiro (2015, p. 52), que

[...] a cisgeneridade tem, como um de seus elementos constitutivos mais importantes, a consciência crítica de pessoas cujas existências são constrangidas e brutalizadas por conta de seus corpos, identidades e expressões de gênero. Consciências que são atravessadas por muito sangue de cissexismos, e por um desejo, cada vez mais presente e articulado, de rompimento com os silêncios diante das violências gênero-colonizantes.

Coloco que a sua expressão, utilizada na ocasião, coaduna com este entendimento visto que o mesmo enxerga com naturalidade as identidades de gêneros e sexualidades não normativas. Ou seja, apesar não usar este conceito analítico, ele vivência e materializa a subversão, pois, o seu “corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação próstética dos gêneros”

²⁴ Diário de Campo, 31 de jul de 2021.

²⁵ Pronomes de tratamento largamente utilizados no meio LGBTQ+, sobretudo por gays e travestis.

(PRECIADO, 2011, p. 14), em um processo de territorialização do corpo, dando inteligibilidade a sua Pessoa, pois a

[...] “desterritorialização” do corpo obriga a resistir aos processos do tornar-se “normal”. Que existam tecnologias precisas de produção dos corpos “normais” ou de normalização dos gêneros não resulta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. Pelo contrário, porque porta em si mesma, como fracasso ou resíduo, a história das tecnologias de normalização dos corpos, a multidão queer tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade (PRECIADO, 2011, p. 14).

Portanto, nesta lógica e neste lugar, os papéis de gênero e sexualidade são vistos com referência “à heterossexualidade compulsória como fenômeno, sem dizer como uma ideologia” (RICH, 2010, p. 23), visto que os padrões cisheteronormativos são arbitrários e agem de maneira inquisitorial sobre os sujeitos/as/es, comportando-se de modo que instituem o que é masculino e o que é feminino bem como quais são os modelos a serem seguidos. De forma que, esse sistema tem um caráter normativo na construção de subjetividades, todavia, é notável a forma como os sujeitos/as/es, a exemplo do interlocutor – Jorge –, gradativamente subvertem esta lógica, autoafirmando e autossignificando seus Corpos-Territórios dissidentes.

3. MAPEANDO AS MARGENS: A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO PARA PESSOAS LGBTQ+ EM GRAJAÚ-MA

“Não me convidaram
Pra esta festa pobre
Que os homens armaram pra me convencer
A pagar sem ver, toda essa droga
Que já vem malhada antes d’eu nascer”²⁶

Neste capítulo, tratarei do processo de empoderamento ou, da ausência deste junto a vivência dos/as interlocutores/as, os/as forasteiros/as/es de dentro, visto que compõem a sociedade grajauense ao mesmo tempo que paradoxalmente não a compõem, que estão no centro mas que são a margem, que ocupam o lugar de um quase sujeito – assim, no masculino, porque é cis –, mas que se aproximam mais do território da abjeção.

3.1 SEXUALIDADE E SUBJETIVAÇÃO

“Não sou nova aqui, não te peço licença
Sua permissão nunca fez diferença
Com toda educação, foda-se sua crença
Foda-se sua crença”²⁷

Em relação ao processo de subjetivação dos/as sujeitos/as/es para a construção de sua sexualidade e identidade de gênero, este, não parte do princípio de que o gênero é “uma situação histórica, e não um fato natural” (BUTLER, 2018, p. 4), pelo contrário, este é um processo onde o comportamento cisheterossexual é visto e colocado enquanto

²⁶ Cazuza. **Brasil**. Disponível em: <https://m.letras.mus.br/cazuza/7246/>. Acesso em: 13/ 09/ 2022.

²⁷ Urias. **Diaba**. Disponível em: https://youtu.be/_r83_uatpM. Acesso em: 13/ 09/ 2022.

“natural” desde suas infâncias o que impacta diretamente na construção de suas Pessoas, nesse sentido, como sinaliza Butler (2018, p. 4), “o corpo é compreendido como um processo ativo de corporificação de certas possibilidades culturais e históricas”.

Em vista disso, ao indagar dos/as interlocutores/as sobre esse processo, eu perguntei se durante as suas trajetórias, eles/as achavam que haveria existido uma tentativa de controle de seus corpos e sexualidades frente a sociedade e, se positiva, quem fez ou faz tal ação, e, obtive as seguintes respostas: as duas primeiras que relataram não ter havido interferência em suas vidas, e as duas segundas que contam ter havido interferência em suas experiências, sendo que assim relataram:

Não, nunca houve isso aí não! Minha mãe nunca tentou iscondê nada assim a respeito da minha vida, meu pai não me aceitou, ele me botou de casa pra fora, então, ele não tentou iscondê nada! (Janaína)

Ele só não aceitou, né? (Pesquisador)

Uhrum! (Janaína, travesti).

Não! (Márcia)

Por parte da tua família? (Pesquisador)

Não! (Márcia, lésbica).

Aqui, começam a ser sinalizadas as (im)possibilidades de existências, nesse sentido, chamo a atenção para o lugar de subversão e abjeção que Janaína ocupa para construção de sua Pessoa, ela foi expulsa de casa muito cedo, antes de começar a sua transição, ou seja, primeiramente, passa pelo processo de abjeção, entra para o grupo dos que não importam, ainda enquanto um “menino” que começara a se descobrir gay, porém, não houve espaço para ela naquele contexto, e prefiro não dimensionar o que teria lhe acontecido caso começasse a sua transição lá ou se esta, sequer, teria sido uma possibilidade, visto vivia em um ambiente rural, também, sistematicamente organizado.

Já em relação a subversão, essa começou a se materializar um tempo depois deste acontecido e, embora ela relate que não houveram interferências em relação ao seu comportamento, estas aconteceram tanto dentro quanto fora do seu núcleo familiar, todavia, a interlocutora fez de si mesma um Corpo-Território de autonomia ignorando, assim, as interferências externas. No entanto, é necessário ampliar o conceito de violência e focar, também, na simbólica e na verbal desferidas sobre a sujeita, uma vez que a interlocutora está muito presa à noção de violência física. De modo que, um indicativo da interferência externa foi feita pela própria Janaína durante a entrevista que me concedeu,

em certa altura da conversa ela me relatou a violência que sofrera no início de sua transição, onde me disse que:

[...] o preconceito era maior, a gente se sentia mais inferiô, a gente se inzolava mais! Por causa dessas coisas, porque quando você maginava que ocê ia saí pra rua e ia ouvi o que as pessoa ia falar, você já... Já se sentia mais inferior e sentia mais receio de saí! Procurava se isolar mais do que saí, pra não ouvisse preconceito! Armaria! Quando eu lembro o tanto de preconceito que eu já sufri, meu Deus do céu! Eu andava na rua faltava cê apredejado, tinha homi que ainda jogava pedra na gente! (Janaína, travesti).

Janaína passou/passa por diferentes tipos de violência, às vezes combinadas, mas também segue as ignorando e se construindo enquanto uma Pessoa transviada no mesmo espaço que habita a ordem cisheteronormativa. Já a despeito da fala de Márcia, nela o heteroterrorismo desempenha um papel, também, profundamente agressivo sobre a sua subjetividade, visto que

Os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina–mulher–feminilidade versus pênis–homem–masculinidade. A heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias entre os gêneros. A complementaridade natural seria a prova inquestionável de que a humanidade é necessariamente heterossexual e de que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo. Através das performances de gênero, a sociedade controla as possíveis sexualidades desviantes. Será a heterossexualidade que justificará a necessidade de se alimentarem/produzirem cotidianamente os gêneros binários, em processos de retroalimentação. Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade, e essa precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma (BENTO, 2011, p. 553).

A interlocutora tomou esse discurso normativo enquanto verdadeiro, o internalizou e agora o reproduz. Voltando ao contexto da entrevista, na ocasião Márcia ficou extremamente nervosa e desconfortável com a presença do gravador, fez várias pausas na gravação para que ela pudesse se acalmar. Ao final, ele mais atrapalhou que ajudou, mas também evidenciou um ponto bem relevante, naquela cena, ele – o gravador – ocupou um lugar de uma espécie de “juiz”, simbolicamente validado sistemicamente em que, a interlocutora entendeu que deveria dizer somente a “verdade” frente aquele

aparelho “sério” de coleta de dados. E, evidencia-se, também, que a cisgeneriidade ainda tem muitos artifícios de validação e persuasão social e consegue, dessa forma, penetrar e fazer uma tempestade em um Corpo-Território em construção e, como resultado, consegue, ainda, deixar uma bagunça subjetiva nos sujeitos/as/es.

Em relação a pergunta feita a Márcia, infelizmente existiu/existem interferências externas sobre o seu comportamento, Márcia tem uma postura, bem como um visual socialmente entendidos enquanto masculinos, ela sofreu de forma mais frequente no passado a reprovação por parte dos pais devido ao visual e ao comportamento divergente da sexualidade e do gênero atribuídos a ela. Foi violentada também por parte da sociedade, lembro-me de um episódio acontecido no ensino médio, estávamos em aula de língua portuguesa, quando em certa altura da aula, a pessoa professora colocou que os homens dizem “obrigado” e as mulheres “obrigada”, até que Márcia, proativa como de costume, exclamou em alto e bom tom: “Pois eu só consigo falar obrigado!”, a pessoa professora a repreendeu pois ela estava “errada”, ela reiterou que não conseguia falar daquela forma, e a pessoa profissional, então, em um tom jocoso, exclamou: “É, tá no íntimo!”, muitos dos/as presentes riram da atuação de alinhamento sistêmico. Em vista disso, trago esta memória para evidenciar como indivíduos que têm padrões cisheteronormativos internalizados muitas vezes não conseguem identificar as microviolências das quais são vítimas, assim como também não conseguem identificar uma interferência externa que venha a pesar sobre seu corpo, a exemplo do relato de Márcia.

Em relação às respostas positivas quanto as interferências sobre os corpos bem como ao gênero/sexualidade, por parte da sociedade, estas foram assim relatadas:

Indiretamente mais, a maioria dos casos! (Jorge)

Quem fez isso? (Pesquisador)

No grupo de amigos, não assim no grupo de amigos próximos, no grupo de amigos que tinha outros amigos né, e... Reagiam diferente, jogavam piadinha e isso foi uma forma, na cabeça deles, de me intimidar e, pelo contrário, isso não me intimida mais agora no momento, mas se fosse em outra época, ah, sim, isso ia me abala horrores, eu ia chora litros e litros depois que eu saísse ali daquele lugar! Mas hoje não, procuro me impor, mas já houve sim tentativas! (Jorge, gay).

Sim! (Gabriel)

Por parte de quem? (Pesquisador)

Por parte da própria sociedade mesmo!

Tu se sentia preso? (Pesquisador)

Num é que eu me sentia preso, a gente se sente assim, que você num pode se expressar, você num pode demonstrar aquilo que realmente você sente pelo fato da sociedade acha que aquilo é banal, entendeu!? Uma coisa macabra, uma coisa maquiavélica, porque hoje nós que somos homossexuais, todo mundo já passaram por isso, já sabe, sente na pele – olhares, jeitos, gestos – entendeu!? A vez a pessoa olha pra você e faz um gesto, olha pra você o olho diferente, você percebe no olhar!

Isso fez com que tu te contivesse? (Pesquisador)

Isso, um pouco de comportamento! (Gabriel, gay).

No que diz respeito a fala de Jorge, ele conseguiu notar a coerção comportamental que fora colocada sobre a sua Pessoa que, num primeiro momento, obteve sucesso, mas que, posteriormente, não obteve muita relevância sobre a vida do interlocutor, no sentido de lhe enquadrar num padrão comportamental cishétero. Já em relação a Gabriel, este conseguiu observar a interferência externa sobre a sua Pessoa, assim como pontua que os olhares, comentários e comportamentos – cisheterossexuais – fazem com que ele seja um pouco mais contido. E, sob essa perspectiva, o comportamento dos/as interlocutores/as implica de acordo com Butler (2018, p. 4), em:

Dizer que o corpo é um conjunto de possibilidades significa que a) a sua aparição no mundo, do ponto de vista da percepção, não é determinada por nenhum tipo de essência interior; e b) a sua expressão concreta no mundo assume e torna específico um conjunto de possibilidades históricas. Existe, portanto, uma agência que consiste no processo de tornar tais possibilidades determinadas. Essas possibilidades, por sua vez, são necessariamente limitadas pelas convenções históricas presentes.

E isso é o que faz com que o relato dos/as interlocutores/as divirjam, devido ao nível de internalização e naturalização de comportamentos e práticas cisheterossexuais. Sendo que alguns conseguem perceber tais interferências, e outros não.

E, seguindo a lógica de interpretação do processo de construção da subjetividade dos/as interlocutores/as, eu os/as perguntei se o seu processo de reconhecimento enquanto LGBTQ+ foi solitário, se positivo ou negativo, e ao que eles atribuíam tal comportamento, de modo que três dos interlocutores/as responderam que seus processos foram solitários e um que não, de forma que elas/es responderam que:

Não, foi um processo sozím, foi um processo solitário! Eu fui convivendo com as pessoas e praticando aquelas mesmas coisas que tava fazendo! Inclusive, na época, eu aprendi assim... A me espelha com a [outra travesti], eu convivi muito tempo com a [outra travesti], e eu me espelhei nela assim... D'eu me adaptar a sociedade com ela, comecei a tem conhecimento das pessoa junto com ela, de anda cum ela. De cunhece as pessoas através dela, assim... Fiz amizade com as pessoa através dela, de arruma trabalho através dela! (Janaína, travesti).

Sim! (Márcia)

Ao que tu atribui isso, por que tem essa impressão? (Pesquisador)

Por parte da minha mãe nem tanto, sabe!? Mais por alguns amigos, alguns que se diziam ser meus verdadeiros amigos, entendeu!? Foram as pessoas que se afastaram mesmo, mas por questão da minha família não, minha mãe sempre me apoiou sabe!? Independente de tudo, ela sempre foi a pessoa que mesmo não me aceitando, tava do meu lado! (Márcia, lésbica, grifos meus).

Foi! Devido a questão de você não sabê o que você quêra, da forma que você vai andá, quem você vai encontra, como você vai pisá, então, é muito solitário! Então você aprende só, é, mais é assim, a vida é assim, ela tem esses altos e baixos! Então com o tempo você vai aprendendo! (Gabriel, gay).

O processo de autodescoberta LGBTQ+ é geralmente solitário, e é mais ou menos difícil a depender de como o indivíduo se comporta socialmente – mais masculino ou feminino, como trajes mais masculinizados ou feminilizados, divergindo do gênero atribuído no nascimento –, além de ser mais ou menos introspectivo a depender da pessoa, sendo que todas essas formas de performar socialmente repercutirão em suas subjetividades. No caso de Janaína, ela teve que aprender fazendo, não passou por nenhum processo de formação ou teve alguém que lhe acompanhasse no dia a dia lhe ensinando como deveria ser ou agir frente a sociedade. Ela foi observando a vivência de outras travestis, foi experienciando aquele universo, coletando os pontos positivos e negativos, e foi construindo a sua subjetividade artesanalmente, visto que é uma sujeita que se constrói a partir do lugar marginalizado da carência.

Já no que diz respeito a experiência de Márcia, esta foi bastante problemática uma vez que ela tem um comportamento e postura mais masculinizada, o processo de construção de sua subjetividade foi muito solitário e doloroso, visto que a maior parte das pessoas com quem tinha contado se afastaram, assim como ela também se isolou em certa

medida, ficando do seu lado – apesar das divergências, contra o seu visual principalmente – apenas a sua mãe, assim, o relato da interlocutora que aparenta ser incongruente é bastante coerente, pois que, quando ela diz a mãe não a aceita mas a apoia, em verdade, a mãe está muito mais preocupada, por conta da colonização cisgenera, em como as pessoas vão reagir a divergência de sexualidade e comportamental da filha, além de ela mesma acreditar que a filha está performando a sexualidade atribuída a ela inadequadamente.

Já em relação a Gabriel, ele estava constantemente preocupado se a sua forma de se portar estaria infligindo o ordenamento cis, logo, acabou internalizando um pouco mais essa atuação imposta de comportamento na seguinte lógica: pode ser gay, desde que não se vista de mulher, desde que não ande como mulher. Então, esta foi uma subjetividade que sofreu interferência em um grau mais elevado e agressivo por parte da normatividade cisheterossexual.

Já em relação a resposta quanto ao processo de reconhecimento não solitário, o interlocutor assim relatou:

Assim, eu tive apoio, um apoio enorme do meu tio, do meu primo, então eu não passei por isso assim, sozinho, entendeu!? Eu tive esse suporte emocional mais construído, mais sólido! Que eu considero um privilégio né, porque nem todos tem pessoas que possam desabafar, pessoas que entendem o processo, já passaram por esse processo! Que me deram dicas: “oh, não vai ficar abatido, é um processo natural”; a palavra que sempre foi repetida nas minhas conversas é: “o tempo é o provedor de tudo, o tempo ele vai preencher esse vazio, com o tempo tudo isso vai passar, o tempo, ele vai cicatrizar”, né, tudo isso. (Jorge, gay).

Dessa forma, em relação a Jorge, este teve um pouco mais de suporte familiar uma vez que já tinha um tio gay, portanto, ele já teve um pouco mais de apoio, no sentido de ter com quem desabafar e, sobretudo, com quem se identificar e isto foi de suma importância para o processo de construção de sua subjetividade que, neste sentido, foi um processo menos difícil.

3. 2 FAMÍLIA E ACEITAÇÃO: “UM PROCESSO DE CORAGEM!”

“Enquanto você se esforça pra ser
 Um sujeito normal e fazer tudo igual
 Eu do meu lado aprendendo a ser louco
 Um maluco total, na loucura real
 [...] E esse caminho que eu mesmo escolhi
 É tão fácil seguir, por não ter onde ir
 Controlando a minha maluquez, misturada com
 minha lucidez”²⁸

Partindo do pressuposto de que o saber/poder constrói, instala e regula a norma e que, sob uma influência cristã significativa que atua sobre a sociedade brasileira, incluindo nesta a grajauense, é possível observamos que temos uma normatividade cisheterossexual enraizada e continuamente disseminada neste território, visto que isto faz parte da ideologia desta matriz religiosa que colonizou e conta com um número expressivo de adeptos/as no país. Todavia, para além da questão da normatividade sistêmica ser imposta compulsoriamente sobre as pessoas, é necessário que se compreenda que ela também invalida, pune e restringe formas Outras de se performar gêneros e sexualidades, neste sentido, Butler pontua que

Uma norma opera dentro das práticas sociais como um padrão implícito da normatização. Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas com as quais está impregnada, também pode se mostrar recalcitrante a qualquer esforço de descontextualização do seu funcionamento, as normas podem estar explícitas; mas, no entanto, quando funcionam como o princípio normalizador da prática social, muitas vezes permanecem implícitas, são difíceis de ler; os efeitos que produzem são a forma mais clara e dramática por meio da qual podem ser percebidas (BUTLER, 2006, p. 69, tradução nossa).²⁹

²⁸ Raul Seixas. **Maluco Beleza**. Disponível em: <https://m.letras.mus.br/raul-seixas/84/>. Acesso em: 13/ 09/ 2022.

²⁹ “Una norma opera dentro de las prácticas sociales como el estándar implícito de la normalización. Aunque una norma pueda separarse analíticamente de las prácticas de las que está impregnada, también puede que demuestre ser recalcitrante a cualquier esfuerzo para descontextualizar su operación. Las normas

E, para compreender a lógica de funcionamento do padrão cisheteronormativo que atua no município, questionei dos/as interlocutores/as sobre às suas experiências enquanto sujeitos dissidentes de uma organização social normativa, sobre como suas famílias se comportou/comportavam frente a suas orientações sexuais e/ou identidade de gênero e ao que eles/as atribuíam tal comportamento, de modo que, obtive dois relatos mais negativos e dois mais amenos, sendo que aqueles falaram que:

Aí foi um tempo que eu já era de maior, já tinha meus dezoito ano, só que eu já sabia o que eu era, mas eu vivia uma vida incubada, sem meu pai saber, sempre escondi isso do meu pai, porque eu não sabia qual era a reação do meu pai! Aí chegou um ponto que tinha que desabafar, eu tinha que sair do armário, aí eu contei, contei até pra um rapaz que tava derrubando a roça mais eu, aí ele foi e falou ali pra um ti meu ali que é marido da minha tia. Aí meu pai não guentou, não suportou! (Janaína)

Chegou aos ouvidos dele? (Pesquisador)

Chegou ao zuvido dele e ele teve que me colocar de casa pra fora, porque ele não me aceitava desse jeito, porque ele achava que o fato d'eu ser gay... Aquilo... Aquilo da minha sexualidade ia transmiti pro zoto. Aquele pessoal assim, sabe?! Aquele pessoal antigo, aquele pessoal racista, machista, que não entendia ainda das coisas! (Janaína)

O que foi que tu sentiu nessa hora? (Pesquisador)

Não, nesse hora assim eu me senti rejeitado, pelo meu pai e pela minha família! (Janaína)

Tu teve medo? (Pesquisador)

Tive medo e, e... Me senti rejeitado pela minha família, porque quando meu pai mandou eu ir embora, se minha família fosse outra pessoa que entendesse, que... Mas eu até concordaria porque, eu convivi aqui no meio da minha família, mas minha família também não tinha noção, não teve noção na hora, dizer assim: “não meu fi, seu pai mandou você embora, então você não vai embora, fique aqui mais eu!”. Não teve nenhum que agiu dessa forma comigo, que me acolheu! (Janaína, travesti, grifos meus).

O comportamento bem passivo, até porque... (Gabriel)

Tu disse? (Pesquisador)

Não, não há a necessidade de dizer, até porque você num precisa dizê, você tem que sabê demonstra uma situação sem você falar, e tem pessoas que consegue vê, entender, sem, também, comentar! (Gabriel)

Tu vivia independente? (Pesquisador)

Nã, vivia independente! (Gabriel)

Tinha quantos anos? (Pesquisador)

25 anos, pra assumi a minha homossexualidade foi com 25 anos, mas o zumzum o disse me disse, foi com 18, 19 anos! Esses boatinhos básicos (Gabriel, gay).

Logo, a partir destes relatos é possível inferir que “a norma rege a inteligibilidade, permite que certos tipos de práticas e ações sejam reconhecíveis como tal, impondo uma

pueden ser explícitas; sin embargo, cuando funcionan como el principio normalizador de la práctica social a menudo permanecen implícitas, son difíciles de leer; los efectos que producen son la forma más clara y dramática mediante la cual se pueden discernir”.

rede de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que vai aparecer e do que não vai aparecer na esfera do social” (BUTLER, 2006, p. 69, tradução nossa)³⁰ e, portanto, quando os indivíduos se declaram no terreno da dissidência, acontece o choque, o conflito, uma vez que configuram Pessoas que extrapolam a fronteira da normatização, pois, são sujeitos/as/es que desestabilizam o ordenamento posto que, se pressupõe na ordem sistêmica, que quebraram a lógica “natural” da reprodução humana.

Destarte, em relação, a princípio, a sexualidade de Janaína, temos que num primeiro momento ela, então, começara a se descobrir enquanto um “homem gay”, e não com uma identidade de gênero autodescoberta enquanto uma travesti. Todavia, aquele corpo que auto-começara a significar-se, não coube naquele espaço, fora, então, expulsa. De forma violentamente sutil, um terceiro que, neste caso, era seu irmão, comunicou-lhe que não era mais bem vinda naquele lugar e que, dessa forma, seu pai ordenava que ela se retirasse. Ela, perplexa e de cabeça erguida obedeceu, arrumou o pouco que tinha e partiu.

Aqui podemos verificar sistematicamente que, naquele momento, em que a interlocutora manifestara uma sexualidade divergente da estabelecida, que acabara por desencadear um conflito naquele espaço porque “o gênero é o aparato através do qual tem lugar a produção e a normalização do masculino e do feminino junto com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume” (BUTLER, 2006, p. 70, tradução nossa)³¹ e, nesse sentido, os afetos já estavam, também, colonizados naquele espaço de modo que a engrenagem sistêmica conseguiu prevalecer neste episódio, visto que a interlocutora estava performando “inadequadamente” o papel a ela determinado. Com isso, foi expulsa de casa porque, na época, fora lida pelos outros normativos enquanto um gay e naquele local fabricado, conservador e moralista, não era socioculturalmente bem visto ter um gay na família e muito menos em casa. No entanto, apesar da pouca instrução e formação política sobre estas questões, a interlocutora ainda externa certa compreensão no que diz respeito a sua expulsão, entendendo que, naquele contexto, era inadmissível ter um corpo que começara a se descobrir dissidente no núcleo

³⁰ “La norma rige la inteligibilidad, permite que ciertos tipos de prácticas y acciones sean reconocibles como tales imponiendo una red de legibilidad sobre lo social y definiendo los parámetros de lo que aparecerá y lo que no aparecerá dentro de la esfera de lo social”.

³¹ “El género es el aparato a través del cual tiene lugar la producción y la normalización de lo masculino y lo femenino junto con las formas intersticiales hormonales, cromosómicas, psíquicas y performativas que el género asume”.

familiar, no entanto, devido aos sofrimentos causados, também manifesta certo ressentimento para com a família.

Ademais, do ponto de vista sociológico, o depoimento de Janaína traz pistas da engrenagem sistêmica, bem como permite que compreendamos a sua lógica de funcionamento e de estruturação ou, melhor, de normatização. Quando fala que não aguentava mais e que precisava sair do “armário”, ela evidencia a farsa da “concepção heteronormativa de gênero que essencializa a diferença macho-fêmea e ignora a diferença e a exclusão dentro das categorias de gênero” (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250). Outro ponto importante, diz respeito a “transmissibilidade” de uma forma de ser gay, ou seja, havia/há um temor em ser menos homem, que é materializado pelo contato e/ou proximidade com aquele corpo desviante da norma, que a um só tempo ameaça e contamina o território dos “homens de verdade” e que, portanto, deve ser banido e/ou aniquilado daquele espaço, visto que, como aponta Larissa:

A “normalidade” é estar distante da homossexualidade, sobretudo dos seus estereótipos. Ser “normal” é ser heterossexual. Ser gay é, assim, antes uma categoria que/do que uma identidade. Categoria que atribui um valor negativo ao sujeito assim taxado, uma vez que o feminiliza. Por sua vez, essa feminilização vem vinculada a uma série de performances corporais, mas, sobretudo, à idéia de passividade (SILVA, 2007, p. 195).

Portanto, o ser gay é visto “como uma categoria associada à patologia e/ou à ruptura com valores estruturantes do “homem de verdade”” (SILVA, 2007, p. 196). Logo, ter um gay no seu núcleo familiar comprometeria toda a masculinidade hegemônica daquele grupo, que afetaria também a “normalidade” das coisas, daí resulta a expulsão daquele corpo do meio, fazendo, em um só tempo, o asseguramento da masculinidade daquele local e a confirmação/manutenção simbólica do padrão cisheterossexual que está posto. Nesse sentido, este Corpo-Território é significado pelo outro normativo, ainda que do lugar da abjeção, pois na tentativa sistêmica de descredencia-lo, o violentando e constrangendo objetivando desumaniza-lo e, sobretudo, para punir a dissidência publicamente como forma pedagógica de disciplinamento, a normatividade acabou somente por possibilitar que a sujeita começasse a reconhecer e a ressignificar a sua

Pessoa a partir do lugar da abjeção. Burlando assim, o sistema posto e assumindo o controle e a construção de seu Corpo-Território enquanto uma possibilidade.

Em relação a Gabriel, esse padrão é agudamente expresso de forma internalizada por meio da fala deste interlocutor. No seu caso, o seu comportamento dissidente começou a causar um incômodo fora e depois dentro do seu núcleo familiar que, por sua vez, acabou gerando a sua expulsão da casa de seus pais, no entanto, o interlocutor não dimensiona adequadamente a violência da qual fora vítima e, mais grave, por estar imerso nesse contexto, reproduz e até justifica comportamentos cisheteronormativos. Nesta situação específica, o sistema colonial de gênero consegue ser “bem sucedido” uma vez que consegue desestruturar famílias e Pessoas desde o espaço público, pois que é uma forma de disciplinamento socioculturalmente sádica, a exemplo deste caso, onde instalaram-se, primeiramente, os boatos, de forma que estes chegaram ao núcleo familiar do interlocutor; gerou-se o constrangimento, a desavença e, ao final, a expulsão do mesmo daquele lugar porque, naquele contexto, o “problema” estaria solucionado. Porém, a exemplo de Janaína, a ação de expulsão do interlocutor e, principalmente, a tentativa de controlar/punir o seu corpo-espaço só serviu para fortalecer a sua Pessoa de modo que ele conseguiu construir seu Corpo-Território a partir desse lugar marginalizado.

Já no diz respeito às reações mais amenas, no que se refere ao comportamento dos familiares para com a declaração da orientação sexual, os interlocutores assim me responderam:

Assim, é... Após eu me assumir no primeiro momento pra minha família, eu falo família aqui em casa. No primeiro momento, claro, a reação não poderia ser positiva, né! Mas foi um pouco satisfatório porque a mãe em nem um momento ela me julgou, em nem um momento ela me disse assim: “nossa Jorge, que errado!”, foi um baque né. [...] Esse sentimento fazia parte da minha vida assim, acho que desde o processo que eu me descobri, na adolescência, eu acho que é um processo comum da descoberta! E, eu sempre tive esse desejo de falar, de esclarecer logo porque eu não gostava de guarda segredo! E entre minha mãe, assim, o único segredo que eu nunca tinha chegado pra revelar era esse. E isso me incomodava, isso me corroía, isso se tornava um peso, e eu fui carregando um peso por muito tempo, muito tempo! Chegou um momento que já estava cansado, exausto, e eu já tava preparado psicologicamente pro processo, pra reação! E a cabeça da gente é um turbilhão, a gente pensa em várias possibilidades, ou, nossa, ela vai ter uma reação muito negativa, ela vai mandar eu embora ou, nossa, ela vai ter uma reação positiva, ela vai me acolher! [...] Nunca é como a gente planeja, como a gente imagina, e foi uma reação satisfatória né, eu entendi que pra ela foi um baque, ela ficou em silêncio. [...] Falei: “mãe me identifico e eu sou gay!”, aí ela disse assim: “nossa, Jorge!”, aí ficou calada! Mas aquele silêncio a gente entende né, foi algo que ela não queria ouvir no momento ou não estava preparada e... Ela

ficou um tempo em silêncio, e eu respeitei, claro, o processo que também não é fácil pra ela! (Jorge)

Ela chorou? (Pesquisador)

Chorou! Ela chorou bastante... (Jorge)

E tu? (Pesquisador)

Eu, por incrível que pareça eu não me comovi, não chorei porque eu acho que era algo, um peso que tava saindo das minhas costas, tava muito leve e esse foi um dos melhores sentimentos que eu já presenciei em toda a minha vida! Sentimento da verdade, da descoberta, o processo de realmente, agora estou anunciando a minha identidade, a identificação! Mas claro, um pouquinho incomodado: “e agora como é que vai ser de agora em diante”. [...] minha mãe tinha esse medo d’eu vira um travesti, vira transsexual [...] na cabeça dela, de vira travesti, de me vesti de mulher, ela ficou com medo: “não, agora ele vai querer ser mulher”. E eu conversei pra ela: “não mãe, existe várias categorias e nenhuma categoria é errada e nenhuma é certa, mas o que eu me identifico é essa!” (Jorge)

Então ela tinha um receio que tu assumisse uma identidade feminina? (Pesquisador)

Eu acho que é um dos sentimentos comuns dos pais da população lgbt, não querendo generalizar! (Jorge, gay, grifos meus).

Normal, é... Como é que eu posso dizê, nem distrata e nem maltrata, sabe!? Não fala nada e até mesmo porque a partir do momento que eu me assumi né, eu já vivia do meu trabalho, já trabalhava, então, isso pra mim num importa não, importa quem eu sou! (Márcia)

Há diferença no tratamento que tu recebe da tua mãe e do teu pai? (Pesquisador)

Sim! (Márcia)

Fala um pouco (Pesquisador)

Pela minha mãe eu sou tratada né, com carinho, atenção, já o meu pai não, o meu pai já é um pouco mais na dele, mais assim brutão, mais da parte da minha mãe sou bem tratada sim! (Márcia, lésbica).

Dessa forma, o depoimento de Jorge nos traz uma outra peça de estruturação do sistema: a aversão ao feminino ou melhor, as formas de feminilidades que compõem a ordem cis/hétero/patriarcal, por isso o tio lhe advertiu que, esse passo, seria um ato de coragem. Ademais, seguindo com o relato, Jorge coloca que o “*sentimento comum dos pais da população lgbt*” é que os filhos/as não subvertam os seus papéis sociais pré-estabelecidos histórico e culturalmente, portanto, espera-se que os meninos cumpram os papéis socioculturais a eles atribuídos: os provedores, protetores, os que decidem; as mulheres, cabem: as atividades do lar, a criação dos filhos e a obediência ao marido. Todavia, se este sistema de normatização for quebrado ou se se entra clandestinamente em um outro território, o conflito é gerado.

Assim, se uma mulher adotar comportamentos mais masculinos, será repreendida pois estará indo contra a norma cisheterossexual, mas se um homem subverte a norma e declara uma identidade transexual, por exemplo, ele afrontará diretamente a norma

hegemônica, visto que além de estar entrando em território proibido, dado a não conformidade com a heterossexualidade, ele estará revertendo-se num *Outro*³² do homem, por isso, estará afrontando duplamente a cisheterossexualidade, em primeiro lugar, por não ser hétero, em segundo, por aproximar a identidade masculina da “inferioridade” pouco racional, do quase humano, da feminilidade. Representando, assim, uma afronta ao sistema, que é fixado e reproduzido no campo do social.

Desse modo, esta normatização é, também, posta em relevo na fala de Márcia, a interlocutora coloca que há indiferença através da forma que é tratada pelos pais e que, em virtude de seu comportamento mais masculino, a indiferença com que é tratada pelo pai reverter-se, também, com uma camada de desprezo. Assim, temos que “o sistema de gênero é heterossexual, visto que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal” (LUGONES, 2008, p. 98)³³, e sistematicamente a sua performance de gênero acaba por apresentar uma ameaça para a ordem vigente visto que é uma mulher masculinizada e, como a ordem que rege a sociedade grajauense é colonial, a interlocutora é tratada desta forma no núcleo familiar porque os seus pais são, também, vítimas da colonização de gênero, pois, como afirma Quijano (2005, 111), que:

Essa instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento: os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas.

E ainda sobre o processo de subjetivação dos/as sujeitos/as, eu os/as questioneei se, hoje, eles/elas se comportam da forma que querem frente a sociedade e, obtive os seguintes relatos, sendo que os dois primeiros vivenciam uma maior autonomia, e dois finais uma maior restrição, de modo que assim colocaram:

³² A filósofa Simone de Beauvoir diz que a mulher não é vista enquanto um sujeito em si mesmo, mas em uma relação com o homem na qual não há reciprocidade por parte deste, pois, ela – a mulher – não é vista enquanto sujeito, mas como um objeto, como o Outro do homem. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2009, p. 18).

³³ “El sistema de género es heterosexualista, ya que la heterosexualidad permea el control patriarcal”.

Levo, eu levo minha vida do jeito que eu quero! [...] então, eu levo minha vida por que eu trabalho pra mim sê dependente! Então, se eu vivo a vida do jeito que eu gosto, do jeito que eu me sinto bem, eu me visto do jeito que eu quero, porque sou dependente! Eu ando do jeito que eu quero, me sinto bem do jeito que eu sô! E, sou dependente, então, o gosto é meu! (Janaína)

Sempre foi assim na tua vida? (Pesquisador)

Sempre foi assim na minha vida! A partir do momento que eu passei a sê dependente, então, eu tenho que me arrumar pra mim, eu tenho que me senti bem do jeito que eu sou! Eu tenho que me visti do jeito que eu quero, porque sou dependente! (Janaína, travesti).

Sim, sim! (Márcia)

Mas sempre foi assim? (Pesquisador)

Sempre! (Márcia)

Houve alguma resistência, familiar, entre amigos ou algo do gênero? (Pesquisador)

Não, aconteceu não! (Márcia)

Com relação ao teu corte de cabelo, houve algum conflito? (Pesquisador)

Não! (Márcia)

Mas tu sempre quis cortar, mas o que era que te impedia? (Pesquisador)

Às vezes medo, aquele medo de saí pra procurar um trabalho e fica mais difícil né, porque minha mãe sempre falava que por causa disso ia ser muito dificultoso né, eu arrumar um trabalho, e as pessoas iam me olhar com os olhares tortos, então, daí eu parei pra pensar, falei: “poxa, eu sou eu, eu num tenho que tá me escondendo sendo que eu sou uma pessoa, e tá me escondendo pra tá agradando os outros não!”. Então eu dependo de mim, então eu vou fazer o que eu tenho vontade! (Márcia)

Qual foi a reação do teu pai em relação a isso? (Pesquisador)

Ah, ele num falou nada, num falou nem A nem B! (Márcia)

Qual é a tua impressão em relação a ele? (Pesquisador)

A minha impressão é que ele não se importou né, porque ele também não fala nada, não diz que tá bom nem que tá ruim! (Márcia)

Tu sente ele mais distante? (Pesquisador)

Um pouco! (Márcia)

E tua mãe? (Pesquisador)

Ah, minha mãe ela é de boa demais, ela, assim... Em questão do cabelo ela ficou um pouco mexida, mas depois tudo bem! (Márcia)

Qual é a tua impressão em relação a ela? (Pesquisador)

Assim, que ela gostou e não gostou, sabe!? Só que ela aos poucos ela tá se acostumando né, ela já não fala mais nada, antes quando eu falava que ia corta o cabelo né, ela já falava: “ah, tu vai corta o que, que aí já num tem mais cabelo, não sei o que, né!?” Então, hoje, normal, tá de boa! (Márcia, lésbica, grifos meus).

A respeito do relato de Janaína, temos que o seu comportamento é autônomo, no que se refere a construção subjetiva de sua identidade graças, principalmente, a sua independência financeira, de modo tal que ela colocou que durante a sua trajetória não precisou e não tem a necessidade de ajustar a sua identidade de gênero aos padrões hegemônicos vigentes, ou seja, está num processo de estruturação de sua Pessoa. Em relação a Márcia, quando questionada se sempre se portou da forma que quis, ela colocou que sim, no entanto, no que se refere a sua trajetória, pude observar que as coisas não transcorreram do modo que a interlocutora relatou. Sempre houve uma pressão – apesar

de hoje ela ser independência em relação a esta questão – para que Márcia adotasse um comportamento bem como um visual e um modo de se portar que se adequasse a um “jeito feminino de ser”, sobretudo por parte da mãe, pois em um contexto de colonização mútua, os indivíduos não dissidentes tendem a vigiar os que são enquanto uma forma de tentar regular e disciplinar a todo custo os corpos desviantes, pois,

Os autores do gênero ficam encantados com suas próprias ficções; desse modo, a própria construção faz com que se acredite que ela é necessária e natural. As possibilidades históricas materializadas em vários estilos de corpo nada mais são do que essas ficções culturais reguladas por punições, alternadamente corporificadas e disfarçadas sob coerção (BUTLER, 2018, p. 6).

Já em relação às respostas que apresentam ainda, hoje, uma maior restrição, estas foram assim descritas:

Não, claro que nunca é como a gente quer né! A gente tá falando de uma cidade de interior né, tem muito implicação, nem sempre a gente se sente confortável com uma roupa, nem sempre a gente se sente confortável com o ambiente, então, eu acho que, sim, tem esse pressionamento e... Às vezes, nunca é como a gente quer! Mas é mais por uma questão de territorialidade, por uma questão de uma população mais... Que não está mais habituada com essas novas... (Jorge)

Configurações!? (Pesquisador)

Configurações! (Jorge)

Sempre foi assim ou tem diferença na tua trajetória? (Pesquisador)

Com certeza, é pelo pouco conhecimento assim que eu adquiri, e minha experiência no passado, o que prevaleceu foi essa carga né, essa carga de informação e é como um alicerce pra mim, e é como uma defesa! Eu acho que antes eu estava despreparado, minha mente tava tão limitada, que toda imposição, toda palavra, todo comportamento pra mim, eu... Abstraia, eu tomava como verdade! E hoje não, eu passo a refletir, eu tenho senso crítico de tudo, eu questiono tudo, né!? Isso a universidade ela me presenteou! (Jorge, gay).

Nessa direção, Gabriel continuou:

Sim, da forma que eu quero! (Gabriel)

Sempre foi assim? (Pesquisador)

Não, de certo tempo não! Tem lugares que você tem que ter um comportamento adequado, até porque assim, o homossexualismo, é, existe pessoas que tem vários comportamentos né, tem uns mais assanhados, tem uns que são pintosa,

tem uns que se veste de mulher, então, você tem que tê um comportamento adequado a cada lugá que você está! (Gabriel)

Então dependendo do local tu te policia? (Pesquisador)

Justamente, de uma forma adequada e respeitosa comas pessoas ao meu redor! (Gabriel)

No sentido de brincadeiras, seria isso? (Pesquisador)

Pode ser no sentido de brincadeiras e no sentido de um comportamento sociável, porque você num pode tá num evento, um evento religioso, você num pode tá num evento de familiar com certos tipos de brincadeira, com certos tipos de comportamento ao qual você estaria com outras pessoas ou numa festa! Então você tem comportamento, cada local você tem comportamento, independente da sua opção sexual ou não! (Gabriel, gay).

No que diz respeito ao relato de Jorge, ele pontua que sempre houve um certo monitoramento sobre a sua Pessoa, afirma que atualmente as coisas andam um pouco melhor, mas que ainda se policia em relação a ambientes e a comportamentos. Ou seja, esse se policiar diz respeito a uma atuação coercitiva em que o interlocutor atua de modo que a sua orientação sexual fique o mais camuflada possível, sobretudo no que se refere a roupas e trejeitos, de forma que, o sistema consegue intervir em um grau mais elevado sobre o seu Corpo-Território em construção. Já no que diz respeito ao comportamento de Gabriel, este acaba por desvelar um artifício de funcionamento da ordem colonial/cisheteronormativa posta, quando perguntado se agia da forma que queria, ele colocou que sim, mas que é um comportamento que se condiciona a determinados espaços. Aqui, é possível visualizar que estes comportamentos “inadequados” ou “desrespeitosos” por parte do interlocutor dizem respeito a comportamentos afeminados que, neste caso, não são bem vistos e aceitos, portanto, o interlocutor sente a “necessidade” de se conter, de modo a não desrespeitar o sistema.

Seguindo esta linha de raciocínio, eu os/as questioneei, então, sobre qual era o motivo que os/as impediam de falar de sua sexualidade e/ou orientação de gênero publicamente, sendo que, uma falou que sempre performou o gênero/sexualidade publicamente, e os outros três com algumas restrições, de modo que assim informaram:

Não, elas já identificam de cara, eu não falo nada! Ali elas já tão vendo de corpo presente, como eu me comperto, como eu me visto! (Janaína, travesti).

No que se refere ao relato de Janaína, temos que ela é uma travesti que sobrevive à sociedade brasileira, logo, que é um corpo autossignificado, de tal sorte que não passa

despercebido em meio a normatividade socioculturalmente estabelecida. Nesse sentido, Janaína já começa a passar por um processo de ressignificação da sua Pessoa dentro da própria sociedade, num processo contínuo de tomada de consciência, numa trajetória de empoderamento.

Quanto aos indivíduos que performavam/performam com alguma restrição, estes narraram que:

Assim, quando as pessoas me perguntam eu falo, sem receio! (Jorge)

Hoje, mas nem sempre foi assim? (Pesquisador)

Não! Antes do processo de aceitação eu negava esse sentimento, e me incomodava se as pessoas me... “ah, a gente já sabe, dá pinta, fala logo”, eu me incomodava e negava né, essas afirmações! Mas hoje em dia não! Claro que eu não vou chegar e dizer: “oh, eu sou gay”, porque nenhum hétero chega e diz “ah, eu sou hétero, oh, eu sou gay”, mas se a pessoa chega e me pergunta eu falo na cara! (Jorge, gay).

Medo! (Márcia)

Medo de que? (Pesquisador)

Medo de ser... Como é que eu posso dizer, medo de que as pessoas se afastassem de mim! (Márcia)

Tu tinha medo da solidão/rejeição? (Pesquisador)

Isso! (Márcia, lésbica).

Porque na realidade não interessa a minha vida sexual, a minha vida íntima, não interessa a outras pessoas, até porque toda e qualquer pessoa temo direito de se expor e de se expressa de uma forma que ele acha adequado, e no meu pensamento, na minha convivência no meio da sociedade, no país que a gente vive com tanto preconceito, ninguém tem o direito de sabê da minha vida familiar, sexual, profissional, não! Só interessa a mim! (Gabriel, gay).

Com relação a fala de Jorge, o interlocutor ainda reproduz – inconscientemente – um discurso hegemônico cisheteronormativo, uma vez que ele argumenta que no passado negava a sua sexualidade devido, sobretudo, às influências externas que taxavam a dissidência enquanto algo inadequado mas que, hoje, reconhece a sua sexualidade enquanto algo normal. Todavia, quando ele argumenta que geralmente não fala da sexualidade “*porque nem um hétero chega e diz*” que é uma pessoa heterossexual, o interlocutor cai no *truque* hegemônico cisheteronormativo.

Mas, como eu sou disruptivo o revelarei, o *babado*³⁴ é o seguinte, a lógica de funcionamento cisheteronormativa vende a ideia para, neste caso, as bichas cis, de que

³⁴ Gíria utilizada no meio LGBTQ+, sobretudo por travestis e gays e que significa novidade, fofoca.

elas serão aceitas naturalmente no meio social sem maiores implicações sob, no entanto, algumas condições, sendo, a primeira, seja independente, mesmo que sem condições para, e, aproxime-se ao máximo do padrão cishétero. Segunda, fale o mínimo e, se possível, não fale de sua orientação sexual, afinal, você é um quase hétero, portanto, “normal”, logo, “humano”. E, nenhum hétero diz que é hétero. Porém, é aqui que está camuflado o *truque*, nenhum hétero diz que é hétero porque eles não têm a necessidade de e, ainda que digam, não serão impactados negativamente após tal ação. O contrário acontece com os gays cis – geralmente – ao se declarar gay, pois as bichas podem ser negativamente impactadas das mais diversas formas possíveis, mas principalmente através da violência simbólica. Então, quando atuam sob a lógica cisheteronormativa, se coloca – sistemicamente – que estes indivíduos são apenas homens ou mulheres que possuem “preferências” homoafetivas, mas que permanecem em seus corpos de nascença.

Logo, será mais fácil para estes/as dissidentes alçar ao estágio de “humanidade” em comparação às pessoas trans e travestis por exemplo. Basta apenas que sejam mais “discretos/as” e não se digam gays ou lésbicas. Porém, aqui também é camuflado um processo de embranquecimento da comunidade LGBTQ+, quando se condiciona os indivíduos a padrões, a uma maior “descrição”, ou seja, a comportamentos mais masculinizados para os homens e mais feminilizados para as mulheres, este processo tem início. Nesse sentido, o seu tentáculo mais perigoso se expressa através da não nomeação, uma vez que, quando você deixa de nomear uma realidade, aos poucos, ela deixará de existir, pois que, a realidade é discursiva e aquilo que não é nomeado sequer existe, uma vez que a instalação do saber/poder está organizando, segundo Quijano (2009, p. 77 – 78), de forma que

Em primeiro lugar, todas pressupõem uma estrutura configurada por elementos historicamente homogêneos, não obstante a diversidade de formas e caracteres, que guardam entre si relações contínuas e consistentes – seja pelas suas ‘funções’, seja pelas suas cadeias de determinações – lineares e unidirecionais, no tempo e no espaço. Toda a estrutura societal é, nesse perspectiva, orgânica ou sistêmica, mecânica. E essa é, exactamente, a opção preferencial do eurocentrismo na produção do conhecimento histórico. Nessa opção algo chamado ‘sociedade’, enquanto uma articulação de múltiplas existências sociais numa única estrutura, ou não é possível ou não tem lugar na realidade, como no velho empirismo e no novo pós-modernismo, ou se existe só pode ser de modo sistêmico ou orgânico [...] Em segundo lugar, em todas essas vertentes subjaz a ideia que de algum modo as relações entre os componentes de uma estrutura societal são dadas, ahistóricas, ou seja, são o

produto da actuação de algum agente anterior à história das relações entre as gentes.

No que diz respeito a Márcia, ela pontuou que no que se refere a ação de externar publicamente a sua sexualidade, o medo acabou se tornando o seu principal rival uma vez que temia o desprezo e o abandono por parte de familiares e amigos. No que se refere a Gabriel, quando questionado sobre se falava ou não da sexualidade publicamente, ele coloca que não, pois, não diz respeito aos demais, todavia, ele também manifesta um comportamento cisheteronormativo mais internalizado, de forma que não consegue refletir criticamente sobre a atuação do mesmo sobre sua Pessoa, e sobre a sua capacidade de manipulação, de desestruturação de Corpos-Territórios em construção.

Por esse motivo, é bastante oportuno que o interlocutor fale publicamente sobre a sua orientação sexual, no sentido de se assumir uma identidade política bicha, até porque o seu Corpo-Território é, em princípio, visto enquanto um espaço público e, portanto, se ele não der significação de modo a caracterizar e territorializar este corpo-espaco – compulsoriamente –, o sistema o fará, então é importante fazer uma demarcação política nos espaços no/com o corpo. Ademais, faz-se necessário levar em consideração os direitos individuais e pesá-los, no sentido de se interrogar sobre até que ponto esses direitos se aplicam e resguardam os sujeitos efetivamente, e até que ponto eles existem somente no campo da abstração, no sentido de não resguardarem os sujeitos/as/es dissidentes.

Nesse sentido, eu os/as indaguei sobre como, hoje, com todas as implicações de suas posturas dissidentes, sobre qual é a reputação que foi construída em torno de suas Pessoas e quais foram/são os seus papéis nesse processo sendo, primeiramente, a imagem que constroem de si e, em segundo lugar, a imagem que os outros constroem deles/as de modo que as duas primeiras relataram que se colocam de maneira positiva frente à sociedade e que o tratamento que recebem varia entre positivo e negativo dependendo pessoa para pessoa. Já os dois últimos, relataram que se colocam de forma positiva frente à sociedade, mas que a sociedade os trata de forma negativa, assim, fiz as seguintes indagações:

A imagem que você constrói de si mesma frente a sociedade é positiva ou negativa? (Pesquisador)

Assim, eu sempre procurei tratar as pessoas bem de modo geral, por fato d'eu sê gay, é pras pessoa me vê com uma visão normal, me tratar bem e me respeitar bem, do mermo jeito que eu respeitei ela! (Janaína)

Nesse sentido, tu sempre fez um esforço? (Pesquisador)

É, eu sempre fiz e ainda hoje eu continuo fazendo esses esforço, pra vê se as pessoas me tratam bem, da mesma maneira que eu trato elas! Eu vejo elas normal, igual eu quero que elas me veja normal, igual elas! (Janaína)

Como você descreveria a sociedade em relação a você, de forma positiva ou negativa? (Pesquisador)

Hoje, dependente de pessoas, que tempessoas que olha pra gente assim.. Com aquele olhar maldosos e... Tem pessoas que olham pra gente, tratam a gente como pessoas normal, pelo fato de você sê lgbt tem pessoas que olham pra você como pessoa normal, e tem pessoa que olham pra você diferente! (Janaína)

E na tua família? (Pesquisador)

Não, até agora, sobre essa parte aí, eu não tenho o que me reclamar da minha família não! Elas sempre me tratam bem, elas me respeita, eu respeito elas! Elas tem diálogo pra conversa comigo, agora por trás eu não sei, né?! (Janaína, travesti).

A imagem que você constrói de si mesma frente a sociedade é positiva ou negativa? (Pesquisador)

Positiva! (Márcia)

Como você descreveria a sociedade em relação a você, de forma positiva ou negativa? (Pesquisador)

Mais ou menos, porque sempre tem aquele que vai dizer: “ah, tu não vai conseguir, que tu é isso, porque tu é sapatão”. Então, tudo vai ficar difícil pra ti, tu num vai conseguir, tu num vai arrumar um emprego, tu nunca vai trabalhar pra ganhar bem, tu sempre vai viver nisso, entendeu!? Pra alguns, são negativas mas pra outros são positivo né, porque como a gente vê, tem aquela pessoa que te crítica mais, tem aquela que tá ali do teu lado, num liga pra isso sabe!? Sempre te dando aquele apoio: “tu depende é de ti mesmo, pra que tu vai tá dando ouvido pros outros”, né!? (Márcia)

Quem são as pessoas que te apoiam e as que não apoiam? (Pesquisador)

As que menos apoiam são aqueles que menos me conhecem! Já os que me apoiam são os que mais me conhecem, que sabem quem eu sou, que convivem comigo no meu dia a dia, que sabe que eu tô sempre ali lutando, sabe!? Então, aquelas pessoas que mais convivi comigo são as que mais me apoiam, e as que me criticam são as que menos me conhecem! (Márcia)

E no teu núcleo familiar, sobretudo mãe/pai? (Pesquisador)

Positivo! (Márcia)

Entre amigos? (Pesquisador)

Dos mais próximos positiva né, e dos mais distantes sempre negativa! (Márcia, lésbica).

No que diz respeito as respostas de Janaína, ela coloca que trata bem as pessoas visando a reciprocidade, todavia, a interlocutora foge do padrão normativo do que seria uma mulher de “verdade”, “natural” e, portanto, “o consentimento tácito coletivo quanto a representar, produzir e sustentar gêneros polarizados e distintos como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade concedida a sua própria produção” (BUTLER, 2018, p. 6) e, aqueles/as indivíduos dissidentes, como Janaína, são retirados da categoria

“humana” e vão compor a sociedade dos chamados Outros, pois sistemicamente ela não é vista enquanto uma “*pessoa normal*”, mas enquanto um “homem” que se veste de mulher, ou seja, não é vista socialmente enquanto uma travesti, tampouco como um gay, pois, se veste de mulher, embora seja geralmente adjetivada de viado que, sistemicamente, tem o mesmo peso sendo que, esse último, é usado com intenção pejorativa.

Em consequência disso, Janaína acaba por ser penalizada e vitimada pelos preterimentos afetivos e econômicos, uma vez que viola a imagem cisheteropatriarcal por ser “gay”, assim como mancha a imagem hegemônica de masculinidade construída em torno dos homens cisheterossexuais porque usa trajes femininos. Assim, o processo de construção da sua Pessoa culmina por despertar a violência sistêmica sob a forma de projeção contra seu Corpo-Território em edificação, porque a sua performance não apresenta só uma Outra possibilidade de existência, para os padrões cisheteronormativos, ela representa a materialização pública de uma grave ameaça ao sistema moderno/colonial de mundo que foi moldado para a hegemonia, que se coloca universal e que se pretende como única possibilidade.

De forma que, a projeção começou a ser destilada sobre o seu corpo ainda quando fora descoberto que ela não era uma pessoa heterossexual, sendo que foi, enquanto forma de punição, expulsa de casa. Nesse sentido, embora, hoje, a interlocutora relate que não tenha nada a reclamar no que diz respeito a família, esta instituição foi a primeira a refletir a repulsividade sistêmica sobre sua Pessoa e, somente agora, começa a fazer uma reaproximação muito cautelosa e pontual com a sujeita, numa reconstrução de afetos a conta-gotas, pois este Corpo-Território não é entendido socioculturalmente enquanto pertencente a uma Pessoa que se deva estar junto de forma a estabelecer relações constantes e contínuas, logo, a projeção do recalque da normatividade ainda continua a atuar sobre a interlocutora.

E, neste caso, a punição é, também, materializada sobre Janaína através da marginalização do seu corpo e, conseqüentemente, da sua Pessoa travesti que, embora trate as pessoas com cordialidade, ainda ocupa um lugar de abjeção, seja através da evitação, do “*olhar maldoso*” ou do não contato com sua pessoa. Como exemplo, menciono a independência que a interlocutora cita como um dos artifícios para a construção e manutenção do seu Corpo-Território que toma forma através de sua Pessoa.

Janaína é uma pessoa que trabalha desde muito jovem, já tendo trabalho em salões de beleza, como doméstica, cozinheira e com serviços braçais no campo. Hoje, possui um pequeno bar e trabalha com agricultura de subsistência, todavia, é bastante comum que ela relate sobre como foi difícil a sua trajetória até aqui, dificuldades estas que perpassam desde as dificuldades para encontrar emprego até a evitação das pessoas aos seus serviços autônomos, como ao bar que ela possui. Reparem, hoje, ela possui um estabelecimento que, teoricamente, deveria estar bem estabilizado. Não está, já adianto, o seu estabelecimento funciona em um local com vários outros estabelecimentos, todos bem frequentados, com exceção do seu, que quase não recebe clientes.

As pessoas evitam o estabelecimento ao saber a identidade da proprietária ou, quando um ou outro ousar se dirigir até lá escuta: “*olha, fulano vai no bar do viado, vai bem comer ele!*”³⁵, nesse sentido, evitam o estabelecimento. Assim sendo, entendendo que o Corpo-Território de Janaína precisa do recurso econômico para auxiliar o seu processo de construção e solidificação, a normatização cishétera utiliza, socialmente, o engessamento econômico da sujeita enquanto “uma estratégia de dominação e aniquilamento de mobilidade social manter grupos explorados longe dos confortos e das benesses que o capitalismo proporciona” (BERTH, 2020, p. 74). Ou seja, aqui, a ordem cisheteronormativa pune aquele corpo dissidente ao mesmo tempo que adverte os demais sobre as implicações do desvio, logo, “o pessoal, assim, é implicitamente político, no sentido de que está condicionado por estruturas sociais compartilhadas” (BUTLER, 2018, p. 7). Portanto, apesar do esforço hercúleo de Janaína para dar significado a sua Pessoa, o sistema insiste em invalidar essa experiência, porque se quer único e, para isso, utiliza os mais diversos artificios para conter/eliminar Outras formas de ser e estar no mundo, sendo o principal deles, na contemporaneidade, o bloqueio do acesso ao capital, uma vez que numa ordem capitalista é mais fácil marginalizar e/ou eliminar os/as desfavorecidos/as economicamente.

Já em relação ao relato de Márcia, quando questionada sobre como são as relações que estabelece com a sociedade, ela coloca que dispõe de uma relação positiva com as pessoas mais próximas mas que ainda é malvista pelos mais distantes. No que diz respeito aos pais, as primeiras relações – quando revelou a sexualidade – foram conflitivas e, na atualidade, se observa que ela e os pais já estão mais próximos, apesar dos conflitos ainda

³⁵ Diário de Campo, 23 de set. 2021.

existirem, sendo que possui uma proximidade maior com a sua mãe e uma relação mais pontual com seu pai. Nesse sentido, Márcia se descreveu muito bem, ela é essa figura que dá forma, roupa e nome ao seu Corpo-Território, apesar das advertências contrárias. Ela passou/passa por um processo gradual de descoberta e ressignificação de sua Pessoa, apesar do sofrimento, sobretudo psíquico e do medo que passou/passa frente a ordem moderna/colonial/cisheteronormativa.

No que diz respeito aos que argumentaram que a suas relações são negativas para com a sociedade, apesar de pontuarem que se colocam de maneira positiva, eles relataram frente às indagações que:

A imagem que você constrói de si mesmo frente a sociedade é positiva ou negativa? (Pesquisador)

Positiva! Por muito tempo foi negativa, né, nesse processo de me renegar, de aceita o que as pessoas diziam, as pessoas jugavam, as pessoas achavam ser correto. Hoje tá positivo né, porque eu procuro um desenvolvimento pessoal, um desenvolvimento da minha identidade enquanto lgbt, identidade também enquanto afrodescendente, entendeu!? Então eu acho que é muito positivo, hoje eu procuro muito conhecimento, representatividade, eu procuro alimentar minha autoestima! (Jorge)

Como você descreveria a sociedade em relação a você, de forma positiva ou negativa? (Pesquisador)

Muito negativa né, porque eu acho que eu sou o cúmulo da minoria. Muito pobre, preto, lgbt, a minha relação com a sociedade, hoje, majoritariamente é... É tradicional, hétero, ela é negativa! Porque eu fujo assim um pouco do que pra eles é estabelecido como padrão de normalidade né, eu sou considerado anormal! Então eu acho que isso não tem como ser algo positivo, mais benéfico. É uma relação ali, meio contraditória, cheia de conflitos, mais claro que né, não é algo que implique na minha vida, mas não é uma relação positiva, positiva! (Jorge, gay).

A imagem que você constrói de si mesmo frente a sociedade é positiva ou negativa? (Pesquisador)

Positiva! (Gabriel)

Por quê? (Pesquisador)

É uma imagem positiva, trabalhada e com respeito as pessoas ao qual você convive diariamente e de perto! (Gabriel)

Como você descreveria a sociedade em relação a você, de forma positiva ou negativa? (Pesquisador)

Na realidade o tratamento da sociedade com gente, é aquele tratamento de necessidade, precisou? Tratou bem! Num precisou, escandinou [...] devido a opção sexual!

Tá ligado a orientação sexual? (Pesquisador)

Tá relacionado a opção sexual! (Gabriel)

Se tu fosse heterossexual, a relação continuaria depois? (Pesquisador)

Continuaria! (Gabriel)

Não preciso mais, não vou me relacionar com aquela bicha!? (Pesquisador)

Justamente! (Gabriel, gay).

No que diz respeito a vivência de Jorge, ele pontua que a sua experiência é a de um sujeito interseccional, logo, ele está posicionado na esquina por onde passam os trânsitos de raça, classe e gênero e que, portanto, dizem respeito a percepção de que às

Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificados pelas opressões (AKOTIRENE, 2020, p. 46).

Nesse sentido, Jorge percebe que está posicionado em tal território onde as estruturas funcionam de modo a colocá-lo em um lugar de abjeção. Por este motivo, ele relata que o seu estabelecimento de uma relação com a normatividade hegemônica não é positiva. E, nessa lógica de funcionamento não poderia ser, porque como argumenta Anibal (QUIJANO, 2009, p. 101),

Na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero [...] Esta articulação estrutura-se em torno de dois eixos centrais: o controle de produção de recursos de sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie. O primeiro implica o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos 'naturais' e se institucionaliza como 'propriedade'. O segundo, implica o controle do sexo e dos seus produtos (prazer e descendência), em função da 'propriedade'. A 'raça' foi incorporada ao capitalismo eurocentrado em função de ambos os eixos. E o controle da autoridade organiza-se para garantir as relações de poder assim configuradas.

Em relação a Gabriel, quando questionado sobre a imagem que constrói de si e a que a sociedade constrói dele, o interlocutor coloca que se porta de maneira positiva em relação à sociedade, mas que a sociedade o utiliza de modo descartável, sobretudo porque ele é gay. Todavia, as pessoas estão/são colonizadas e reproduzem a lógica de funcionamento do sistema-mundo de ordem capitalista onde, as relações humanas em sua maior parte estão cada vez mais mercantilizadas e, neste caso – cisheteronormativo – seria contraproducente para os indivíduos cisgêneros estabelecerem relações/vínculos de

quaisquer natureza com os sujeitos/as/es dissidentes, principalmente em público, exceto, se os Outros/as/es puderem beneficiá-los de alguma forma.

3.2.1 SOCIEDADE E SOBREVIVÊNCIA: MATERIALIZANDO AS OUTRERIDADES

“Eu sou o cheiro dos livros desesperados, sou Gitá
gogoia

Seu olho me olha, mas não me pode alcançar

Não tenho escolha, careta, vou descartar

Quem não rezou a novena de Dona Canô

Quem não seguiu o mendigo Joãozinho Beija-Flor

Quem não amou a elegância sutil de Bobô

Quem não é recôncavo e nem pode ser reconvexo”³⁶

No que se refere a construção da subjetividade dissidente, a violência consta como um segmento neste processo de primeira ordem, pois, servirá como molde e/ou norma e se materializará sobre o corpo dos sujeitos hegemônicos e não hegemônicos em forma de punição para aqueles/as que a descumprem ou em forma de recompensa para as/os que cumpram a norma tacitamente estabelecida. Butler (2018) fala que essa norma é expressa por meio de uma encenação, como em uma peça teatral onde “o gênero é um ato que já foi ensaiado, assim como um roteiro sobrevive aos atores específicos que fazem uso dele, mas depende de atores individuais para ser novamente atualizado e reproduzido como realidade” (BUTLER, 2018, p. 11). E, nesse sentido, portanto,

Há dimensões temporárias e coletivas nessas ações, e sua natureza pública não é sem consequência: assim, efetua-se a performance como objetivo estratégico

³⁶ Maria Bethânia. **Recovexo**. Disponível em: <https://youtu.be/YPO1iaetL2I>. Acesso em: 13/ 09/ 2022.

de manter o gênero em uma estrutura binária. Compreendida em termos pedagógicos, a performance torna explícitas as leis sociais (Ibid., p. 11).

Ou seja, são ações de normatização que geram diferentes níveis de violências sobre os sujeitos/as/es, sobretudo sobre os/as dissidentes. E a respeito dessa questão, eu perguntei aos/as interlocutores/as sobre quais eram os seus medos principais resultantes de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero que fizeram e fazem parte de suas trajetórias, de modo que três relataram que seus maiores medos estão relacionados às violências que podem sofrer em virtude de suas orientações sexuais e/ou identidade de gênero, e um que seu maior medo é de perder a sua mãe como também em desacreditar na humanidade, sendo, primeiramente, que esse respondeu:

Sim, afetivamente eu acho que é minha mãe, que ela é o alicerce, que eu me espelho muito nela! Eu... Me baseio muito na trajetória dela, trajetória de luta, superação, da minha família aqui de casa! E, eu tenho medo de perder é esse meu lado, esse meu ponto fraco, esse meu lado afetivo! Também tenho medo de perder o brilho dos meus olhos, em situações que eu sei que eu vou presenciar, em situações que não foram apresentadas a mim e eu tenho medo de perder o brilho dos meus olhos! Em relação a essa reação mais agressiva da sociedade, de eu sofre alguma agressão mais grave, nesse sentido de violência (Jorge)

A forma como tu vê o mundo, tem medo de um desencantamento!?
(Pesquisador)

É, das pessoas, eu sempre gosto de vê o melhor das pessoas! (Jorge, gay).

Em relação a este relato, Jorge argumenta que teme a violência em decorrência de sua orientação sexual, todavia, o depoimento do interlocutor também joga luz sobre a dimensão afetiva na construção do Corpo-Território que, neste caso, é o seu maior medo no que se refere a perda ou afastamentos. Portanto, numa sociedade onde “o gênero aparece no imaginário popular como um núcleo substancial que pode ser muito bem entendido como correlato espiritual ou psicológico do sexo biológico” (BUTLER, 2018, p. 13), a figura materna exerce consciente ou inconscientemente, com intenção ou não, um papel de primeira ordem no campo do real frente a dramatização social de gênero/sexualidade e, sua atuação impacta, diretamente, na construção da subjetividade dos sujeitos/as/es dissidentes. A despeito desta questão, que aprofundarei na seção a frente sobre afetividade, coloco que, aqui, para Jorge, a atuação materna serve-lhe

enquanto um modelo de força e determinação contra as adversidades, para que ele possa construir e significar seu Corpo-Território a partir de uma atuação periférica, na margem, da rua.

No que diz respeito às pessoas que colocaram que têm medo, principalmente, da violência, estas argumentaram que:

Eu ténhum medo, sabe de que é, a violência! Porque hoje, além da gente sofrer o preconceito, a gente sofre a violência! É... Uma comparação, as pessoas hoje elas quer relacionar com você, ela vai, nem todos, mas ela vai querer lhe agredi, ela vai querer lhe mata! Porque hoje, os homi hoje, assim... Aqueles quem tem preconceito com a gente, muitas vez ele que relacionar com você pra lhe fazer maldade! Você vai correr o risco de ser esfaquiado, de sê matado com arma de fogo... Então, por fato de nois sê lgbt, né, a gente corri risco! Além da gente sofre o preconceito, a gente corri o risco de vida! [...] eu acho assim, pelo fato d’eu sê um travesti, d’eu me arruma como mulher, com mulher, ainda tem pessoas que a vez ainda se ingana com a gente ainda, porque vê a gente arrumada porque assim... As vez que você tá com o cabelo arrumado, você se maqueia, passa um batom, que você tá no mei da sociedade... Ainda tem homi... tem homi que já confundiu comigo assim, do fato d’eu tá nos ambiendi, nas festa, eu tô ali arrumada, inda tem homi que chega inda confundi que eu sou mulher! (Janaína, travesti).

Sim! (Márcia)

De que? (Pesquisador)

É dos homofóbicos! (Márcia)

Tu tem medo que aconteça o que? (Pesquisador)

Assim, não é porque eu sou, porque eu gosto de mulher que eu tenho que tá me escondendo né, então, quando eu saio com minha esposa eu gosto de tá perto, eu gosto de tá passando a mão, entendeu!? E, a gente pode ver, que tem muito preconceito né, então isso gera uma raiva, uma fúria entre eles que tão ali perto, entendeu!?. “Ah, porque uma mulher tá com uma outra e é bonita e poderia ser eu”, entendeu!?. Então, isso aí sempre me dá medo! (Márcia, lésbica).

Vários medos, medo da vida, medo do mundo, das consequência do mundo, medo das pessoas que você nunca sabe o pensamento das pessoas, o que eles pensa de você em relação a sua opção sexual, o que ele podem fazer, medo de tudo, a gente tem que tê muito cuidado, onde a gente vai, com quem vai, a forma de se expressar! Hoje em dia é totalmente, você tem medo até de cumprimentar, porque hoje em dia, tá muito difícil e fácil ao mesmo tempo as pessoas julgarem você pela sua forma! Por exemplo, eu sou homossexual, vou trata um homem bem – as pessoas já julgam dizendo que eu quero me relaciona com ele – vou trata uma mulher bem, uma mulher mal, ser disrespeitoso, que também não é o caso da gente! As vezes uma forma de você se expressar, as pessoas acham que você tá falando daquela forma por não tê interesse nenhum (Gabriel, gay).

A partir das respostas, é possível identificar diferenças em seus relatos e experiências, ao mesmo tempo em que podemos verificar que são interpelados por suas dissidências em relação à norma. A respeito do depoimento de Janaína, a interlocutora coloca que o medo que mais lhe atormenta diz respeito a violência, mas não a violência verbal ou da levemente física, recuperável; mas da fisicamente dolorosa, trajada de fúria, intencionada à morte. Nesse sentido, temos o exemplo de um Corpo-Território significado, também, a partir de um estado de alerta e, leia-se, como um Corpo-Território, ou melhor, uma Pessoa duplamente golpeada – em vida – com duas facadas. Uma de ódio, por sua dissidência; outra, extensamente esquizofrênica, carregada de desejo e repulsa que a atinge como resposta a subversão, por derrubar a fronteira que divide o masculino e o feminino e por inventar uma Outra possibilidade, transgressivamente travesti. A despeito desta questão Butler argumenta:

[...] ver uma travesti subir ao palco pode suscitar prazer e aplausos, enquanto que vê-la sentada ao nosso lado no ônibus pode despertar medo, raiva e até mesmo violência. Fica claro que, em ambas as situações, as convenções que medeiam a proximidade e a identificação são bastante diferentes. Pretendo comentar essa distinção provisória em dois sentidos. No teatro é possível dizer “isso é só atuação”, e assim desrealizar o ato, ou seja, separar completamente a atuação da realidade. Com essa distinção, reforça-se o sentido do que é real face a esse desafio temporário a nossas premissas ontológicas quanto a configurações de gênero; as várias convenções que anunciam que “isso é apenas uma peça” nos permitem traçar linhas rígidas entre a performance e a vida. Na rua ou no ônibus, o ato se torna perigoso, se realizado, porque simplesmente não há convenções teatrais delineando o caráter puramente imaginário do ato; não existe, na rua ou no ônibus, qualquer presunção de que o ato é diferente da realidade. O efeito perturbador do ato deriva da ausência de convenções que facilitem essa demarcação. De fato, há um teatro que tenta questionar ou mesmo romper com as convenções que demarcam a separação entre o imaginário e o real (BUTLER, 2018, p. 12).

Janaína, com razão, teme o real do qual se refere Butler, uma vez que se trata de um social hegemônico cisheteronormativo que não abarca uma vivência travesti, pelo contrário, as marginalizam, vivas ou mortas.

No que tange ao depoimento de Márcia, o seu medo nasce, também, no campo cultural cisheteronormativo, e o seu maior temor é que a violência simbólica manifesta através dos olhares de desagrado, sobretudo masculinos, se revertam em violência física.

Violência esta que, neste caso, é projetada em decorrência da troca afetiva realizada entre a interlocutora e a sua esposa, sendo assim, é possível identificar que ambas não estão em conformidade com os papéis de gênero a elas atribuídos, uma vez que “o gênero é feito em conformidade com um modelo de verdade e falsidade que não só contradiz a sua própria fluidez performativa, mas serve a uma política social de regulação e controle do gênero” (Ibid., p. 13), ou seja, são punidas pela transgressão da normatividade.

No que diz respeito a Gabriel, seus medos, assim como os dos/as demais interlocutores/as, está relacionado a sua orientação sexual, assim, é possível perceber através do seu relato que a violência está presente na sua vida, também, por meio das microagressões. Ou seja, dependendo do tratamento que ele dá às pessoas, a ação já começa a ser lida por elas como um muito possível interesse sexual, sobretudo se o contato for estabelecido com homens heterossexuais, ao passo que se o contato for estabelecido com uma mulher heterossexual, a depender do tratamento a ela oferecido por parte do interlocutor, a ação se não extremamente cordial, é também vista enquanto um muito possível recalque do interlocutor para com a sujeita, pois que, ele é homossexual e ela é heterossexual e, no caso de uma possível “disputa” pelo homem heterossexual, a bicha entra em desvantagem porque o sujeito heterossexual não a escolherá em desfavor da *amapô*³⁷, em virtude, sobretudo, de questões socioculturais. Assim, por esta questão sistêmica, as bichas são vistas enquanto recalçadas e caem no lugar do preterimento e da marginalização.

Portanto, temos que o seu Corpo-Território é significado, também, pelo outro normativo, ainda que de forma negativa, mas que ainda assim participam e se relacionam – para violentar principalmente – com a dissidência, e direta ou indiretamente participam da construção desta Pessoa, de modo que nessa performance social os indivíduos cisgêneros impõem suas “compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero” (VERGUEIRO, 2015, p. 61).

Seguindo esta lógica, eu questionei dos/as interlocutores/as se eles/as achavam que é mais difícil para eles/as relacionarem-se socialmente se forem mais pintosos(as),

³⁷ Significa mulher em pajubá/bajubá.

ou seja, se eles/as apresentarem comportamentos vistos negativamente enquanto homens excessivamente femininos e mulheres excessivamente masculinas e, obtive as seguintes respostas:

Não, o fato d'eu anda assim, d'eu sê um gay afeminado assim, assim, os homi hoje eles procura um gay afeminado, mas ele não saí publicamente, tem que marcar um esquema pra poder saí! E um gay, um homossexual que se vesti normal ele tem mais facilidade de saí, de saí com um cara, de tá bem no mei da sociedade, do que um que se vesti afeminado! Porque tem pessoas que diz assim: "ah, eu não gosto de gay afeminado assim não, que se veste de muié não, eu sô mais aquele que se veste normal igual homi!". Então é mais difícil, assim... Pra mim é mais difícil assim, porque eu sou mais afeminado, eu visto uma blusinha feminina, eu visto um vestido, eu calço uma sandália e aí... Pra mim ir, isso aí pra mim é mais difícil! Porque prum homi pra ele saí com um gay afeminado, logo a sociedade vai dá em cima dele, vai dizer: "óia, aquele cara aculá só anda com aquele viado benculá, com aquele gay!". E um que se veste normal não! Ele se veste normal, ele chega em qualquer lugar, ele não tem nenhum poblema! (Janaína)

E em relacionamentos com outras pessoas, relacionamentos que não sejam de namoro, as pessoas te tratam diferenciada? (Pesquisador)

Não, elas não me trata diferenciada, elas me trata normal como qualquer outra pessoa! [...] eu observo assim nelas... Nos ambiente que eu chego elas sempre me tratam bem! (Janaína, travesti).

Sim, eu acho que tem essas reação mais negativa é... Pelo esse imaginário mais machista né, de condenar os extratos mais afeminados, isso pra mim não é um defeito é... Tem alguns momentos que a gente acaba distraindo né, e envolve tanto a espontaneidade que eu desmunheco! E, perceber a reação das pessoas, nos olhares, é, nos comentários, nos cochichos, ah, isso é muito doloroso! Mas, eu não deixo isso me abater, mas eu acho que torna um pouco mais difícil, pessoas que tem essa personalidade mais afeminada elas sofrem mais! Mas eu também não procuro modifica por causa disso, não! (Jorge)

Por conta da visão negativa, tu já tentou camuflar tua personalidade? (Pesquisador)

Não, nunca precisei assim me controlar, controla um pouco assim a minha personalidade por alguma reação assim, aversiva! Mas, por exemplo, se for necessário, se prejudicar a minha segurança, eu acho que sim! Mas em nem um momento prejudicou essa minha segurança, então, eu não cheguei a controlar! (Jorge, gay).

Sim, é! (Márcia)

Tu não é tão bem recebida por conta disso? (Pesquisador)

Sim! (Márcia)

Tem um exemplo? (Pesquisador)

Em uma entrevista de emprego, uma colega minha me ligou né, falou, perguntou se eu não queria trabalhar né, eu falei: "quero sim!". Ela falou, olha, pois o meu patrão pediu pra ti vim já no jeito de tu fica né, porque ela tá precisando e tal. Tá, eu peguei né, cheguei lá, a funcionária dele me viu muitas

horas lá no pé do balcão esperando né, ele tava em uma reunião com as outras meninas. E aí, simplesmente eu fiquei esperando né, chegou mais outras duas meninas, então, por horas que eu tava ali, quem chegou por último, ela já chegou, já chamou e falou que as menina ia ficar e tudo. E aí, naquele momento eu senti um pouco de preconceito, sabe!? Porque pelas horas que eu tava ali, então, já daria pra ela ter percebido que eu tava né, horas e horas ali esperando! Então, quem chegou por último ela chamou, contratou né, aí ele falou: “não mas a menina aqui ela chegou primeiro, e eu já tinha pedido pra menina liga pra ela vim!”. Aí ela falou, não, mas tem que deixar essas aqui porque elas vão ficar já, eu gostei, não sei o que... Naquele momento, eu senti, sabe!? Senti que foi o preconceito!

Tu chegou a ser entrevistada? (Márcia)

Não! (Márcia)

E o teu visual? (Pesquisador)

Cabelo cortado, é, boné, é, calça, tênis, normal, como eu sempre gosto de me vestir! (Márcia, lésbica).

É mais difícil! Porque há preconceito de todas as formas, entendeu!? Mesmo quando as pessoas sabe que você tem uma opção, mesmo quando você tem trejeitos, até porque nós vivemos num país que se intitula sem preconceito, mas que o preconceito tá dentro de cada pessoa, até do próprio homossexual! (Gabriel)

Tu é pintosa? (Pesquisador)

Eu não me considero pintosa! (Gabriel)

Sempre foi assim? (Pesquisador)

Não, esse foi o meu jeito desde quando eu me entendi! (Gabriel, gay).

Logo, a partir do discurso de Janaína, evidenciar-se que ela sente uma maior dificuldade para relacionar-se socialmente, sobretudo no que diz respeito a relacionamentos afetivo-sexuais, visto que além de ser afeminada, ela “*veste roupa de muié*” e isso acaba atraindo os homens no campo do privado e os afastando no espaço público, ou seja, além da repulsa há uma fetichização sobre o seu corpo e, conseqüentemente, um processo ativo de desumanização sobre o mesmo e, a despeito da conflitividade da norma posta contra a dissidência, Bultler argumenta:

Em primeiro lugar, a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. [...] as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2019, p. 21).

Ou seja, dada a razão da interlocutora ser uma travesti, uma personificação do “desvio” do padrão hegemônico cisheteronormativo, neste caso, a normatização acaba sendo materializada por meio da violenta abjeção que desfere contra a sujeita, pois que, para existir enquanto um sujeito hegemônico – onipresente e onisciente – que está presente no interior de todos, a norma precisa, necessariamente, de um Outro que, neste lugar, deve ser abjeto para que o projeto colonialista se materialize enquanto norma. Logo, a normatização acaba se colocando, nesta lógica, enquanto um sujeito normativo, enquanto um ser passível de inteligibilidade, ao passo que Janaína é desumanizada, excluída da categoria de sujeita, e vai ocupar o lugar de uma Outra, aquela com quem não se pode ser vista, com quem não se pode manter nenhum tipo de relação, sobretudo no espaço público. Ademais, este lugar de abjeção que a interlocutora ocupa acaba por confirmar-se no tecido social, uma vez que a imensa maioria das relações públicas que mantém são estabelecidas com pessoas do seu grupo familiar evidenciando, dessa forma, o lugar de preterimento que ocupa socialmente.

Em relação ao depoimento de Jorge, ele coloca que percebe a violência simbólica que se manifesta, principalmente, através dos seus momentos de maior descontração, em que ele age com uma maior espontaneidade e passa a “adotar” comportamentos vistos socialmente enquanto femininos e isso acaba por gerar violências sobre ele. Nesse sentido, é possível perceber que este Corpo-Território que possui uma maior autonomia e que passa por um processo contínuo de significação, que ainda é controlado pela norma hegemônica, pois, o interlocutor coloca que nunca chegou a se conter, mas pontua que *“se for necessário, se prejudica a minha segurança, eu acho que sim”*, que controlaria a sua espontaneidade. Aqui, portanto, este Corpo-Território está localizado dentro de um território maior, de um Estado-nação que tem poder e autorização para deslegitimar a sua existência.

Nesse mesmo sentido, Márcia relata a violência que sofrera em uma entrevista de emprego, a respeito deste contexto temos a seguinte situação, Márcia tem um curso técnico específico para lidar com automóveis e motocicletas tal qual a empresa necessitava, é extremamente proativa como assinalam os currículos e, de sobra, tinha uma indicação de uma outra funcionária do próprio estabelecimento para a mencionada vaga de emprego. De nada adiantou, não foi sequer ouvida, visto que aquele corpo gordo que oscila entre o masculino e o feminino fora tomado enquanto uma afronta naquele espaço,

de modo que foi totalmente ignorado pela ordem sistêmica que impera nesta sociedade. Já na relação com os demais interlocutores, Gabriel é o que menos sente o impacto cisgênero manifesto através da violência normativa, visto que não possui traços socialmente vistos enquanto afeminados, mas concordou que quem os tem sofre mais. Assim, a normatização cisheterossexual dada a sua falha como aponta Butler (2019), deve ser constantemente reiterada para que sua materialização possa continuar a manifestar-se e

Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla (BUTLER, 2019, p. 20).

Outrossim, eu questioneei as/os interlocutoras/es sobre suas experiências dentro de seus núcleos familiares e sobre quais foram as implicações de suas dissidências nestes espaços. Nesse sentido, eu perguntei qual foi a reação de seus pais quando eles/as assumiram-se, se houve diferença no tratamento que recebiam do pai e da mãe e, também, se houve diferença no tratamento que recebiam dos/as irmãos/ãs, de forma que em três dos relatos houve um maior afastamento por parte dos familiares, e em um, houve um menor afastamento. Sendo que este último relatou que:

A indiferença foi mínima, como eu te falei não houve essa indiferença no relacionamento afetivo, não! A gente continua mantendo a nossa relação como antes, nesse processo de aceitação. Assim não tem como eu compara com os meus irmãos porque eles cresceram separados da gente, cresceram com os tios distante né, mas eu acho que não houve esse tratamento! (Jorge)

E eles em relação a ti? (Pesquisador)

Não, de maneira nenhuma, eles não me trataram com indiferença, pelo contrário, só houve apoio! (Jorge, gay).

A partir da fala do interlocutor, temos que o tratamento mudou pouco em relação às pessoas que moram na mesma casa que ele, no entanto, houve um pequeno distanciamento. Já em relação aos irmãos, não foi possível averiguar qual o nível de proximidade e que tipo de relações estes mantêm com o interlocutor, pois estes vivem em residências separadas e, por consequência, têm outras pessoas com as quais mantêm um relacionamento mais direto e ativo.

Já em relação a experiência do/as interlocutor/as que experienciaram um maior afastamento por parte dos familiares, estes me relataram que:

No convívio do meu pai, quando ele descobriu que eu era gay, ele não me aceitou, ele me botou de casa pra fora! Aí porque que eu me senti rejeitado, porque ninguém disse assim: “não meu fi, teu pai te botou de casa pra fora, então fica aqui em casa maizéu”. Mas nenhum teve essas reação! Aí eu tive que ir pra onde minha mãe, minha mãe me aceitou normalmente, até hoje eu vejo que ela me aceita normalmente! Que... O fato da gente sê gay, mais é aquela coisa, todos nós somos seres humanos! (Janaína)

E com teus irmãos, há uma tentativa de controle? (Pesquisador)

Não, as pessoas me aceitam da forma que eu sou, da forma que eu me visto! As pessoas me aceitam da... Da forma geral que eu sou! (Janaína, travesti).

Sim, eu falei pra minha mãe! (Márcia)

Como foi? (Pesquisador)

A minha mãe ela nunca foi de ser tão assim, carinhosa, de ser aquela mãe afetiva de tá ali, sabe?! E um dia ela pra mim, numa manhã, e falou tanta coisa e aquele carinho todo, e aí aquilo ali eu achei estranho! E eu falei: “acho que a hora é agora”, então eu cheguei pra ela e falei: “mãe, eu tenho uma coisa muito séria pra mim te falar!”. E ela: “o que foi?”, falei, não: “senta aqui” e ela sentou e eu comecei a falar que era uma coisa que ela num ia gostar muito, e aí ela imaginou mil coisas! Imaginou que eu tava usando drogas, imaginou que eu tava grávida, imaginou que eu tinha me envolvido com pessoas erradas, né!? Então, quando eu falei pra ela, ela ficou tipo em choque, sabe!? Ficou assim, tipo, acho que ela perguntava pra si mesmo, mas por que e tal. Então, assim, já pro meu pai já não foi uma coisa tão, ele ficou sabendo né, já foi minha mãe que contou pra ele, mas eu acho que eles já sabiam, né, eles só não queriam enxergar né, num queria enxergar a realidade! (Márcia)

A partir daí, houve diferença no tratamento? (Pesquisador)

Sim! Mudou a parte de carinho, de atenção, entendeu!? De diálogo (Márcia)

De qual dos dois? (Pesquisador)

Mais da parte do meu pai! (Márcia)

Ele ficou mais distante? (Márcia)

Sim! (Márcia)

E entre teus irmãos? (Pesquisador)

Ah, meus irmão é de boa de mais! Até mesmo porque a gente não convive junto, sabe!? Ele sempre morou só, então assim, eu nunca tive aquele convívio de viver com ele na mesma casa, entendeu!? (Márcia, lésbica).

Sim! Houve diferença sim pela forma... Mas geralmente, filho é filho né!? Independente de ser ou não homossexual, filho é filho né, é sangue! Não, não houve diferença nenhuma e houve, sim, é, a forma d’eu tê saído de casa cedo,

d'eu tê sido independente, d'eu não ter muita convivência, uma convivência fora, entra dendi casa num tem aquela convivência dendi casa, de fica dependendo de pai de mãe, não! (Gabriel)

Tu acha que se tu tivesse lá dentro teria sido mais difícil? (Pesquisador)

Com certeza! Então, eu saindo pra mim atrás do que é meu, foi muito mais fácil! (Gabriel)

Nesse primeiro momento da tua trajetória, tu sentiu eles mais distantes (pais)? (Pesquisador)

Não, em nenhum momento não! Até porque, apesar de serem pessoas que não tem um conhecimento de causa, é, trataram como filho mesmo! (Gabriel)

E teus irmãos? (Pesquisador)

Alguns, mas, foi irrelevante! (Gabriel)

Te destravaram? (Pesquisador)

Destrataram numa forma, um termo pejorativo, digamos assim, é, mas num é aquela coisa, mas como a gente sabe, é irmão, é parente, pronto, absorve! (Gabriel)

Hoje tu tens proximidade com todos ou ainda há esse tratamento...

[interrupção da pergunta] (Pesquisador)

Sim! (Gabriel)

Ou já tá uma coisa... [interrupção da pergunta] (Pesquisador)

Uhrum! (Gabriel)

Como é, tá uma coisa mais estabelecida? (Pesquisador)

Sim! (Gabriel)

Com a tua mãe do mesmo jeito? (Pesquisador)

Uhrum! (Gabriel, gay).

Aqui, temos alguns reflexos do processo de constituição do Corpo-Território LGBTQ+ sob o núcleo familiar. Nesse sentido, pontuo que após o ato de contar ou de revelar-se direta ou indiretamente a orientação sexual e/ou identidade de gênero, o tratamento muda, nestes casos, houve uma alteração majoritariamente negativa. Pois, não trata-se de um mero estranhamento como se eles/as pintassem o cabelo sem avisar, causassem um choque, mas que ao final, a travessura seria esquecida. Aqui não, trata-se da construção de identidades, de Pessoas, de Corpos-Territórios que habitam o espaço da dissidência, pois que este é um processo constante e contínuo.

Assim, houve/há impacto nas experiências de todos/as os/as interlocutores/as, mais visível por meio do incômodo expresso na fala de Gabriel ao falar da experiência familiar e, mais camuflado na fala de Jorge, que aparentemente não sofreu tanto impacto desse processo por exemplo. Todos/as sofreram/sofrem em maior ou menor intensidade, por ultrapassar o território da norma e esta fronteira uma vez ultrapassada, resulta por desencadeia processos de violências sobre os corpos/as dissidentes, portanto, a cisheteronormatividade, neste caso, funciona a partir de um campo de fabricação linguística que desempenha o papel de uma “matriz através da qual todas as disposições prévias se tornam possíveis” (BUTLER, 2019, p. 28) e, neste espaço, a dissidência é marginalizada por expandir as possibilidades padronizadas.

No que diz respeito ao depoimento de Janaína, ela pontuou que ainda tem uma proximidade com a mãe e que nota que ela a aceita normalmente. Já em relação aos irmãos, o que foi observado é que, atualmente, há uma maior proximidade e uma maior tolerância para com a Pessoa da interlocutora. Ou seja, no passado essa aproximação pouco existia, e hoje já se diz, ou seja, eles já se apresentam enquanto familiares da interlocutora, porém, com os espaços bem delimitados e com contatos bem pontuais onde na maioria das vezes é de Janaína que parte a iniciativa, no sentido de tentar estabelecer e manter uma relação com estes indivíduos frente a lógica cisheteronormativa.

Já em relação ao relato de Márcia, se observou que há um maior afastamento por parte do seu pai em relação a sua Pessoa, bem como se verificou que quase não existe diálogo entre eles. No que tange o relacionamento com seu irmão, também não possível traçar um panorama desta relação, não é possível dizer se são distantes em virtude de violências coloniais sistemicamente postas, pois em todos esses anos que conheço a interlocutora, nunca, sequer, vi o seu irmão em qualquer ambiente que seja, e só sei de sua existência porque a interlocutora me falou dele algumas poucas vezes.

No que se refere ao relato de Gabriel, pude observar que hoje existe uma maior aproximação entre ele e a mãe, em que ele, unilateralmente, visita a sua residência. Apesar da sua relação com os irmãos, em todos esses anos que o conheço, nunca os vi andando em sua residência ou o contrário, tive a oportunidade de conhecer apenas um destes numa oportunidade em que ele – Gabriel – me disse que aquele homem era seu irmão, isso num período muito anterior a realização desta pesquisa. Já durante a execução desta, não mais tive a oportunidade de vê-lo ou qualquer um dos outros estabelecendo qualquer tipo de relação com o interlocutor. Nesse sentido, quando eu questionei o interlocutor sobre em que pé estas relações familiares andam, ele me relata que andam bem, ou seja, hoje já existe uma maior tolerância para com sua Pessoa.

No entanto, quando eu o questionei se, atualmente, mantém uma maior proximidade com estes indivíduos, ele me relata que sim, e quando tento aprofundar a questão, ele começa a deduzir as perguntas ao passo que começa instantaneamente a interrompê-las, tento continuar, pergunto se existe uma relação mais estabelecida e, nesse momento, Gabriel já me responde de forma monossilábica que “sim!”. Com um tom de voz mais baixo, momento também em que baixa a cabeça, junta as mãos sobre a mesa e as traz para junto de seu corpo – indicando uma espécie de fechamento ao assunto –,

muda, também, imediatamente a fisionomia cabisbaixa para uma profunda tristeza. Nesse instante, mudo o assunto, de modo que o interlocutor ainda respondeu algumas questões neste estado de defesa/autoproteção até que se recompusesse novamente. Nesta situação, portanto, podemos visualizar uma forma de punição das violências colonialistas de gênero, Gabriel, por transcender o limite da sexualidade a ele determinada, acaba por ser abandonado socialmente, inclusive e principalmente pelos familiares e vai para o lugar daqueles/as socioculturalmente feitos abjetos.

Ademais, Bultler (2019, p. 28) argumenta que “a denominação é ao mesmo tempo um modo de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma”. Neste sentido, tomando como referência os/as interlocutores/as que estão em um território onde são inadequadamente generificados, eu os/as questionei se já tiveram pensamentos suicidas visto que são constantemente colocados/as no campo da abjeção, de modo que três responderam que sim e um que não, de modo que assim informaram:

Não, é assim, teve uns dias atrás, assim... Apesar das dificuldade, a gente passa por momento difícil, por dificuldade, ar vez a gente diz assim: “oh meu Deus, eu não vou mais guentar essa vida de luta, de sofrimento!”. Tem hora que... Até passou pela minha cabeça um dia desse, mas eu digo: “senhor, Deus é maior, Deus não vai deixar eu fazer isso!”. E, uma vez eu querê me suicidá benqui nesse pé de manga, me inforca cum uma corda e direpente as pessoas chegar e me acha morto aqui!. Eu digo: “Deus, Deus, tira esses pensamento mal de minha cabeça, não dexa eu faze isso de jeito nenhum!”. [...] eu sei que um dia eu vou morrer e eu sei que eu sempre fui uma pessoa falha contra a vontade de Deus, num tem!? Eu peço muito perdão a Deus sobre as minha falha, que eu sou falho todo dia, toda noite, eu faço coisas que não é do agrado de Deus! (Janáina)

O que tu acha que do nosso comportamento não é bem visto aos olhos de Deus? (Pesquisador)

Assim, eu acho... Eu digo assim... Senhô por que que eu sô assim, por que que eu nasci desse jeito? Porque eu já fui crenti um bucado de tempo, eu já li a bíblia e eu entendo da palavra! Se Deus fez o homi e fez a mulher, a bíblia diz assim: “maldito varão que vai pra cama com outro!”. Que... Que os homossexuais ele não irá ao reino dos céu, as lésbica tem também na bíblia do mesmo jeito, que as lésbica e... Então, eu me reflito muito nessa palavra, assim, pelo fato d’eu cé gav, eu me reflito nessas coisa, nessa palavra, eu me reflito nas coisas de Deus! Assim, as vez eu choro, eu oro, eu clamo a ele! (Janáina)

Tu pede pra mudar? (Pesquisador)

Eu peço! Eu peço pra mudar, mas só que é aquela coisas assim... A palavra diz assim, Deus diz assim: “faz por ti que eu te ajudarei!”. Então, eu tento fazê aquele isforço, mas parece que tem aquela coisas que diz assim: “não, não é assim, é desse jeito!”, parece que tem uma coisa assim... O inimigo! O inimigo sempre fica cutucando! (Janáina, travesti, grifos meus).

Não relacionados a sexualidade, mas pelo que eu vivenciei do racismo! Mas lá na minha adolescência quando a gente ainda tava naquele processo de... E foi muito recorrente, era muito recorrente, era muito recorrente! E quase todo dia eu sofria preconceito racial, eu sofria com piadinhas, sofria com julgamentos! Uma situação que me afetou muito, foi que eu sempre gostei de artes né, e... Teve uma disciplina que a professora estabeleceu uma peça, “ah, vamos fazer uma peça” e nessa peça não sei se era Romeu e Julieta, aí nesse tempo eu tava com meu cabelo grande, aí eu fui escalado pro papel de Romeu, aí a maioria da turma questionou porque disse que eu não estava nos padrões pra ser Romeu, por causa que meu cabelo não estava adequado, algo relacionado ao personagem né, com certeza isso tem um alto teor de racismo! Por que eu não posso ser o Romeu? Por eu ser negro, ter um cabelo crespo?! E isso me afetou bastante, fiquei muito mal! (Jorge, gay).

[Silêncio...] (Márcia)

Já! (Márcia)

Em que contexto? (Pesquisador)

Não era assumida não! (Márcia)

Quais eram os motivos desses pensamentos negativos? (Pesquisador)

Desprezo! (Márcia)

Desprezo por conta de que? (Pesquisador)

Um pouco por parte da família, outra pelos amigos, e até mesmo por não ter ninguém do meu lado! (Márcia)

Relacionados a tua sexualidade ou não? (Pesquisador)

Eram! (Márcia)

[Sussurro: “bicha, tá terminando?”] (Márcia, lésbica)

Confirmei que sim! (Pesquisador)

Nunca! Deus milivi! (Gabriel, gay).

Nesse sentido, por meio da fala dos/as interlocutores/as, é possível perceber a gravidade da colonização do gênero sobre a vida dos/as sujeitos/as uma vez que o “lado oculto/obscuro do sistema de gênero foi e é completamente violento” (LUGONES, 2008, p. 98)³⁸ e, em decorrência disso, essa normatização foi imposta enquanto um dado da natureza de forma que, hodiernamente, continua a violentar e marginalizar àqueles/as

³⁸ “lado oculto/oscuero del sistema de género fue y es completamente violento”.

feitos/as dissidentes. Neste ângulo, temos que das quatro pessoas perguntadas, três relataram já ter pensado em suicídio, nesta lógica, Martineau pontua que

[...] primeiro, que o sentimento religioso existe em toda parte, por mais que o tom seja baixo, e grosseira sua expressão; segundo, morais pessoais devem grandemente depender sobre o caráter baixo ou elevado do sentimento religioso; e, terceiro, que a filosofia de morais dos governos concordam com ambos – o despotismos de alguns tipos sendo a regra natural onde a religião licenciosa e acética prevalecem (MARTINEAU, 2021, p. 117).

Ou seja, o aparato cultural, como coloca Martineau, tem poder normatizador e este é exercido sobre os sujeitos e implementado, também, por outros sujeitos, estes dominantes, que o inculcam, naturalizam e perpetuam, ainda que de forma autoritária sobre todas as pessoas. Nesse sentido, os/as sujeitos/as dissidentes podem – coercitivamente – suicidar-se frente a um sistema cisheterossexual/branco/cristão/patriarcal hegemônico –, pois, podem se enxergar e viver enquanto “anormais”. No que diz respeito ao depoimento de Janaína, por exemplo, é possível verificar o estrago psíquico que a colonialidade materializada enquanto norma causou/causa em sua vida. Muito influenciada pelo discurso cristão neopentecostal, por vezes Janaína ver a sua existência como inadequada, enquanto abjeta, como a vivência de alguém que sabe, mas que ainda assim persiste no “erro”, e a despeito disso Butler argumenta:

A formação, a elaboração, a orientação, a circunscrição e a significação desse corpo sexuado não constituirão um conjunto de ações realizadas em conformidade com a dita lei; pelo contrário, elas serão um conjunto de ações mobilizadas pela lei, pela acumulação de citações ou referências e pela dissimulação da lei que produz efeitos materiais, tanto a necessidade ativa daqueles efeitos como a contestação ativa de tal necessidade (BUTLER, 2019, p. 35).

Já no que diz respeito ao depoimento de Jorge, ele relata que já teve esses pensamentos e que eram muito constantes, no entanto, estes foram, principalmente, pensamentos que estavam relacionados ao racismo dada a sua negritude; Jorge é um sujeito interseccional, é negro, pobre, gay e do nordeste brasileiro, dessa forma, é

atravessado por diversas identidades simultaneamente e, dada a concentração de melanina na sua epiderme, foi primeiramente impactado pelo racismo ainda na infância. Eu o questioneei se nesse martírio, questões relacionadas a sua sexualidade também se somavam ao peso que carregara, ele me disse que se estas estavam na bagagem, ele não chegou a perceber, pois, estava em conflito com o aspecto racial de sua condição.

Ou seja, o relato do interlocutor evidencia a importância da luta interseccional contra às opressões estruturantes, visto que um sujeito/a/e pode ser composto por mais de uma identidade, já que “o maior recurso colonial da eurocivilização consiste em priorizar o corpo, ignorar ferimentos que tendem a complexificar rapidamente, enquanto diagnosticam, às pressas, o problema “negro”, das “lésbicas”, de “gênero”, dos “latino-americanos”” (AKOTIRENE, 2020, p. 25). E, nessa lógica, portanto, “a interseccionalidade permite [...] criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes de matriz colonial moderna da qual saem” (Ibid., p. 37 – 38).

Com relação a Márcia, através do seu depoimento é possível identificar que ela é uma sujeita marcada no campo discursiva enquanto alguém que está dentro do tecido social, mas que não deve fazer parte deste nicho, dado que, não é cisheterossexual, logo, “essa marcação terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois só pode construir mediante apagamento; ela só pode delimitar algo pela imposição de determinado critério, um princípio de seletividade” (BUTLER, 2019, p. 33) sob o qual Márcia é preterida, causando-lhe sofrimento até mesmo por meio do exercício de lembrar e, conseqüentemente, pelo ato de falar sobre tais violências. Já Gabriel, afirma não ter sido atingido, neste caso, por essa extensão do poder cisheteronormativo.

Todavia, apesar das intempéries a que são estruturalmente condicionados/as, apesar do maior ou menor grau de sofrimento psíquico, os sujeitos/as/es dissidentes conseguem, através de suas experiências cotidianas, rematerializar ordenamentos normativos, pois que,

[...] as relações de poder não são, e não podem ser, um gênero de nichos estruturais pré-existentes pelos quais as pessoas são distribuídas, e que

assumem estas ou aquelas características, e onde as pessoas se comportam ou devem comportar-se harmonicamente (QUIJANO, 2009, p. 101).

Ou seja, as Outrasidades performadas socialmente pelas pessoas dissidentes acabam por materializar que o poder ou, que o “padrão está sempre em questão, uma vez que os indivíduos disputam constantemente o tempo e os recursos, razões e necessidades desses conflitos nunca são os mesmos a cada momento de uma longa história” (QUIJANO, 2009, p. 102), logo, evidenciam – através de suas performances – que formas de existências não normativas são possíveis.

4. ROMPENDO AS FRONTEIRAS ESTRUTURAIS

“Dias sim, dias não
Eu vou sobrevivendo sem um arranhão
Da caridade de quem me detesta”³⁹

Aqui, tratarei do processo de ressignificação da Pessoa LGBTQ+ em meio ao tecido social, no sentido de evidenciar como que estes sujeitos/as/es utilizam a sua corporeidade – na dimensão dos afetos – para construir e autointeligibilizar suas identidades dissidentes, frente ao sistema hegemônico através de seus Corpos-Territórios.

4.1 CORPO E AFETIVIDADE

“Às vezes penso que Deus seleciono-me
para o sofrimento”

Como pontuei anteriormente, o Corpo-Território LGBTQ+ é fabricado, a princípio, a partir da colonização dos afetos. Nesse sentido, conforme Butler (2019), a construção normativa do gênero o coloca dentro da cena de relações sociais enquanto um sujeito que, para existir, inteligivelmente, precisa criar e nomear um Outro, um não sujeito, aquele/a que está fora do padrão cisheteronormativo. Porém, a norma uma vez posta enquanto um sujeito não poderia estar presente em todos os lugares, então – como ordenar, punir e controlar os indivíduos? –, a norma assume uma inteligibilidade psíquica que se materializa a partir de um processo de catequização de toda a esfera social em que é colocada, de forma que se ancora na égide cisheteronormativa manifesta sobre todos/as/es os sujeitos/as/es. Desse modo, portanto, o modelo moderno/colonial de

³⁹ Cazuzza. **O Tempo Não Para**. Disponível em: <https://m.letras.mus.br/cazuzza/45005/>. Acesso: 13/ 09/ 2022.

normatização de gênero e sexualidade pode, efetivamente, materializar-se como um sujeito e/ou um ser onipresente e onisciente, aquele que está em todos os lugares, no meio de todos/as/es porque está inculcado no subconsciente dos indivíduos.

Isso significa dizer que, a colonização dos afetos enquanto parte constitutiva desse modelo limitado e desumanizante de colonização do sistema-mundo, estará presente em todos os espaços porque estará presente no aparelho psíquico de cada sujeito/a/e, logo, o ordenamento, o controle e a punição também estarão em todos os lugares, independente da presença física do “sujeito” normatizador. Assim, o Corpo-Território LGBTQ+ será amplamente vigiado e, uma vez identificado, será jogado para o terreno da abjeção, porque será classificado como o Outro/a/e do “humano”, ou seja, àquele/a que não cabe, também, no território dos afetos.

E, seguindo essa perspectiva, eu perguntei ao/s entrevistados/as se eles/as, frente a ordem sistêmica de gênero e sexualidade, se sentiam amados, de forma que os Outros/as assim responderam:

Não! (Janaína)

Fala um pouquinho sobre isso (Pesquisador)

Não, eu me sinto amada pela minha família, eu vejo que minha família gosta de mim, minha família me ama, elas... Elas gosta de mim, elas me tratam bem! Então, se eu sô uma travesti e eu me sinto bem no mei da minha família, minha família toda me tratam bem, então, nesse caso eu me sinto amada, porque se eu num mim sentisse amada, assim, pela minha própria família, eu já tinha... Até... Até feito num sei nem o que, até bestera! [...] minha família me respeita! Se eu passo por alguma nicissidade, eu falo pra uma, ela socorre minha nicissidade! Eu me sinto amada pela minha família! (Janaína)

Com relação a companheiro? (Pesquisador)

Não, nessa parte aí eu me sinto só, me sinto uma pessoa solitária! (Janaína, travesti).

No mesmo sentido de afeto familiar, Jorge pontuou:

Sim! Bastante pela minha família! Eu sinto sim, essa troca de afetividade, principalmente pela minha primeira família né, minha mãe meus tios, eu, sim, né, sinto muito amado! (Jorge, gay).

Em consonância, contou-me Márcia:

Sim! (Márcia)

Por quem? (Pesquisador)

Pela minha mãe, pela minha esposa, por os filhos dela né! (Márcia)

Como é a tua relação com eles? (Pesquisador)

Ótima! (Márcia)

Tu é melhor tratada por eles do que tua esposa é pela tua família?

(Pesquisador)

Com certeza!

Tua família trata a tua esposa com indiferença? (Pesquisador)

Sim! (Márcia)

E os filhos dela em relação a ti? (Pesquisador)

Ótima, maravilhosamente bem! (Márcia, lésbica).

Gabriel por sua vez relatou que:

Me sentir uma pessoa amada... Só pela minha família! Que hoje em dia, você se sente uma pessoa amada pela sua família, mas pela sociedade, não, há proveitos! (Gabriel, gay).

Seguindo esta lógica de depoimento dos/as interlocutores/as, sobre afetividade no núcleo familiar, eu destaco uma sujeita que desempenha um papel de sobremaneira importância na construção da Pessoa destes sujeitos/as em Corpo-Territorialização LGBTQ+. De modo que, a figura materna, que também aparece como um dos principais medos no que se refere a perdas para os/as interlocutores/as, como alguém que tem um papel central nesse campo de fabricação/encenação social de gênero e sexualidade. Por conseguinte, o elo que estabelece o contato/conexão entre os interlocutores/as e suas mães parece não ter findado com o corte do cordão umbilical, pelo contrário, perdurou e continua a perdurar ao longo do tempo e, aqui, possui um papel de primeira ordem. Isto é, elas – as mães – fazem parte do processo de estruturação do Corpo-Território LGBTQ+, atuam para além do papel daquelas que maternam, exercem, no decorrer da vida dos sujeitos/as dissidentes, o papel daquelas que apoiam, que não apoiam ou mesmo que abjetificam, pois possuem simbólica e afetivamente para as/os Outros/as/es, metade da força de uma sociedade.

E, do ponto de vista afetivo, quando apoiam, elas auxiliam de forma positivada no processo de ressignificação e construção da identidade dissidente, nesse sentido, também atuam enquanto agentes de subversão das normas de gênero e sexualidade socioculturalmente impostas, uma vez que auxiliam os filhos/as/es no processo de desvelamento da normatividade hegemônica. Todavia, quando não apoiam, elas dobram – inconscientemente, na maior parte das vezes – o peso da normatividade sistêmica sobre os sujeitos/as dissidentes, pois, metade das implicações que dizem respeito à construção de uma Pessoa dissidente perpassa pela “aprovação” e/ou “validação” materna, sobretudo.

Isto posto, conseqüentemente, o depoimento dos/as interlocutores/as vai concertar com a “necessidade de aprovação” socioculturalmente imposta, que para eles/as diz respeito, sobretudo, à aprovação materna. No depoimento de Janaína, por exemplo, ela coloca que no seu processo de transição de gênero, caso não tivesse o apoio familiar – da mãe, principalmente –, teria muito provavelmente suicidado-se. No que diz respeito ao relato Jorge, ele coloca que se sente amado, sobretudo pela primeira família que é encabeçada pela mãe. Já Márcia, se diz muito amada, também e principalmente pela mãe, pela esposa e seus familiares. Por fim, Gabriel, se diz amado pela família que também é encabeçada pela mãe.

Desse modo, torna-se evidente, também, que existe um processo de inculcamento cisheteronormativo sobre os sujeitos inconformes, pois ““a lei do sexo” é repetidamente fortalecida e idealizada como lei apenas na medida em que ela é reiterada como lei, em que é produzida como tal, como o ideal anterior e inaproximável, por meio das próprias citações que essa lei diz ordenar” (BUTLER, 2019, p. 37 – 38), assim, para que as existências dissidentes sejam humanamente possíveis de serem vistas enquanto tal, eles/as precisam se sentir deslocados, em um não lugar, precisam pensar que dependem da “aprovação” cisheteronormativa.

E é neste espaço que família entra, sobretudo o segmento materno e, esta é, também, uma estratégia cisheteropatriarcal, porque estas sujeitas uma vez colonizadas em gênero e sexualidade, rejeitarão as existências dissidentes e as desumanizarão, invalidando, desta forma, as experiências dos sujeitos Outros/as/es a serviço da normatividade estabelecida. Todavia, é absolutamente possível que estas sujeitas subvertam essa ordem de coerção vigente sobre o campo social e, desse modo, para além

dos binarismos modernamente coloniais sustentados hoje, a ação amorosa de apoio materno à dissidência é fundamental para que possamos mostrar que a atuação odiosa de gênero que se coloca enquanto normatividade não passa de uma mera performance, logo, que é histórica e socialmente fabricada como a “melhor” possibilidade de ser e estar no mundo.

Ademais, nos casos aqui analisados, os Corpos-Territórios inconformes com a normatividade hegemônica estão significando-se, com ou sem consentimentos, num processo inconsciente na maior parte das vezes, ou seja, há em curso um processo de subversão das/nas relações afetivas, logo, ainda que esses indivíduos dissidentes venham a ficar carentes de afeto e apoio familiar, existe uma ação subversiva destes, porque ao tratarem essas relações com trivialidade, essas pessoas – no campo da afetividade e da intersubjetividade – tendem a rejeitá-las quando passam por seu processo de autointeligibilização sem afetos, familiar principalmente. Dessa forma, com essa atitude os indivíduos acabam por confrontar uma norma colonial cisheteronormativa que atua na colonização dos afetos – individuais e coletivos –, de modo que inteligibilizam e contribuem para a inteligibilização de outros Corpos-Territórios dissidentes em ressignificação a partir do campo social da afetividade. Todavia, a “não aprovação” ou mesmo o desagrado materno, repercute psicologicamente de forma negativa sobre os sujeitos/as em (des)construção. Desse modo, aqui, o Corpo-Território ficará mais sólido ou, melhor significado, se for construído coletivamente, com premissas matriarcais.

Outrossim, também em virtude desse enredamento cisheteronormativo, questioneie as/os sujeitas/os participantes da pesquisa, se no estabelecimento de relações sexo-afetivas em suas trajetórias, se existiam coerções para que eles/as estabelecessem relações cisheterossexuais, de modo que um respondeu que sim e três que não, sendo que estes relataram que:

Não, nunca houve essa pressão na minha família, de maneira alguma! Até porque assim, como eu convivia dentro da casa do meu pai, então, eu vivia aquela vida assim... Uma coisa incubada, sem meu pai sabê! Aí as coisas que eu fazia eu não dava a saber a ninguém, eu vivia uma vida assim... Eu vivia uma vida tipo assim, presa, uma vida que eu queria me soltar mas não tinha como eu me identificar pras pessoas o que eu era, porque eu não sabia qual era a reação da família, do meu pai, então, eu mantinha essa coisa assim, em silêncio! Eu sempre procurei manter em silêncio, sem dá satisfação da minha vida pra ninguém! Só dos que queriam mermo... E os que já sabiam não

falavam nada pra ninguém! Porque as pessoas que sabiu, era as pessoas que eu me relacionava! (Janaína)

Já se relacionava com homens? (Pesquisador)

Já, eu já me relacionava, maizi só que aquilo ali ficava só entre eu e a pessoa! (Janaína, travesti).

Sim, tem! (Márcia)

Aconteceu isso na tua trajetória? (Pesquisador)

Não! Foi por opção minha mesmo, sabe!? Um amigo de infância que hoje já tem, hoje não, já tem uns quato, cinco anos já. Que a gente manteve um relacionamento, mas uma coisa igual dois amigos sabe!? Aí logo que eu me assumi, logo eu vim sabe que ele era da família lgbt! Mas tudo não passou de amizade mesmo! (Márcia, lésbica).

Não, até porque eu fui liberto em relação as minhas opções, as minhas andanças, então, eu me relacionei com mulheres, então deu pra camuflar bem mesmo! (Gabriel)

Se relacionou por pressão? (Pesquisador)

Não, livre e espontânea vontade! Pá descubri realmente o que a gente sentia e o que a gente queria! (Gabriel)

Hoje, interferem na tua vida? (Pesquisador)

Não! (Gabriel, gay).

Nesse sentido, a partir dos relatos supracitados, torna-se palpável que há uma divergência entre os relatos e as práticas cotidianas que observei do/as participantes e, mais límpido, há uma incoerência frente a fala das/o próprias/o interlocutoras/or, uma vez que dizem não sofrer influência de agentes externos e, ao mesmo tempo, acabam por narrar episódios de coerção social. Quijano (2009), argumenta o poder colonial é manifesto na contemporaneidade por meio, primordialmente, de relações que visem a exploração e a dominação, de modo que coloca que este é um processo de subjetivação de caráter controlador/coercitivo, portanto, cisheteronormativo, sendo que

[...] tais traços só se constituem como parte e resultado de uma história de conflitos, de um padrão de memória associado a essa história e que é entendido como uma identidade e que produz uma vontade e uma decisão de entrançar as

heterogêneas e descontínuas experiências particulares numa articulação subjectiva colectiva, que se constitui num elemento das relações reais materiais (QUIJANO, 2009, p. 103).

Ou seja, as experiências individuais e subjetivas dos sujeitos/as/es embora heterogêneas e, neste caso específico, dissidentes, são condicionadas a homogeneização e são, neste ordenamento normativo, moldadas a partir de uma identidade coletiva hegemônica. De tal sorte que, as/os sujeitas/os dissidentes se perdem numa estrada pavimentada por outros, dentro dos seus próprios territórios subjetivos de afetos. No depoimento de Janaína por exemplo, ela diz não ter sofrido pressão de terceiros para o estabelecimento de relações cisheterossexuais, todavia, esse mesmo sistema acaba a ludibriando e fazendo-a agir sob seu funcionamento, quando Janaína diz que não contou sobre sua identidade porque não quis, porque era autônoma; ela está agindo inconscientemente sob a lógica moderna/colonial normativa de gênero/sexualidade, uma vez que ela escondeu a sexualidade porque era “errado”, e, caso revelasse, seria punida, logo, nesta situação, é verificável que inexistiu autonomia.

Por outro lado, Márcia acena que consegue perceber tais coerções mas que, no seu caso, estas não exerceram nenhum papel. Márcia, tal qual Janaína, tem o território cognitivo dos afetos minado pelas normas sistêmicas de gênero e sexualidade, de modo que estas a impedem de caminhar livremente sem que seja violentamente atingida pelo seu ordenamento, assim, a interlocutora, dada as inúmeras cicatrizes adquiridas nesse campo, entende – erroneamente – que quando arranhou “autonomamente” um namorado naquele contexto, não estava sob a coerção sistêmica.

No entanto, embora aquela encenação fosse consensual entre aquelas pessoas, o seu caráter fictício deveria assumir, para a sociedade, um papel de legitimidade e para isso, podemos dar o nome de alienação sistêmico-afetiva, pois neste espaço capcioso as pessoas são ludibriadas de tal forma e em tamanha profundidade que os indivíduos, sobretudo os dissidentes, ficam tão imersos no seu enredamento que o naturalizam e, por consequência, o reproduzem muitas das vezes sem perceber e, mais vil, são induzidas a pensar que dele estão livres. Esse processo de subjetivação hegemônico coletivo aparece, também, no relato de Gabriel, onde ele pensa ter agido de forma independente, mas a neblina implantada no seu campo psíquico, o impede de enxergar de forma clara as

engrenagens que lhe condicionaram a “*camuflar*” sua orientação sexual, de forma autonomamente ilusória.

Em relação a Jorge, este deu uma resposta positiva quanto à capacidade, hoje, de percepção quanto às imposições sistêmicas normativas de gênero e sexualidade que pesam em sua vida de modo que argumentou que:

Eu acho que com certeza! Mais por uma questão de intimidar e influenciar o julgamento, “nam mermão, fala logo!”. Essas pessoas elas já praticam esses questionamentos com a intenção né, de deixar a pessoa desconfortável, de deixar a pessoa desconfiada, de deixar a pessoa sem reação! E essa pressão eu sofro até hoje, “ah, tu vai namora quando, vai casar quando?”, porque eu acho que é uma pressão socialmente, é uma pressão social! A pessoa nasce, cresce né, se relaciona, tem filhos e morre, acho que tá mais enraizado em torno desse pensamento tradicional, de que as pessoas tem que construir família, tudo ligado a essa ideologia e é uma pressão assim, bem recorrente! (Jorge)

E hoje, como as pessoas tratam esse assunto, tendo em vistas que, supostamente, elas já saibam da tua sexualidade, se fala em namorada ou namorado? (Pesquisador)

Não, teoricamente as pessoas já sabem e nem se dirigem a mim, por elas já imaginam que eu tenho um milhão de pedras, que já tô armado ali de argumentos, então, não tem mais esse pressionamento, essas perguntas inadequadas, essas perguntas de tiazinha chata, diminuiu bastante! Mas antes era mais recorrente, na igreja: “ah, quando vai casar?” (Jorge, gay).

Ademais, seguindo essa linha no processo de subjetivação dos/as interlocutores/as, eu perguntei se, em caso positivo, se eles/as já tiveram algum namorado/a com quem tenham se relacionado publicamente e, obtive os seguintes relatos:

As relações são assim, aquela coisa assim... Aquelas relações escondidas, só entre os dois! Nunca teve assim... Relação publicamente! É provisório e é escondido, é escondido! Mais é escondido, porque assim, mesmo que as pessoas saiba mas é uma coisa escondida! Porque assim, ele vem aqui aí os povo vê ele e aí diz assim: “óia, aquele homi aculá tá ficando com a Janaína!”. Aí começa a sair aquele boato assim, mais é coisa passagera, começa depois se acaba! (Janaína)

Tu acha que tá relacionado ao fato de tu ser uma travesti? (Pesquisador)
O homi hoje, ele não quer assumir, ele, pra ele vivê junto, é muito difícil! Então, é assim, o fato da gente ser gay, a gente não tem um namorado, não tem uma pessoa certa pra conviver contigo, pra compartilhar as coisas do dia a dia! (Janaína, travesti).

Não, nunca tive essa experiência! De namoro, algo mais sério, não! Por conta dessa dificuldade que eu te falei anteriormente, eu acho que isso implica muito, porque eu sou muito seletivo! (Jorge)

Então a questão dos teus relacionamentos dizem mais respeito à questão da tua seletividade? (Pesquisador)

É, seletividade, que eu quero evitar traumas, quero evitar sofrimento! (Jorge, gay).

Sim! (Márcia, lésbica).

Sim! Publicamente não, mas era uma coisa que todo mundo sabia! (Gabriel)

Era coisa privada, restrita ao ambiente da casa? (Pesquisador)

Não, a gente saia junto! Num é uma coisa pra todo... É tipo assim, a gente faz quem quiser entender da forma que quiser entender, que entenda! (Gabriel)

Hoje é mais fácil manter um relacionamento do que foi no passado?

(Pesquisador)

É mais fácil! (Gabriel)

Por quê? (Pesquisador)

Pela forma do conhecimento, da diversidade de comunicação, de expressão, da forma hoje que o mundo vivi, nós vivemos no século vinte e um, então, a gente, as pessoas tem mais... Tipo assim, antigamente havia um preconceito né!? Havia um preconceito tudo, principalmente no nosso país, por sê um país que se intitula sem preconceito mas que é mais preconceituoso! (Gabriel, gay).

Desse modo, a partir dos relatos dos/as interlocutores/as, é possível visualizar que existe uma compulsoriedade nas normas de gênero e sexualidade de modo a “cultivar os corpos em sexos distintos, dotados de aparências “naturais” e disposições heterossexuais “naturais”” (BUTLER, 2018, p. 9). Verifiquemos o relato de Janaína, ela coloca que estabelece relações dessa natureza, porém, de forma acordada de modo que as pessoas não saibam da relação e assim, esses homens que com ela se relacionam não saiam “manchados” e “malvistas” socialmente. O depoimento de Jorge é, de igual modo, interessante de ser visualizado, ele coloca que não chegou a estabelecer um relacionamento fixo em decorrência, principalmente, do cuidado que tem consigo mesmo. Porém, aqui é importante chamar a atenção para a materialização dos marcadores sociais da diferença que compõem a Pessoa de Jorge e, entender, com isso, que muitas vezes a tomada de decisão é pautada em questões de classe e de raça, por exemplo.

Em uma conversa que tive com Jorge, ele me relatou, em certa altura do diálogo, que tinha dificuldade em estabelecer laços ou mesmo conversas com as pessoas de modo geral, argumentou que *até tenta*⁴⁰, mas que não obtém muito êxito e que muitas das pessoas acabam se afastando. Nesse sentido, embora o interlocutor tenha uma prática mais zelosa para com sua Pessoa, neste caso, apesar, também, das relações sexo-afetivas que ele estabelece corriqueiramente, neste espaço, a tomada de decisão no que se refere ao estabelecimento de relações dessa natureza – majoritariamente – é feita pelo outro. No que diz ao depoimento de Márcia, eu tenho conhecimento de alguns relacionamentos seus, assim como Outros dissidentes iguais a nós também o têm, todavia, com exceção do atual relacionamento, desconheço algum outro que a sociedade cisgênera, sobretudo, tenha tido conhecimento. No que se refere a Gabriel, ele, assim como Janaína, estabelece estas relações de forma acordada de modo a não “manchar” a reputação dos outros, autointitulados cisheterossexuais, neste caso específico, pois são estas as pessoas com quem costuma relacionar-se.

Com isso, eu questionei das/os interlocutoras/es, se esta relação uma vez estabelecida com algum parceiro/a, se elas/es têm medo de ser abandonados/as, eles/as assim colocaram:

Eu ia entender né, a questão do ciclo que ia se fechar, não esse medo que ia tomar de conta de mim, que ia me impossibilitar né, de fazer o básico. Eu acho que não! O medo num reinar em mim não, tô trabalhando essa questão da autoestima, da auto-independência! (Jorge, gay).

Não! (Márcia)

Pela tua esposa? (Pesquisador)

Não! (Márcia, lésbica).

Sim! (Gabriel)

⁴⁰ Diário de Campo, 31 de jul. 2021.

Por quê? (Pesquisador)

Pelo fato de não existi fidelidade, no meu ponto de vista, no meu ponto de vista não existi fidelidade entre pessoas do mesmo sexo, não existi fidelidade entre pessoas de sexos oposto, imagina do mesmo sexo! Não, existi fidelidade entre pai e filho, entre filho e pai, entre irmãos, então, no meu ponto de vista, não há fidelidade entre pessoas do mesmo sexo, inda mais pessoas que se relacionam! (Gabriel)

Então tu teria medo ou receio de se relacionar? (Pesquisador)

Os dois! Medo e receio! (Gabriel, gay).

Assim, também, os/as perguntei o que eles/as pensavam, de modo geral, a respeito do amor, eles/as me responderam que:

Não, assim, do nosso ponto de vista é tão bom quando você encontra uma pessoa que ela lhe ama, que ela trata bem, que ela te dá carinho, que você teve uma boa [...] que você teve uma vida boa é... Teve uma vida feliz! (Janaína)

E a tua família? (Pesquisador)

Não, assim, a família da gente, ela demonstra pra gente que gosta de você, que lhe quer bem, mas só que é aquela coisa assim... Ela lhe quer bem mas você tem que trabalhar pra você mantê! Porque né porque a minha família me quer bem, que eu vou deixa de trabalhar!? Não! A minha família me quer bem assim, aqui cada um tá nas suas casa, mas você tem que trabalhar pra conseguir seus objetivo! (Janaína, travesti).

Assim, o amor pra mim é um sentimento muito relevante, é um sentimento maduro e... Eu acho que aflora o desenvolvimento pessoal, e quando ele é saudável e quando ele é completo, é um brilho a mais nos meus olhos! (Jorge, gay).

Amor... (Márcia)

É algo que ficou pra quem tem e pra quem sabe dá, pois, num adianta você dizer da boca pra fora que ama uma pessoa e depois cacete nela né, porque hoje em dia a gente vê, do mesmo jeito que existe homem violento, existe mulheres também, que tem a sua companheira que não sabe o que significa a palavra amor né, amor num é só naquela hora que você tá na cama não! (Márcia, lésbica).

Só o amor de Deus! (Gabriel)

Só acredita nele? (Pesquisador)

Isso! Amor de Deus, amor entre os homens não há, e há, amor entre filho, mãe e filho, amor entre irmão e irmã, amor entre pai e filho! Mas amor entre pessoas do mesmo sexo, não há amor, há um interesse de convivência! (Gabriel, gay).

Com isso, é possível mensurar como é negociada essa economia dos afetos para com os/as sujeitos/as abjetificados bem como eles/as se estruturam socialmente a partir deste local. Com relação a questão do abandono por parte de um companheiro/a sexo-afetivo, eu a fiz e refiz para Janaína, porém ela não compreendeu a questão e, dado o longo tempo de entrevista, eu deixei a exploração da questão de lado e segui em frente. Todavia, para responder essa pergunta, tomo as próprias palavras de Janaína para justificá-la, pois ela coloca que *gente é bicho falso*⁴¹, que se relaciona socialmente, mas que não sabe como as pessoas agem por suas costas, incluindo nesta, a própria família. Nesse sentido, a partir da relação e observação que tenho em meio a vivência interlocutora, pontuo que caso ela fosse abandonada por um parceiro, ainda que viesse a sofrer e temer tal situação, ela continuaria sobranceira porque nesse mercado de negociações, Janaína *aquenda*⁴² bem o *babado*, não atoa que ultrapassou os trinta e cinco anos de idade⁴³ frente a sociedade grajauense, estruturada à brasileira.

Em relação a questão do amor, ela coloca que, caso encontre um parceiro, a situação seria positiva e feliz, no que diz respeito a família, ela coloca que a situação também é positiva, porém, tudo tem o seu espaço adequado, ou seja, há uma delimitação do mundo cis do não cis. Ademais, Janaína não coloca nenhuma situação que venha a depender de um terceiro enquanto uma pré-condição para sua sobrevivência, ao contrário,

⁴¹ Entrevista concedida ao pesquisador em 06 de out. 2021.

⁴² Termo polissêmico largamente utilizado no meio LGBTQ+ e, neste caso, significa o mesmo que prestar atenção e/ou ter uma boa desenvoltura para com alguma situação.

⁴³ De acordo com dados disponibilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), por meio do “Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”, a média de idade de morte de pessoas transexuais para o ano estudado foi de 29,3 anos de idade. Já a média de morte geral apontada pelo estudo, desde o seu início em 2017 até o último realizado em 2021, é de 35 anos para a população trans. Outro fator interessante que pontuo neste estudo, é a razão dele ter sido realizado por organizações não governamentais, concordo que existe um projeto transfeminicida em curso neste país e o fato de não haver ações governamentais para o levantamento de dados, para a conscientização, combate e erradicação de violências contra a população trans e travesti, diz muito sobre gestões, sociedades e humanidades. Evidenciar-se, com isso, também, que modelos sociais se pretende manter e/ou construir. Dossiê disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 18 de fev. 2022.

Janaína começa – compreensivelmente – a sobreviver a esta lógica de estruturação e torna-se, progressivamente, o reflexo de uma selvagem capitalista.

No que diz respeito a Jorge, seu desenvolvimento afetivo já se desenha mais autocentrado, uma vez que implicações externas já não exercem uma influência altamente normalizadora no seu processo de significação. O relato de Márcia também caminha nesse mesmo sentido, do autocuidado sobre as normatizações sociais, de modo a estar estruturando-se, gradativamente, na contramão das padronizações cisheterossexuais. Todavia, a partir do relato de Gabriel, é possível perceber que, neste quesito específico, ele foi cooptado pela lógica alienadora sistêmico-afetiva e, por consequência, a reproduz. Ele acredita que um relacionamento homoafetivo não funcionaria e que, tão pouco, existe amor entre pessoas do mesmo sexo.

Nesse sentido, fica evidente que as implicações modernas colonialistas de normatização de gênero e sexualidade ainda continuam a repercutir sobre a vida dos sujeitos/as/es, embora, hoje, suas experiências não conformes – mesmo não isentas na sua totalidade desse processo colonizador – rematerializam a desobediência à ordem moderna/colonial preeminente. E, nesse sentido, para com os/as dissidentes, o peso da cruz colonial continua a exercer pressão, hoje, porque o espetáculo colonizador de gênero e sexualidade foi criado e atua a partir da colonização dos afetos para, dessa forma, (SOBRE)viver ao longo do tempo. Por este motivo, as respostas dos/as interlocutores/as não são homogêneas, porque este projeto ideológico cisheteronormatizador é extremamente bem elaborado, atuando afetivamente de modo a fugir do campo da razão, passando a encenar, dessa forma, de modo a escapar daquilo que é inteligível. Todavia, a partir dos relatos destoantes, podemos verificar que essa normatização não é perfeita, que por meio do processo subversivo de autoamor é possível dar inteligibilidade ao Corpo-Território dos Outros/as/es que ocupam um não lugar frente ao território cisheteronormativo, bem como desestabilizar os padrões generificados impostos sobre todas as pessoas, de modo a atingir e superar a etapa mais profunda, extensa e de difícil acesso no/do projeto colonial, que é a inteligibilização do ser – que nos é apresentado enquanto um ente cisheterossexual –, para que assim seja possível agir de forma a racionalizar sobre o processo de generificação posta.

4.2 CORPO E RESISTÊNCIA: (RE)CONSTRUINDO A PESSOA LGBTQ+ A PARTIR DO CORPO

“No arremesso certo vai sempre um pouco de quem dispara”

(Mia Couto)

Até aqui, procurei demonstrar a forma como o sistema se comporta frente a dissidência de gênero e sexualidade, e, como as imposições normativas impactam a vida de uma gente em (des)Construção. Assim, em continuidade, nesta seção, pontuarei como acontece o processo de autoafirmação dissidente na relação com um *ethos* social hegemônico, no sentido de demonstrar como a ação de assumir-se instala e desencadeia de maneira subversiva um processo de subjetivação, que culmina na construção de uma Pessoa LGBTQ+, num fazer-se Corpo-Território – que apesar das influências externas –, se constrói enquanto um espaço territorializado de autonomia e autossignificação.

Nesta rota, portanto, aquelas/es sujeitas/os/es dissidentes que se permitem mutáveis, acabam extrapolando o território da mera efemeridade e, ao se conformarem e/ou serem conformados/as/es socialmente, esses Corpos-Territórios passam a ter os canhões sistêmicos alinhados e atirando em suas Pessoas. Contudo, aquela Pessoa significada sistemicamente, ou melhor, aquele Corpo-Território LGBTQ+ não (res)Significado, vive constantemente sob ataque, mesmo antes de “assumir-se”⁴⁴. E, ataques estes que até mesmo precedem a consciência dos sujeitos/a/e ultrajados/as. Daí resulta o caráter revolucionário da subversão e autosignificação dissidente face às normas de gênero e sexualidade, pois que, esse padrão identitário eurocentradamente posicionado “restaurou prerrogativas cristãs, nacionalistas, racializadas da engrenagem do mundo moderno e responde teoricamente às problemáticas criadas por ele mesmo”

⁴⁴ Utilizo aspas, neste parágrafo específico, porque nele o “assumir-se” independente de uma movimentação por parte do sujeito/a/e. À vista disso, trata-se de uma ação pré-discursiva de ordem modernamente colonialista cisheteronormativa – pretensamente universal – que visa essencialmente o controle e o estabelecimento de uma normatização sobre o gênero e a sexualidade. Nesse sentido, “as feminilidades e masculinidades construídas pelo cisheteropatriarcado e racismos, juntos, saíram dessa experiência” (AKOTIRENE, 2020, p. 41 – 42). Portanto, em conformidade Butler (2019, p. 26), entendo que “é o gênero que produz o equívoco de um “sexo” pré-discursivo, e o significado de construção se converte em monismo linguístico, segundo o qual tudo é somente e sempre linguagem”.

(AKOTIRENE, 2020, p. 40). Assim, ao autoconformar as suas Pessoas, os sujeitos/as/es dissidentes desmantelam – conscientemente ou não – essa lógica sistemicamente colonialista de autorização discursiva sobre os seus corpos/as, num ato contínuo e progressivo de resistência.

Desse modo, eu questioneei dos/as interlocutores/as sobre as suas experiências não normativas frente aos padrões sociais e culturais dominantes, de modo que perguntei quais eram os seus lugares dentro da sigla LGBTQ+, e, se eles/as julgavam importante se enquadrarem dentro da mesma, elas/es responderam que:

Não, eu me apresento pra sociedade como travestis! (Janaína)
Tu acha relevante se enquadrar dentro dessa sigla? (Pesquisador)
 Acho! (Janaína)
Por que? (Pesquisador)
 [...] agora fiquei sem explicar, agora! (Janaína, travesti).

Eu sou um homem gay, né! E eu gosto do gênero masculino né, qual é a categoria, é cis é? (Jorge)
É! (Pesquisador)
 Cis, e eu me enquadro! (Jorge)
É relevante se enquadrar nessa categoria? (Pesquisador)
 Assim, não por uma escolha, por se enquadrar nessa categoria, eu acho que já é algo mais natural e eu acho que não tem uma categoria mais relevante nem outra menos irrelevante! (Jorge)
E a contribuição? (Pesquisador)
 Assim, eu acho que o meu testemunho, e o meu exemplo ele serve, sim, de... [...] é um testemunho assim, é cheio de significados, com certeza eu vou ajudar famílias, e eu vou ajudar num futuro diálogo e eu me preocupo também em estudar que é pra também tomar o argumento mais sólido né, e baseado cientificamente! Não só isso também, mas eu me vejo é... Representando sim, a bandeira e a comunidade, não deixando de me posicionar né, apesar do receio que eu ainda tenho né, claro que eu me posicio em alguns lugares que eu vejo que eu não vou conseguir contornar a situação. Mas a maioria das ofensas que vem e outras pessoas é... Não diretamente a mim, eu me posiciono, eu falo: “não gente, por favor né, esse comportamento ele já tá ultrapassado, vamo se atualizar, né, o mundo tá progredindo e essas pessoas sempre estão aí oh, e elas sempre estiveramaqui e nós não somos considerados como anormais” e eu dou essas contribuição também, pra essa desconstrução, esse processo de desconstrução, de desmistificação! (Jorge, gay).

Como na língua portuguesa né, sapatão! (Márcia)
Tu acha relevante se enquadrar nessa sigla? (Pesquisador)
 Sim! (Márcia)
Tu saberia dizer o motivo? (Pesquisador)
 Não! (Márcia)
E qual é a tua posição? (Pesquisador)
 Sou mais na minha! (Márcia)
Saberia justificar a tua posição? (Pesquisador)
 Não! (Márcia, lésbica).

Gay! (Gabriel)
Acha relevante se enquadrar na sigla? (Pesquisador)
 Sim, não relevante absolutamente em relação a minha personalidade, mas relevante pela minha opção! Porque de qualquer forma você tá no meio, dependente de você sê ou não você está no meio! (Gabriel, gay).

Seguindo esta linha de raciocínio, eu quis entender como estes indivíduos organizavam, também, sua solidariedade política e lhes apresentei a seguinte afirmação: “dentro do movimento LGBTQ+, há indivíduos que se colocam a favor da causa e há indivíduos que não dão importância!”. Em seguida, perguntei se elas/es concordavam com esta afirmação e quais eram as suas posições frente a questão, de modo que me responderam que:

Acho uns se importa, outro não! Porque assim, cada um de nós, seres humanos, eles nunca tem o sentimento igual! Porque as vez você tem um sentimento de um jeito eu já tenho de outro. As vez tu já me olha como uma pessoa normal, as vez já tem outro benculá que já não me vê como uma pessoa normal, porque quando a pessoa vê um glbt benculá, ela já vai dizê assim: “oh, aquilo aculá é um demônio, é isso aquilo o!” né assim! (Janaína, travesti).

Assim, a comunidade lgbt, eu sou totalmente grato e totalmente dependente, porque se eu tô colhendo essas facilidade né, essas acessividade entre aspas, foi graças a esse movimento, graças a esses caras que deram as caras a tapas, que enfrentaram esse preconceito mais ativo né, o ápice de tudo, que receberam as mais negativas agressões que, infelizmente, foram vezes que também foram caladas né, que morem cada média vinte e quatro horas, e é uma contribuição assim incomparável! É, assim, é questão de opinião, claro que vai ter gente que

é assumido mas não concorda com os parâmetros da comunidade lgbt, mas eu acho um pouco de... De ingratidão, um pouco de ignorância contra o movimento lgbt, porque é um movimento que tá ali em parceria né, e eu não entendo esse distanciamento! (Jorge)

Mas tu acha que ele existe? (Pesquisador)

Sim, existe muito porque dentro da nossa própria comunidade a gente percebe né, o preconceito reinando, a cada dia mais exige padrões! (Jorge, gay).

Concordo! (Márcia)

E qual é a tua posição? (Pesquisador)

Sou mais na minha! (Márcia)

Saberia dizer o por quê? (Pesquisador)

Não! (Márcia, lésbica).

Não, não concordo! Porque a partir do momento que você faz parte de um grupo, de uma forma direta ou indireta, você tem que participar, quando você não participa você não tem direito as conquistas! Aquilo que o grupo conquistou, aquilo que a sigla conquistou, você não teria direito, então, não é ideal ou então você tá se esquivando daquilo que realmente você é! Tem homossexuais que não se importam pelo fato de acharem que não se enquadram no perfil, da sigla, tudo, mas que eu não concordo! Deveria participar, mesmo de uma forma indireta, por quê? Porque independente de ser ou não, independente de você ser ou não homossexual, quando você não é, você pode realmente não se interessar, mas quando você é, você pode precisar, entendeu!? Porque é um grupo! (Gabriel, gay).

Assim, a partir dos relatos dos/as interlocutores/as, é possível identificar que há um tensionamento das estruturas sistêmicas de gênero e sexualidade uma vez que os/as mesmos/as se declaram enquanto sujeitos/as não normativos no que se refere aos padrões normativos estabelecidos. Nesse sentido, como pontuei anteriormente, é por meio do processo de nomeação que os/as sujeitos/as dissidentes vão inteligibilizar as suas Pessoas e, conseqüentemente, atribuir-lhes (re)existência e significado. Outrossim, por meio da materialização daqueles corpos/as automeados enquanto pertencentes a sujeitos/as/es transviad@s, estes/as, acabam politizando as identidades abjetas, e ao fabricarem um corpo/a visto socialmente enquanto dissidente, estes indivíduos acabam também fabricando uma Pessoa, porque é através do processo de autoaceitação que o indivíduo

vai se rematerializando por meio da territorialização daquele corpo/a que se relaciona com o outro.

Já em relação a solidariedade política, com exceção de Jorge – que tem uma formação acadêmica/política mais ativa –, o/as demais colaborador/as pouco têm essa trajetória de formação crítica dada às diversas intempéries condicionais de suas jornadas, onde sobreviver ao sistema não se restringe a uma atividade academicista, e onde esse olhar crítico sobre o social acaba ficando sem espaço ou em um segundo plano. Todavia, essas Pessoas não deixam de ser, também, inteligibilizadas e, por decorrência, possuem significados mútuos – dados por si mesmo/as e pelos outros –, num aspecto sociopolítico que atua sobre seus Corpos-Territórios autodeclarados transviad@s.

Porém, do ponto de vista da seguridade, sobretudo da existencial, é importante que invistam em formação política, tanto individual como coletiva para que se chegue mais próximo de tal condição de esclarecimento. Ademais, chamo a atenção para uma maior dificuldade que determinados Corpos-Territórios têm para alçar a um patamar crítico em meio a lógica sistêmica, uma vez que são constantemente atacados, a exemplo do relato de Janaína, que acaba por demonstrar que existe sobre as existências trans uma contínua patologização, onde a violência sobre “determinados corpos e gêneros inconformes opera como um dispositivo colonial de controle e normatização, restringindo autonomias e viabilidades existenciais destes corpos e gêneros” (VERGUEIRO, 2015, p. 133).

Nesse sentido, eu quis saber de que forma as violências sobre o Outro, abjeto, impactaram/impactam a vida dos/as interlocutores/as e se eles/as já haviam se sentido violentados/as vendo algum LGBTQ+ sendo agredido de alguma forma. Assim, nos relatos feitos, três destes apresentaram um comportamento mais empático para com os Outros/as/es e um apresentou ser um pouco menos empático, de forma que aqueles relataram:

No assassinato da bicha, tu se sentiu mal? (Janaína)

Eu me senti mal assim, d’eu cê gay e ele cê gay e aconteceu aquilo ali cum ele, intão, eu pego aquilo ali pra mim! Porque como apareceu aquele mermu rapaz que fez isso com ele, pode aparece um que faça o mermu comigo ou faça pió! Então eu me senti mal desse forma assim! (Janaína, travesti).

Eu nunca presenciei! (Jorge)

Verbalmente? (Pesquisador)

Verbalmente eu me sinto muito incomodado, né, até mesmo dos meus familiares falando de outros familiares lgbt, eu me incomodo muito! Ou quando eu tô sempaciência pra discutir eu saio do ambiente, eu mudo a história da conversa ou eu me posiciono, a maioria das vezes eu me posiciono! E isso não é agradável né, porque eu procuro não sai ali daquele atrito nem chateado nem deixa a pessoa chateada! Mas eu me sinto bastante incômodo, é algo que me incomoda! (Jorge, gay).

Sim, já me senti sim! (Márcia)

Tu saberia falar dessa situação? (Pesquisador)

Não! (Márcia, lésbica).

A partir desses relatos, é possível mensurar como a Pessoa LGBTQ+ estrutura seu Corpo-Território sozinha e de maneira particular, dependendo de caso para caso. Ademais, é possível dizer, por meio dos reflexos acima expostos, que o sistema moderno/colonial de gênero e sexualidade causa uma bagunça subjetiva nas pessoas, sobretudo nas dissidentes, e muitas vezes consegue inculcar valores normativos nos sujeitos/as/es, de modo a impossibilitar um processo subjetivação positivada para a construção da Pessoa LGBTQ+, assim como impossibilita o desenvolvimento de uma coletividade mais empoderada bem como faz com que estes sujeitos/as/es abjetificados reproduzam violências sistêmicas contra os Outros/as/es e, mais complexo, faz com que ataquem a si mesmos/as/es, pois, a lógica vigente faz com que entendam que

[...] empoderar é transcender individualmente certas barreiras, mas seguir reproduzido lógicas de opressão com outros grupos, em vez de se pensar no empoderamento como conjunto de estratégias necessariamente antirracistas, antiessexistas e anticapitalistas e como as articulações políticas de dominação que essas condições representam (BERTH, 2020, p. 51).

Logo, apesar de os/as interlocutores/as externarem um certo nível de solidariedade para com os Outros/as/es, esta ainda se apresenta de forma muito incipiente de modo que eles/as ainda não conseguem entender que são violentados em virtude dos marcadores sociais da diferença que os/as compõem. De tal sorte que na conversa que tive com Janaína, primeiramente, eu pude perceber que ela manifestou certa solidariedade com um colega seu que fora assassinado anos atrás, todavia, também pude notar através desta e de outras experiências com a interlocutora, que ela não consegue perceber que o corpo dissidente é um corpo matável, um corpo que não importa, em decorrência das violências que nos atingem serem frutos de uma ordem cisheteronormativa.

Em relação a Jorge, embora tenha um pouco mais de consciência sobre o seu lugar social, o incômodo expresso por ele é mais pontual, não é uma prática contínua. E isso é, assim no caso de Janaína, um artifício de controle cisheteronormativo, de modo que este interlocutor entende que não precisa externar de maneira contínua e em todos os espaços a sua condição. E de fato não precisa, entretanto, sempre que acionado e que tiver a oportunidade de fazê-lo, é importante deixá-la à mostra, bem como verter em alto e bom som a sua condição, ainda que estas situações não sejam somente nas de hostilidade para com sua Pessoa.

No que diz respeito a Márcia, ela pontua e, eu acredito, que já se sentiu consternada frente às violências disferidas sobre os sujeitos/as/es abjetificados. Porém, durante todo o período de observação, não me recordo dela mencionar quaisquer caso de violência para com os Outros/as/es, talvez porque o sistema lhe dê uma carga de irracionalidade demasiada pesada, de modo a gerar dores, sofrimentos e angústias, psíquicas sobretudo, de forma que ajudar o Outro/a/e com seu peso torne-se uma impossibilidade.

Já em relação ao interlocutor que externou menos empatia para com a violência contra os Outros/as/es, ele assim me respondeu:

Não, não, nunca me senti assim não! Eu me senti abalado, mas dependendo do caso! É porque assim, existe um comportamento, você tem que sabê com quem você anda porque isso acontece com qualquer pessoa! Não, num me senti muito, me senti como pessoa, mas não pela opção sexual! (Gabriel, gay).

Por fim, temos o relato mais problemático do ponto de vista da humanização, e mais bem sucedido do ponto de vista cisheteronormativo. Gabriel relatou-me, quando eu o questionei se ele se comovia com casos de violência contra LGBTQ+, ele contou-me que não, e quando perguntei se ele não se comovia nem em casos de morte, ele coloca que sim, mas pela razão do pessoa violentada ser um “humano”, não por ser um LGBTQ+. Nesse sentido, fica evidente que esta mentalidade inculcada no interlocutor é sistemicamente hegemônica, pois “se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado” (FREIRE, 1987, p. 30).

Todavia, é interessante notar como aponta Bultler (2019, p. 194), quando esta fala em como “uma lei proibitiva, ao destacar uma determinada prática no discurso, produzir a ocasião de surgir um debate público que inadvertidamente pode permitir, reconfigurar e fazer proliferar o próprio fenômeno social que visa restringir”, como é o caso da subversão transviada das normas de gênero e sexualidade manifestada pelas/os interlocutores/as. Que, apesar de todas as restrições normativas, que visam, aqui, separar-los de modo a torná-los alvos mais fáceis, em como eles/as ainda resistem e, mesmo sozinhos/as, ainda constroem Pessoas dentro/com um Corpo-Território em processo de territorialização.

E, ainda nesta linha de raciocínio, eu quis entender como estes sujeitos/as/es dissidentes conseguiam construir um núcleo de sociabilidade comum de modo a, minimamente, se ajudar mutuamente e criar estratégias para sobreviver ao sistema, de forma que os/as questionei a respeito de quem foram as suas referências em suas trajetórias, de modo que eles/as me responderam que:

Não, eu me espelho em mim mesmo! (Janaína, travesti).

Da minha família, a minha mãe, pela trajetória de vida, de história, de mulher guerreira, de garra de batalhadora! O meu tio também, eu me espelho muito

nele porque ele saiu daqui também em busca de formação, em busca de estudo, em busca de independência, também por essa característica né, dele ser lgbt, algo mais próximo de mim, de tá mais adequado a minha personalidade! Ele é assim, é o que eu mais me inspiro! (Jorge, gay).

Marielle! (Márcia)

Que Marielle, a Marielle Franco? (Pesquisador)

Sim! (Márcia)

Ela é exemplo por quê? (Pesquisador)

Por se mostrar ser uma pessoa que nunca deu ouvido, que nunca deixou crítica nenhuma deixa o baixo astral dela lá em baixo, sempre demonstrou ser uma mulher guerreira, que lutava! (Márcia)

Ainda serve de exemplo? (Pesquisador)

Sim! (Márcia, lésbica).

Não, só minha mãe mermo! (Gabriel, gay).

Dessa forma, logo pude notar que a figura materna aparece novamente em dois dos relatos – de Jorge e de Gabriel – enquanto uma primeira referência para estes sujeitos, mas este não é um fenômeno homogêneo comum a todos/as/es os/as Outros/as/es. Somado a isto, Jorge ainda cita um tio seu que também é do *vale*⁴⁵ e que o ajudou no processo de aceitação/declaração, e que, também, lhe serve de referência embora vivam em cidades diferentes. Já o caso de Janaína é bem peculiar e dá indicativos de como certos corpos/as – travestis e transexuais, sobretudo –, tem que se (re)construir enquanto *fênix*⁴⁶, ou seja, sozinhas/os. Dessa maneira, a autorreferência funciona também como um mecanismo de denúncia uma vez que estes/as sujeitos/as não se veem representados/as no tecido social mas, ainda assim, constroem uma autointeligibilização.

Desse modo, pontuo que para dar inteligibilidade ao sujeito/a/e é importante que haja representação, no sentido de disponibilizar condições sociais adequadas para que

⁴⁵ Termo comum no meio LGBTQ+ e que faz referência àquele/a que faz parte da própria comunidade enquanto um/a dissidente dos padrões normativos de gênero e sexualidade.

⁴⁶ Pássaro lendário pertencente à mitologia grega que, após a sua morte, renasce sozinho das próprias cinzas.

os/as dissidentes construam suas Pessoas dentro dos padrões entendidos socialmente enquanto humanos e/ou humanizados, até porque estas Pessoas não normativas serão construídas, ainda que a contragosto. E ainda sob esta perspectiva, Márcia nos dá um indicativo sobre a importância da representação, afinal, o que aquele corpo Franco, interseccionalmente situado na avenida onde transitava a raça, a classe, o gênero e a sexualidade e que vai desembocar num território favelizado, morto, porque é um corpo que não importa, teria para lhe oferecer?

Para este caso, ela representa a uma performance que apresenta uma possibilidade de rematerialização inteligibilizadamente positivada das dissidências, uma vez que “marcam um domínio em que a força da lei regulatória pode voltar-se contra si própria, gerando rearticulações que ponham em causa sua força hegemônica” (BUTLER, 2019, p. 21). Nesse sentido, embora Márcia não possua um letramento mais extenso e profundo nas questões de gênero e sexualidade, no sentido de conseguir perceber que está imersa em contexto sociocultural disciplinador que a aliena sistêmico-afetivamente de si mesma bem em relação aos Outros/as/es, no que se refere aos processos de humanidade e a humanização daqueles indivíduos feitos dissidentes; a sujeita que lhe serve de referência acaba por lhe apresentar a rematerialização destas condições, ainda que, estruturalmente, Márcia só venha a interpretar essa situação de violências modernas/coloniais tal qual Franco, depois de um significativo processo de formação política.

Ademais, eu questioneei as/os interlocutoras/es se, hoje, elas/es têm vergonha de si mesmas/os, e se pudessem mudar alguma coisa em seus visuais (roupa, cabelo, trejeitos, etc) o que mudariam, no sentido de compreender como lidam com a rematerialização de suas Pessoas dentro da lógica cisheteronormativa para a construção de seus Corpos-Territórios, de modo que, três destes relatam que não mudariam e uma que sim, se possível, mudaria, sendo que, esta, assim me relatou:

Não, é assim... Eu me reflito muntu na palavra de Deus, as vez eu já até cheguei de dizer pra minha prima, dizer assim pra ela: “vou vestir uma ropa de homi, vou cortar esse cabelo, vou mudar minha vida!”. Ela diz assim: “é Janaína, muda! Muda pra vê se as coisas amiora pra tu, porque se tu tá achando que tudo tá difícil pra tu desse jeito aí, intão tenta mudar!” (Janaína)

As pessoas te aconselham a mudar teu visual? (Pesquisador)

Não, elas me aconselha! Elas me aconselha assim, se no modo que eu ando, nos modo que eu visto, se eu me lamento pra elas, me reclamo pras elas que o modo que eu tô indo eu tô sendo mal visto... Que tá difícil... Que eu não tô conseguindo chegar até lá ondi eu quero chegar, pra conseguir meus objetivo da

forma que eu sô. Então, eu acho que eu mudando, eu mudando o meu visual, eu poderia chega até lá ondi eu quero! (Janaína)

Então elas te orientam a mudar pro teu bem? (Pesquisador)

Eu num sei, eu fico assim na dúvida! Fico em dúvida, porque mesmo da forma que eu sô, elas tenta me ajuda e me quer bem! Assim, as vez pra mim consegui uma coisa eu me ispelho nas mulhere! Eu já prestei atenção, eu sempre consigo alguma coisa através das mulhere, eu consigo alguma coisa através das mulhere! Então, eu me intimido com as mulhere pra gente poder consigui alguma coisa por trás! (Janaína)

Fazem uma ponte pra tu? (Pesquisador)

Elas faz uma frente, naquela frente que elas faz ali, eu consigo alguma coisa! (Janaína)

Tu tem vontade de muda alguma coisa em tu? (Pesquisador)

Não, é assim, se eu conseguisse der conta, mas do jeito que eu vejo, eu não dó conta, era muda meu visual, mas eu não consigo! (Janaína, travesti, grifos meus).

E, a despeito do estrago cognitivo relatado por Janaína em relação a sua vivência dissidente, feita abjeta, que fora causado pela normatividade, é constatável, através de sua fala, que essa puni psiquicamente a sujeita no sentido de lhe causar um “desajustamento” social e, nessa direção Butler (2019, p. 38 – 39) vai argumentar que:

O processo de sedimentação ou o que podemos chamar de materialização será uma espécie de citacionalidade, a aquisição do ser mediante a citação do poder, uma citação que estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do “eu”. Nesse sentido, a agência denotada pela performatividade do “sexo” será diretamente contrária a qualquer noção de um sujeito voluntarista que exista independentemente das normas reguladoras a que se opõe. O paradoxo de subjetivação como assujeitamento (assujetissement) é precisamente que o sujeito que resiste a tais normas é habilitado, quando não produzido, pelas mesmas normas. Embora essa restrição constitutiva não exclua a possibilidade de agência, ela a localiza como uma prática reiterativa ou rearticuladora, imanente ao poder, e não a considera como uma relação de oposição externa ao poder.

Ou seja, o processo materialização do ser hegemônico cria os sujeitos que importam como também os que não importam, uma vez que é através da criação desse ser – que não importa – enquanto um Outro/a/e que será possível performar e dá inteligibilização ao indivíduo feito normativo que precisa, necessariamente, nesta lógica, de um Outro não normativo, dissidente, legitimado, porém, inferior ao sujeito normativo. Por esse motivo, Janaína relata que até quer, mas que não consegue mudar, ou seja, não consegue dá forma integral, sem culpa, a sua Pessoa travesti e, tão pouco, consegue se aproximar dos padrões normativos. Isto é, a interlocutora está nesta posição porque o

cistema a conserva lá, como uma pessoa que está no limiar do universo masculino e do feminino, mas que não é nem um nem outro, é, nesta situação, é um ser abjeto que representa uma forma essencial e constitutiva para a criação e para o estabelecimento da norma, de sua materialização performada por meio dos indivíduos cisheterossexuais, e a esse respeito Butler coloca:

Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então, essa demarcação produzirá um domínio de “sexos” excluídos e deslegitimados. Por isso, é igualmente importante pensar sobre como e até que ponto os corpos são construídos e sobre como e até que ponto os corpos não são construídos, e, posteriormente, perguntar como os corpos que fracassam nessa materialização fornecem o “exterior” necessário, se não o apoio necessário, para os corpos que, na materialização da norma, se qualificam na categoria de corpos que importam (BUTLER, 2019, p. 39 – 40).

Já em relação aos relatos dos interlocutores/a que colocaram que não mudariam, estes assim me responderam:

Assim, vergonha não! Por muito tempo eu tive, mas como eu tô trabalhando essa questão da minha autoestima, da minha auto-independência pessoal, desse autocuidado, eu tô procurando todo dia me conhecer melhor e eu não deixo esse sentimento prevalecer em mim e eu hoje em dia não mudaria nada em mim, assim em relação ao meu corpo! Quem sabe esse pensamento não pode mudar né!? Mas no momento, não, tô muito bem com meu corpo, minha mente! (Jorge, gay)

Não! (Márcia)

Mudaria alguma coisa? (Pesquisador)

NADA! (Márcia, lésbica).

Não, nem um pingão, tenho orgulho! (Gabriel)

Mudaria algo? (Pesquisador)
 Não! (Gabriel)
Tá de boa né!? (Pesquisador)
 Ficaria mar nova! (Gabriel, gay).

Dessa forma, a partir desses depoimentos, entendo que as performances feitas pelos sujeitos/as autodeclarados transviad@s evidenciam que “como um campo corporal do jogo cultural, o gênero é uma questão fundamentalmente inovadora, ainda que esteja bastante claro que existem punições rigorosas para quem questiona ou sai do roteiro, ou mesmo para quem improvisa de maneiras não autorizadas” (BUTLER, 2018, p. 16), ou seja, estes indivíduos acabam por ressignificar, a partir do lugar da abjetificação, suas Pessoas e, conseqüentemente, rematerializam seus Corpos-Territórios entendo que “o gênero não é passivamente inscrito no corpo nem determinado pela natureza, a língua, o domínio simbólico ou a assoberbante história do patriarcado” (Ibid., p. 16), mas entendo que existem Outras formas inteligíveis de experienciar gênero e sexualidade sem, necessariamente, precisar marginalizar outras formas de ser no mundo para se efetivar enquanto sujeito ou mesmo para estabelecer esta forma de ser como uma normatividade hegemônica, pois, como pontua Butler, ao afirmar que

[...] essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida. Nesse sentido, o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional (BUTLER, 2019, p. 22).

E continua pontuando que será a partir desse entendimento que será possível performar a rematerialização de Outras possibilidades pois que

[...] a mobilização das categorias de sexo no discurso político será assombrada, de certa forma, pelas próprias instabilidades que as categorias efetivamente produzem e forçuem. Embora os discursos políticos que mobilizam as categorias de identidade tendam a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência de desidentificação seja igualmente crucial para a rearticulação da contestação democrática (Ibid., p. 23).

Ou seja, essas pessoas transviadas Corpo-Territorializadas evidenciam, efetivamente, que Outras possibilidades são possíveis, possibilidades estas que não se pretendem hegemônicas, ao contrário, que prezam pela inclusão, pela mutabilidade e pela *montação* não normativa para nenhuma Pessoa ou cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O colonialismo instaurou no sistema-mundo, sobretudo no Sul global, a sua marca que foi implementada por meio de um escamoteamento civilizacional, sendo este empreendido através da instalação de uma identidade geocultural hegemônica. Assim, a cosmovisão moderna/colonial estabeleceu uma gramática de ordenamentos – para gênero e sexualidade, a cisheterossexualidade – que se estabeleceu e que perdura até a contemporaneidade. No entanto, hoje, principalmente, são manifestas formas polissêmicas para se experienciar gênero e sexualidade que a normatividade sistêmica tenta, a todo custo, silenciar.

Entretanto, existem ações subversivas que não se podem controlar, um exemplo disso é a rematerialização do Corpo-Território LGBTQ+, pois que, através destas Pessoas bem como desta categoria analítica – Corpo-Território – é possível refutar as noções pré-estabelecidas de gênero e sexualidade, assim como é possível verificar a construção da Pessoa LGBTQ+ a partir do corpo, no sentido evidenciar como essas pessoas dissidentes, a partir de um processo de autorreconhecimento, subvertem as normatividades postas e pretensamente universais, de forma a demonstrar a existência e a possibilidade de Outras formas de ser estar no mundo. Sendo assim, a categoria Corpo-Território ajuda a interpretar e, sobretudo, a evidenciar a importância das práticas subversivas no confronto ao sistema.

Uma vez que, quando me dispus a pesquisa o processo de autoafirmação de pessoas LGBTQ+ frente a norma cisheteropatriarcal, hegemônica em Grajaú, eu buscava entender como aquelas performances abertamente transviadas encontravam respaldo e, sobretudo, legitimação mesmo na contramão de um sistema posto. De modo que, de antemão, eu começava a ver os sujeitos/as/es abjetificados em corpos-espacos em construção, em territorialização. A partir de então, comecei a interpretar suas posturas subversivas enquanto pertencentes a Pessoas que rematerializam suas experiências – para gênero e sexualidade –, em Corpos-Territórios autoafirmados Outros.

Pois que, foi isso também que acabei por constatar *in loco*, através de uma pesquisa etnográfica participante, onde foi possível verificar que os indivíduos utilizam a sua corporeidade para afirmassem socialmente e, mais revolucionário, utilizam a escala

da corporeidade para construir suas subjetividades de forma positivada – mesmo em um contexto sociocultural discriminatório – de forma que utilizam os seus corpos/as transviados para se autointeligibilizarem pessoal e coletivamente em Corpos-Territórios ressignificados. Dado que, rematerializam através de suas performances sociais inconformes, a subversão de uma identidade moderna/colonial hegemônica binária – arbitrariamente colocada para todos os indivíduos enquanto natural, enquanto um fundamento ontológico do ser –, de forma que os sujeitos/as/es dissidentes, frente ao processo de socialização normativo, conseguem autorreconhecer a si mesmos/as/es, de modo a autoafirmarem suas Pessoas.

Dessa forma, na continuação do tornar-se, os sujeitos/as/es feitos socialmente errantes acabam por fazer morada no fracasso do gênero e da sexualidade. Por que são a partir das condições sociais da abjeção ou, mais apropriado, do lugar marginal da abjetificação que se constrói o Corpo-Território LGBTQ+, visto que socioculturalmente, a partir da relação com a identidade normativa, as experiências transviadas são segregadas de um padrão que, a partir do estabelecimento do aparelho discursivo de saber/poder, são sistematicamente fabricadas como inadequadas. No entanto, existe uma construção social de indivíduos inconformes, não há fórmula, já adianto para aqueles/as que objetivem um caminho menos doloroso, mas existem alguns *truques* que podemos lançar mão, incluindo nestes territórios de significações as pessoas cisheterossexuais – dada a sua responsabilidade no estabelecimento e perpetuação de uma normatividade que tem força de lei, cisheteronormativa – e, sobretudo, pelo seu papel social central para a alteração desse mentalidade que conserva em sangue e dor um projeto colonial de desumanização e, conseqüentemente, desse modelo organizacional vigente na sociedade grajauense.

Primeiramente, dada a relevância existencial, falo as bichas/es, pois, é de sobremaneira importância entendermos, para fins de empoderamento coletivo, que houve um processo de colonização dos gêneros e das sexualidades – homem cisheterossexual/mulher cisheterossexual –, por meio da manipulação dos afetos que foi instalada sobre o Sul global, incluindo neste, as sociedades latino-americanas, na qual existimos, sendo que, nesse processo todo, foi instalada uma atuação – muito mal feita, diga-se de passagem – por meio da qual inculca-se, continuamente, papéis de gênero e sexualidades em nossas cabeças compulsoriamente, sejamos nós cisheterossexuais ou

não, porém, esse processo é bem mais *babadeiro* sobre nossos corpos/as declaradamente transviad@s.

Desse modo, coloco que já começamos a subverter as imposições colonialistas de gênero e sexualidade pela simples razão de sustentarmos socialmente Pessoas mais ou menos feminilizadas no caso dos meninos; e mais ou menos masculinizadas no caso das meninas, já estamos executando o primeiro passo para desvelar a encenação de gênero e sexualidade impostas, posto que é na escala da corporeidade que se efetiva a insubordinação ao processo de alienação sistêmico-afetiva. A exemplo das pessoas Travestis e Transsexuais, onde esse processo já é mais *babadeiro* porque diz respeito à sujeitas mais *trucosas*, pois estas já chegam rematerializadas por meio de seus Corpos-Territórios autoafirmados Outros, driblando, assim, a performatividade forçadamente reiterada e, num jogo de tomada de poder, autointeligibilizam suas Pessoas. Porém, esse processo não é simples, tampouco rápido de ser realizado, sobretudo subjetivamente pelos/as sujeitos/as/es dissidentes, uma vez que existe uma força hegemônica que nos molda à cisheterossexualidade normativa.

Todavia, há em curso na sociedade grajauense, uma (des)Estruturação performativa dos papéis de gênero e sexualidade normativos onde, os/as Outros/as/es dos sujeitos cisheterossexuais estão superando a lógica cis/hétero/patriarcal/moderna/colonial a partir da tomada de consciência de que seus corpos/as são materializados pelos outros, estruturalmente, enquanto abjetos porque não respondem “adequadamente” ao imperativo colonialista de gênero e sexualidade. Assim, as/os dissidentes organizam suas agências a partir de um não lugar – reterritorializam suas identidades e constroem, majoritariamente sozinhos/as/es, seus Corpos-Territórios rematerializados e abertamente transviados. No entanto, ainda existem marcas colonialistas de gênero e sexualidade que atravessam e continuarão, por muito tempo, a atropelar todas as pessoas na sociedade grajauense.

De modo que, é praticamente impossível ficar alheio/a às imposições sistêmicas e, nesse caso específico, dada a extensão e profundidade da problemática, é inviável ficar totalmente isento/a à alienação sistêmico-afetiva que acomete todos/as/es os/as sujeitos/as/es, estruturalmente. Portanto, é natural, sob essa lógica de ordem colonial, que os/as sujeitos/as/es construam seus Corpos-Territórios sozinhos/as/es, no entanto, também é possível racionalizar sobre esses papéis pré-estabelecidos e mensurar o

tamanho da coerção e da violência que é desferida sobre os indivíduos não normativos/as, e essa deve ser uma atividade, primordialmente, das pessoas cisheterossexuais em virtude de sua responsabilidade e, sobretudo, da sua responsabilização uma vez que também são atingidas por essa violência sistêmica.

Nesse sentido, portanto, é a partir do estranhamento e do confronto de indivíduos dissidentes a normatização que se tenciona e resiste ao sistema, de tal sorte que são por meio desses enfrentamentos que se constroem Corpos-Territórios humanamente inteligibilizados no/com o tecido social, para além da performatividade inventada de gênero e sexualidade, as resistências individuais e coletivas restituem e (re)Significam os Corpos-Territórios de Pessoas insubmissas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 4. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2. p. 549 – 559, mai./ago. 2011.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. *In*: COLLING, Leandro (org). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79 – 110.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. 3. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BHABHA, Homi Kharshedji. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Tradução de Patrícia Soley-Beltran. Barcelona: PAIDÓS, 2006.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de leituras**, n. 78, p. 1 – 16, 2018.

CONNELL, Raewyn.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. V. 21, n. 1. p. 241 – 282, jan./abr. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 27. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. V. 31, n. 1, p. 25 – 49, jan./abr. 2016.

GUASCH, Òscar. **La crisis de la heterosexualidad**. Barcelona: Laertes, 2007.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Uma mirada muy outra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**. Lima, Peru, v. 12, n. 1, p. 35 – 46, jan./mai. 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLASCO, 2005.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colombia. n. 9, p. 73 – 101, jul./dez. 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Tradução de Anton P. Car e Lúgia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINEAU, Harriet. **Como observar**: morais e costumes. Tradução de Fernanda Henrique Cupertino Alcântara. 1. ed. Governador Valadares, Minas Gerais: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In*: CECENÑA, Ana Esther (org). **Los desafíos de las emancipaciones em um contexto militarizado**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2006. p. 151 – 197.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 1. p. 11 – 20, jan./abr. 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: ALMEDINA, 2009. p. 73 – 117.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 6. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**. N. 5, p. 14 – 44, 2010.

SILVA, Larissa Maués Pelúcio. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Word-Systems Analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho**: uma etnografia das percepções. Tradução de Roberta Ceva. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.